Amanayé
Anambé
Arara
Araweté
Asurini do Tocantins
Asurini do Xingu
Guarani Mbya
Gavião Parkatejê
Ka'apor
Kayapó
Kuruaya
Munduruku
Panará
Parakanã
Aikewara
Tapayuna
Tembé
Terena
Turiwara
Xikrin Kayapó
Xipaya
Yudja (Juruna)
Isolados

8. Sudeste do Pará

8. SUDESTE DO PARÁ

referência a isolados fora de TI
capitais
sede de município
rodovia implantada
ferrovia
ferrovia planejada
limite estadual/internacional
Unidade de Conservação
Área militar
Reserva Garimpeira

TERRA INDÍGENA

apresentada neste capítulo

com mais de 3.000 ha

com menos de 3.000 ha (ou sem limite definido)

apresentada em outro capítulo

com mais de 3.000 ha

com menos de 3.000 ha (ou sem limite definido)

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/2011

70 km

SUDESTE DO PARÁ
Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - 30/06/2011

Nº Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, ano)	Situação jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
1	Alto Rio Guamá	Guajá Tembé Ka'apor	1.425/Funasa: 2006	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto s/n de 04/10/1993 publicado em 05/10/1993. Reg. CRI no município de Nova Esperança do Piriá, comarca de Vizeu, Matr. 1.518 Liv. 2-E fl. 18 em 13/09/94. Reg. CRI no município de Santa Luzia do Pará, comarca de Ourém, Matr. 5.410 Liv. 2-L fl. 79 em 14/09/94. Reg. CRI no município e comarca de Paragominas, Matr. 4.849 Liv. 2-P fl. 189 em 17/10/94. Reg. SPU Certidão n° 07 em 29/07/94.	279.897	Nova Esperança do Piriá Paragominas Santa Luzia do Pará	PA PA PA
10	Amanayé	Amanayé	52/Funasa: 2010	Reservada/SPI. Em revisão. Portaria 640 de 19/06/1998 publicada em 22/06/1998.	-	Goianésia do Pará	PA
8	Anambé	Anambé	124/Funasa: 2010	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto 380 de 24/12/1991 publicado em 26/12/1991. Reg. CRI do município e comarca de Moju (7.883 ha) Matr. 4.024, Liv. AT fl. 124v em 20/03/92. Reg. SPU Certidão n° 09 em 05/08/94.	7.883	Moju	PA
24	Apyterewa	Parakanã	452/Funai-Altamira: 2010	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto s/n de 19/04/2007 publicado em 20/04/2007. Reg. CRI no município e comarca de São Félix do Xingu (773.470 ha) Matr. 3.291 Liv. 2-R fl. 94v em 08/05/2007. Reg. no SPU Certidão s/n em 14/10/2008.	773.470	São Félix do Xingu	PA
17	Arara	Arara	256/Funai-Altamira: 2010	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto 399 de 24/12/1991 publicado em 26/12/1991. Reg. CRI no município e comarca de Altamira (206.862 ha) Matr. 21.084, Liv. 2-ACC fl. 255 em 15/07/92. Reg. CRI no município e comarca de Uruará (35.530 ha) Matr. 103 Liv. 2-A fl. 103 em 06/02/2006. Reg. SPU Certidão n° 04 em 22/06/94.	274.010	Altamira Brasil Novo Medicilândia Uruará	PA PA PA PA
15	Arara da Volta Grande do Xingu	Arara	111/Funai-Altamira: 2010	Declarada de posse indígena. Portaria 1.233 de 30/06/2008 publicada em 01/07/2008.	25.500	Senador José Porfírio	PA
23	Araweté/Igarapé Ipixuna	Araweté	397/Funai-Altamira: 2010	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto s/n de 05/01/1996 publicado em 08/01/1996. Reg. CRI do município e comarca de São Félix do Xingu (175.126 ha) Matr. 1.485 Liv. 2-H fl. 76 em 09/02/96. Reg. CRI do município e comarca de Sen. José Porfírio, Matr. 522 Liv. 2-C fl. 29 em 09/02/96. Reg. CRI no município e comarca de Altamira (721.149 ha) Matr. 22.357 Liv. 2-AAQ fl. 220 em 04/03/96. Reg. SPU Certidão s/n em 20/05/97.	940.901	Altamira São Félix do Xingu Senador José Porfírio	PA PA PA
32	Badjônkôre	Kayapó Kuben Kran Ken Kayapó	230/Funasa: 2006	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto s/n de 23/06/2003 publicado em 24/06/2003. Reg. CRI no município de Cumaru do Norte, comarca de Redenção, Matr. 10.681 em 28/08/2003. Reg. CRI no município e comarca de São Félix do Xingu, Matr. 2.707 Lv. 2-O fl. 31 em 02/09/2003. Reg. SPU Certidão n° 06 em 10/02/2004.	221.981	Cumaru do Norte São Félix do Xingu	PA PA
7	Barreirinha	Amanayé	86/Funasa: 2010	Homologada. Registrada no CRI. Decreto s/n de 18/04/2006 publicado em 19/04/2006. Reg. CRI no município e comarca de Paragominas (2.373 ha) Matr. 6.637 Liv. 2-V fl. 196 em 06/07/2006.	2.374	Paragominas	PA
30	Baú	Kayapó Kayapó Mekragnoti	188/Funasa: 2010	Homologada. Registrada no CRI. Decreto s/n de 19/06/2008 publicado em 20/06/2008. Reg. CRI no município e comarca de Altamira (1.540.930 ha) Matr. 25.602 Liv. 2-AAAD fl. 197 em 25/07/2008.	1.540.930	Altamira	PA
18	Cachoeira Seca do Iriri	Arara	86/Funai-Altamira: 2010	Declarada de posse indígena. Portaria 1.235 de 30/06/2008 publicada em 01/07/2008.	734.027	Altamira Placas Uruará	PA PA PA
35	Capoto/Jarina	Kayapó Kayapó Metuktire Tapayuna	1.388/Funai-Colíder: 2010	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto s/n de 25/01/1991 publicado em 28/01/1991. Reg. CRI no município de Luciara, comarca de São Félix do Araguaia (139.000 ha) Matr. 6.162 Liv. 2 fl. 1/2 em 16/04/86. Reg. CRI no município e comarca de Colíder (495.915 ha) Matr. 1.790 Liv.2 em 7/07/87. Reg. SPU Certidão s/n em 18/05/87. Reg. SPU Certidão n° 94 de 23/09/99.	634.915	Peixoto de Azevedo Santa Cruz do Xingu São José do Xingu	MT MT MT
21	Ituna/Itatá	Isolados		Com restrição de uso a não-índios. Portaria 38 de 11/01/2011 publicada em 12/01/2011.	137.765	Altamira Senador José Porfírio	PA PA
s/I	Kapotnhinore	Kayapó Kayapó Mekragnoti Kayapó Metuktire		Em identificação. Portaria 1.249 de 27/09/2004 publicada em 29/09/2004.	-	Vila Rica São Félix do Xingu	MT PA
19	Kararaô	Kayapó Kararaô Kayapó	54/Funai-Altamira: 2010	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto s/n de 14/04/1998 publicado em 15/04/1998. Reg. CRI no município e comarca de Altamira (330.837 ha) Matr. 22.890 Liv. 2-AAQ fl. 284 em 04/03/99. Reg. SPU Certidão n° 2 em 06/01/99.	330.838	Altamira	PA
29	Kayapó	Kayapó Gorotire Kayapó Kuben Kran Ken Kayapó Kokraimoro Kayapó	4.536/Funasa: 2011	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto 316 de 29/10/1991 publicado em 30/10/1991. Reg. CRI Matr. 18.807 Liv. 2-AAD fl. 129 em 21/12/87. Reg. SPU n° 03 em 27/10/87.	3.284.005	Bannach Cumaru do Norte Ourilândia do Norte São Félix do Xingu	PA PA PA PA
20	Koatinemo	Asurini do Xingu	154/Funai-Altamira: 2010	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto s/n de 05/01/1996 publicado em 08/01/1996. Reg. CRI no município e comarca de Altamira (387.834 ha) Matr. 22.341 Liv. 2-AAQ fl. 197 em 05/02/96. Reg. SPU Certidão n° 09 em 23/09/2003.	387.834	Altamira Senador José Porfírio	PA PA

SUDESTE DO PARÁ
Terras Indígenas (continuação)
Instituto Socioambiental - 30/06/2011

Nº Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, ano)	Situação jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
26	Kuruáya	Kuruaya	159/Funai-Altamira: 2010	Homologada. Registrada no CRI. Decreto s/n de 18/04/2006 publicado em 19/04/2006. Reg. CRI no município e comarca de Altamira (166.784 ha) Matr. 25.206 Liv. 2-AAAB fl. 125 em 29/08/2006. Ofício nº 608/DAF ao SPU em 05/10/2006.	166.784	Altamira	PA
28	Las Casas	Kayapó Gorotire Kayapó	337/Funasa: 2010	Homologada. Decreto s/n de 21/12/2009 publicado em 22/12/2009.	21.344	Floresta do Araguaia Pau D'Arco Redenção	PA PA PA
12	Mãe Maria	Gavião Parkatêjê	670/Funasa: 2010	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto 93.148 de 20/08/1986 publicado em 21/08/1986. Reg. CRI no município de São João do Araguaia, comarca de Marabá (62.488 ha) Matr. 6.587 Liv. 2-Z fl. 1 em 17/07/85. Reg. SPU PA-04 Liv. 2 fl. 484/485 de 08/09/86. Reg. SPU Certidão nº 04 em 07/03/89.	62.488	Bom Jesus do Tocantins	PA
4	Marakaxi	Tembé	36/GT Funai: 2007	Identificada. Aprovada pela Funai. Sujeita a contestações. Despacho 25 de 26/01/2011 publicado em 27/01/2011.	720	Aurora do Pará	PA
31	Menkragnoti	Kayapó Kayapó Mekragnoti Isolados	984/Funasa: 2010	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto s/n de 19/08/1993 publicado em 20/08/1993. Reg. CRI no município de São Félix do Xingu (1.432.481 ha) Matr. 1.209 Liv. 2-F fl. 195 em 26/6/95. Reg. CRI no município de Altamira (3.336.390 ha) Matr. 22.341 Liv. 2-AAQ fl. 197 em 9/2/96. Reg. CRI no município de Peixoto de Azevedo (128.305 ha) Liv. 2-RG fl. 1V em 27/09/93. Reg. CRI no município de Matupá, comarca de Peixoto de Azevedo (17.078 ha) Matr. 1.742 Liv. 2-RG fl. 1 em 12/12/93. Reg. SPU-MT Certidão nº 26 em 03/05/94. Reg. SPU-PA Certidão nº 05 em 05/07/94.	4.914.255	Matupá Peixoto de Azevedo Altamira São Félix do Xingu	MT MT PA PA
11	Nova Jacundá	Guarani Mbya	44/Funasa: 2010	Dominial Indígena. Registrada no CRI. Terra adquirida pelos índios Guarani Mbyá que viviam na TI Mãe Maria, com o apoio do CTI e recursos financeiros de Wilde Ganzen/Holanda. Reg. CRI no município e comarca de Jacundá (424 ha) Matr. Escrit. Liv. 06 fl. 53v/54 em 14/02/96.	424	Rondon do Pará	PA
s/l	Pacajá	Asurini do Tocantins		Em identificação. Portaria 519 de 04/06/2003 publicada em 10/06/2003.	-	Portel	PA
33	Panará	Panará	480/Funai-Colíder: 2010	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto s/n de 18/04/2008 publicado em 22/04/2008. Reg. CRI no município e comarca de Altamira (375.296 ha) Matr. 24.220 Liv. 2-AAQX fl. 248 em 03/07/2002. Reg. CRI no município e comarca de Guarantã do Norte (3.747 ha) Matr. 5.796 Liv. 2-RG fl. 1 em 29/05/2002. Reg. CRI no município e comarca de Matupá (114.974 ha) Matr. 5.795 Liv. 2-RG fl. 1 em 29/05/2002. Reg. SPU Certidão nº 14 em 09/09/2002.	499.740	Guarantã do Norte Matupá Altamira	MT MT PA
16	Paquiçamba	Yudjá	95/Funai-Altamira: 2010	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto 388 de 24/12/1991 publicado em 26/12/1991. Reg. CRI no município e comarca de Sen. José Porfírio (4.348 ha) Matr. 103 Liv. 2 A fl. 108 em 12/11/90. Reg. SPU Certidão nº 10 em 05/08/94.	4.348	Vitória do Xingu	PA
14	Parakanã	Parakanã	814/Programa Parakanã: 2009	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto 248 de 29/10/1991 publicado em 30/10/1991. Reg. CRI no município de Itupiranga, comarca de Marabá, (229.497 ha) Matr. 9.681 Liv. 2-AM fl. 1V/2 em 29/05/87. Reg. CRI no município e comarca de Jacundá (122.200 ha) Matr. 04 Liv. 2-A fl. 2 em 18/05/1987. Reg. SPU Certidão nº 02 em 27/10/87.	351.697	Itupiranga Novo Repartimento	PA PA
6	Sarauá	Amanayé	87/GT Funai: 1998	Declarada de posse indígena. Portaria 772 de 18/04/2008 publicado em 22/04/2008.	18.635	Ipixuna do Pará	PA
13	Sororó	Aikewara	332/Funasa: 2010	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto 88.648 de 30/08/1983 publicado em 31/08/1983. Reg. CRI no município de São João do Araguaia, comarca de Marabá (26.257 ha) Matr. 4.857 Liv. 2 RG fl. 1 em 07/03/89. Reg. SPU Certidão nº 05 em 07/03/89.	26.258	Brejo Grande do Araguaia Marabá São Domingos do Araguaia São Geraldo do Araguaia	PA PA PA PA
5	Tembé	Tembé Turiwara	60/Funai-Belém: 1998	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto 389 de 24/12/1991 publicado em 26/12/1991. Reg. CRI no município e comarca de Tomé-Açu (1.075 ha) Matr. 2.970 Liv. 2 em 29/01/92. Reg. SPU Certidão nº 03 em 15/06/94.	1.075	Tomé-Açu	PA
34	Terena Gleba Iriri	Terena	680/Funai-Colíder: 2010	Reservada. Gleba do Incra cedida para uso dos indios que estavam sem terra. Reg. SPU Certidão nº 109 em 18/01/2005.	30.479	Matupá	MT
22	Trincheira/Bacajá	Kayapó Kararaô Kayapó Xikrin Kayapó (Bacajá) Xikrin Kayapó	746/Funai-Altamira: 2010	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto s/n de 02/10/1996 publicado em 04/10/1996. Reg. CRI no município e comarca de Sen. José Porfírio (1.451.203 ha) Matr. 535 Liv. 2-C fl. 42. Reg. CRI no município e comarca de Altamira (63.940 ha) Matr. 22.552 Liv. 2-AAQ fl. 167 em 02/04/76. Reg. CRI no município de Pacajá, comarca de Portel (25.482 ha) Matr. 1.075 Liv. 2-I fl. 142 em 04/05/98. Reg. CRI no município e comarca de São Félix do Xingu (17.458 ha) Matr. 1.742 Liv. 2-I fl. 141 em 04/05/98. Reg. CRI no município e comarca de São Félix do Xingu, área II (91.833 ha) Matr. 1.743 Liv. 2-I fl. 142 em 04/05/98. Reg. SPU Certidão s/n em 01/09/98.	1.650.939	Altamira Anapu São Félix do Xingu Senador José Porfírio	PA PA PA PA

SUDESTE DO PARÁ
Terras Indígenas (continuação)
Instituto Socioambiental - 30/06/2011

Nº Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, ano)	Situação jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
9	Trocará	Asurini do Tocantins	480/Funasa: 2010	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto 87.845 de 22/11/1982 publicado em 24/11/1982. Reg. CRI no município de Baião, Matr. 1.066 Liv. 2-F fl. 292 em 22/09/83. Reg. CRI no município de Tucuruí, Matr. 3.092 Liv. 2-N fl. 269 em 24/05/90. Reg. SPU/PA Certidão n° 72 em 12/12/83.	21.722	Baião Tucuruí	PA PA
3	Turé Mariquita II	Tembé		Reservada. Área adquirida pela Pará Pigmento SA como parte dos compromissos com a Funai e Comunidade Indígena devido aos impactos da exploração de caulim. Escritura de compra e venda regularizada.	587	Tomé-Açu	PA
2	Turé-Mariquita	Tembé	40/Funai-Belém: 1998	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto 304 de 29/10/1991 publicado em 30/10/1991. Reg. CRI no município e comarca de Tomé-Açu (148 ha) Matr. 2.964 Liv. 2-I em 16/12/91. Reg. SPU Certidão n° 01 em 21/06/94.	147	Tomé-Açu	PA
27	Xikrin do Cateté	Kayapó Xikrin Kayapó (Cateté) Xikrin Kayapó	1.056/Funasa: 2010	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto 384 de 24/12/1991 publicado em 26/12/1991. Reg. CRI no município e comarca de Parauapebas (439.150 ha) Matr. 98 Liv. 2 RG fl. 98 em 17/08/92. Reg. SPU Certidão n° 02 em 21/06/94.	439.151	Água Azul do Norte Parauapebas	PA PA
25	Xipaya	Xipaya	77/Funai-Altamira: 2008	Declarada de posse indígena. Em demarcação. Portaria 2.362 de 15/12/2006 publicada em 18/12/2006.	178.624	Altamira	PA

GAVIÃO PARKATEJÊ

Palavras e Flechas de Kokrenum

Entrevista realizada por Vincent Carelli | Indigenista, cineasta e secretário executivo do Vídeo nas Aldeias

KOKRENUM, OU "CAPITÃO" COMO É CHAMADO, É O LÍDER SOBREVIVENTE DO PRIMEIRO GRUPO GAVIÃO CONTATADO EM 1957. AGORA COM MAIS DE 80 ANOS, ELE SE DIZ DO TEMPO DO "ÍNDIO BRAVO NO MATO". TRAUMATIZADOS PELAS MORTES DO CONTATO, ESCRAVIZADOS NA COLETA DE CASTANHA PELO SPI/FUNAI, O GRUPO FOI QUASE EXTINTO. PEDRO, UNS DOS ÓRFÃOS DO CONTATO CRIADOS POR KOKRENUM, CONTA: "NAQUELE TEMPO O NOSSO MUNDO GAVIÃO TINHA ACABADO, A GENTE QUERIA É SER *KUPEN* (CIVILIZADOS)"

Os Gavião começam a reconquistar a sua autonomia no final dos anos 1970, assumindo a gestão de seus castanhais, com o apoio do general Ismarth, presidente da Funai, dos antropólogos Olimpio Serra e Iara Ferraz e dos juristas Dalmo Dallari e Frederico Marés. O contato com o grupo Gavião do Maranhão, que se juntou à turma de Kokrenum, possibilita novos casamentos, a retomada da língua e de sua vida cultural. Nessa época eu iniciava o Vídeo nas Aldeias, e durante três anos registramos a realização dos grandes rituais que haviam sido abandonados depois do contato.

© VINCENT CARELLI/VÍDEO NAS ALDEIAS

Kokrenum, também conhecido como "capitão", em 2010, na TI Mãe Maria. Ele é o líder sobrevivente do primeiro grupo Gavião, contatado em 1957.

Mas logo a região se tornou o eixo dos grandes projetos amazônicos: rodovia Transamazônica, a linha de transmissão da hidrelétrica de Tucuruí e a ferrovia de Carajás. Estas duas últimas cortam a Terra Indígena dos Gavião. Bom negociador, Kokrenum exige compensações consistentes pela destruição de seu castanhal e degradação do seu território. Mas o dinheiro também trouxe muitas mudanças, como o desinteresse progressivo das novas gerações pelas suas tradições. Abatido, Kokrenum se afastou da aldeia.

Recentemente, um grupo de jovens mulheres e um aprendiz de cantor, angustiados com a possível perda de suas referências e da sua língua, resolveu procurar o capitão. Kokrenum, crítico ácido da juventude e das mudanças ocorridas, como miscigenação, perda da língua, abandono da agricultura, alimentação de "branco", que geraram muitas doenças, ficou tocado pelo apelo desses jovens e decidiu dedicar seus últimos anos de vida a passar seus conhecimentos e retomar as festas tradicionais. "Hoje, eu vivo só para vocês, quero ensinar tudo o que eu sei", diz ele carinhosamente. Em agosto de 2010, Kokrenum voltou a me chamar para registrar esse processo e retornei à aldeia depois de uma ausência de 20 anos, devolvendo a eles todas as gravações realizadas no final dos anos 1980. Resolvi então fazer um novo filme sobre essa trajetória e pedi a Kokrenum um depoimento fazendo uma retrospectiva da sua vida. Eis os melhores momentos da sua fala:

O PÓS-CONTATO "Quando eu cheguei aqui a primeira vez (na reserva do Mãe Maria, perto de Marabá), o SPI fez uma roça grande pra mim. Tinha muito arroz, feijão, mandioca, muita banana. Eu fiquei muito alegre, pensei que ia ser assim todo o tempo, que eles iam fazer como se eu fosse filho deles: eles trabalhavam e davam para a gente comer e roupas para a gente vestir. Eu pensava assim, mas não, eles não prestavam. Mas só foi uma vez, aí eles mandaram a gente trabalhar. Falavam na língua do *kupen* chamando a gente de preguiçoso. Quando a gente jogava flecha, eles mandavam a gente trabalhar em vez de ficar só jogando flecha. Eles não respeitavam a gente, falavam mesmo. Agora eu sei que eles não prestavam. Depois de velho é que eu fui entender."

A CASTANHA "Ainda hoje eu falo: lembrem-se como a gente carregava paneiro de castanha pesado debaixo de chuva, trazia de longe, se matando para nada. Eles pegavam a castanha, vendiam, ficavam com um bocado e só davam o resto para a gente. A gente gastava tudo no mesmo dia e não ficava com nada. Eu ainda fico com raiva, só de lembrar. Eles vendiam para eles mesmos e a gente ficava só esperando. *Kupen* mandava em mim, para eu trabalhar de graça. Eles enganavam mesmo a gente. É disso que vocês tem que se lembrar, e se vingar."

A RETOMADA "Quando você chegou aqui, você me viu novinho, mas desanimado, não tinha festa. Naquela época a gente era bem poucos e eu pensei que a gente ia se acabar. A gente estava calado, como arara mordendo pau, eu já tinha até abandonado a minha língua. Aí veio esse pessoal (do Maranhão) e se juntou comigo e aí voltamos a falar na língua. Eu já era chefe principal e pediram para eu continuar. Aí eu fiquei e comecei a brincar de novo, jogando flecha. Eu tive vontade de voltar a trabalhar pra produzir para eles terem o que comer. Eu plantei muita banana aqui, batata também. Mas eles ficam com preguiça de cuidar das coisas e está se acabando tudo."

O DINHEIRO "A primeira vez, a Eletronorte trouxe alguém lá de Brasília e me deu um monte de dinheiro, mas levaram tudo de graça. Foram sete milhões que ele me deu. Eu pensei que a Funai ia cuidar direitinho e entreguei para eles. Eles roubaram tudinho e deixaram as casas mal-feitas para a gente. Acabou muito rápido. A Vale tá sempre falando que eu não presto, que eles querem tomar conta do recurso, do dinheiro, como dizem os brancos. Não é na nossa língua não, na nossa língua não existia dinheiro, agora que nós aprendemos com eles. Eles me deram, a gente experimentou, e agora eles querem tomar para entregar para a Funai administrar direito. Eu falei: aonde é que eles vão administrar direito? Eles é que roubam mais!"

A DECISÃO "Eu mesmo vou fazer mal feito, deixa eu mesmo acabar com o dinheiro. Agora eu vou trabalhar pra mim mesmo, eu mesmo vou me roubar, vou sentir raiva de mim mesmo. Deixa que eu mesmo gasto tudo, que eu fico alegre. Aí eu não vou ficar com raiva de ninguém. Vocês só vigiam a terra para mim, como vocês dizem, fica no apoio que eu vou tocar o serviço. Eles não mandam mais em mim e eu não peço nada para eles. Eles mentem demais, só por causa do dinheiro, eu já conheço. *Kupen* rouba muito e eu tenho raiva. Quando o meu povo crescer, aí eles vão pensar e começar a trabalhar para nós mesmos. Não vai existir mais branco aqui. Eu estou pensando que eu vou mandar tudinho embora com calma. Aí vai acabar."

A COMIDA E A DOENÇA "Eles estão se estragando, só com a comida dos *kupen*, aí eu choro. Eles só compram as coisas do *kupen*. Eu não gosto das coisas do *Kupen*. Eu falo demais para eles: por que vocês não largam isso, para ver se vocês vivem mais? Eu peço muito para eles: por que pelo menos dois de vocês não param com isso e fazem alguma coisa? Senão vocês vão se acabar tudinho com barriga grande. Quando seus filhos

adoeciam, as mães proibiam eles mexerem nas comidas dos *Kupen*. Os filhos agora não querem largar as coisas do *Kupen*, só eu falo, mas eles não ouvem. Vocês estão novos, ainda estão duros e já querem ficar velhos. Já cortaram todas as mulheres, eu vejo isso e eu choro. Eles não têm pena de ninguém, cortam mesmo a gente."

OS JOVENS E A MISCIGENAÇÃO "Agora voltou a aumentar de novo. Eles continuam fazendo filho e o povo já está aumentando mais. A população aumentou, mas já está a metade estragada. Parece tudo com *kupen*, não parece meu filho legítimo. Eu não entendo direito. Eles têm vontade de brincar, mas não brincam direito. Eles têm que aprender a dançar, cair, levantar para animar a festa, para todo mundo sorrir. Senão fica todo mundo triste. Aqueles velhos de antigamente, eles brincavam, dançando mesmo! Eles brincavam e os outros gostavam e sorriam deles. Esses meninos de hoje parecem estátuas de barro, eles não abrem os braços, não dançam de verdade, e eu fico falando de graça. Não tem um que brinque, para os outros rirem dele, para ele ficar famoso na brincadeira, para ele ficar andando aí, todo mundo achando graça. Eles não largam a roupa, com medo de brincar."

O FILME "Eu não quero que vocês fiquem feito besta na brincadeira, para a gente mesmo assistir o nosso filme. Quando eu morrer vai ficar a minha imagem. Aí vocês vão ver o filme e fazer como fazia lá atrás. Assim que eu quero fazer. Não sei como você apareceu na hora certa, e eu acabei essa festa na tua presença, eu fiquei feliz. Assim vocês vão poder continuar assistindo." *(agosto, 2010)*

© VINCENT CARELLI/VÍDEO NAS ALDEIAS

Para Kokrenum é triste o fato de que os jovens gavião não se interessem mais por brincar. Refletindo sobre o filme que o Vídeo nas Aldeias gravou em 2010, Kokrenum diz aos jovens: "Quando eu morrer vai ficar a minha imagem. Aí vocês vão ver o filme e fazer como fazia lá atrás".

Cisões Recentes e Mobilidade das Comunidades Kayapó

Adriano Jerozolimski | Biólogo
Maria Beatriz N. Ribeiro | Bióloga
Cássio Noronha Inglês de Sousa | Antropólogo
Terence Turner | Antropólogo

OS KAYAPÓ QUE, ASSIM COMO OS XIKRIN, SE AUTODENOMINAM MEBENGOKRE, FORMAM UM DOS MAIS POPULOSOS E POLITICAMENTE INFLUENTES GRUPOS INDÍGENAS DO BRASIL, E HABITAM ATUALMENTE GRANDES PORÇÕES DE TERRAS NO SUDESTE DA AMAZÔNIA. POSSUEM HÁBITOS TRADICIONALMENTE SEMINÔMADES E, DESDE OS PRIMEIROS REGISTROS DO GRUPO, JÁ ERAM DESCRITAS SUAS GRANDES PERAMBULAÇÕES AO LONGO DO INTERFLÚVIO ARAGUAIA E TAPAJÓS, ASSIM COMO AS CONSTANTES CISÕES DE SUAS ALDEIAS

Após o contato, apesar de um conjunto de mudanças ter estimulado a sedentarização das comunidades Kayapó, cisões e formações de novas aldeias continuam ocorrendo. Neste artigo, tentamos preencher a lacuna de informações existente em relação às cisões recentes dos Kayapó ocorridas até 2010, discutindo suas motivações, assim como outros fatores que influenciam a mobilidade de seus grupos em seus territórios.

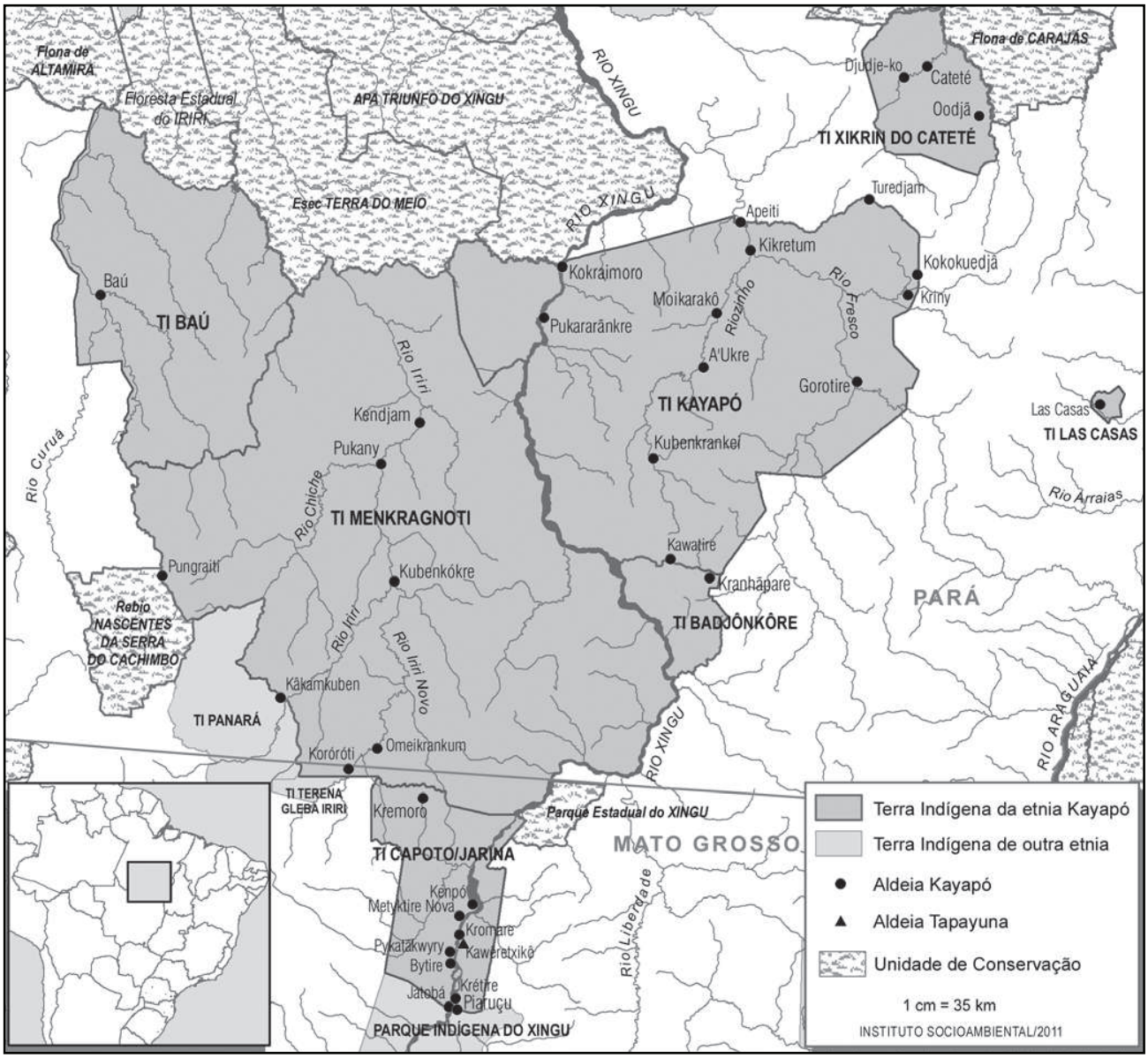
Os Mebengokre são um grupo indígena pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê, família linguística Jê, cuja origem parece ter ocorrido na região entre os Rios Araguaia e Tocantins. O grupo Mebengokre ancestral sofreu cisões que originaram três grupos principais: (1) Os Pore-kru, ancestrais dos atuais Xikrin; (2) os Gorotire, ancestrais dos atuais subgrupos Gorotire, Kuben-Kkran-Ken, Kokraimoro, Kararaô, Menkragnotí e Metuktire, aqui coletivamente denominados Kayapó; e (3) os Irã-a mrayre, extintos na década de 1940. Enquanto a separação do grupo ancestral Xikrin do ancestral dos demais grupos atuais Mebengokre (Kayapó) ocorreu provavelmente a cerca de três séculos, todas as cisões que originaram os subgrupos Kayapó, ocorreram apenas após o início do século XX. Os Kayapó, subgrupo Mebengokre objeto deste artigo, habitam hoje as TIs Kayapó, Menkragnotí, Baú, Capoto/Jarina, Badjonkôre, Las Casas e Kararaô, que juntas, correspondem a uma área de 10,9 milhões de hectares (*Figura 1*).

AS CISÕES KAYAPÓ NAS ÚLTIMAS QUATRO DÉCADAS

Com exceção da comunidade de Gorotire, cujo contato pacífico ocorreu em meados da década de 30, o contato de todas as demais comunidades Kayapó ocorreu após 1950. Na década de 50 os subgrupos Kayapó encontravam-se divididos em 10 aldeias, com aproximadamente 1.550 habitantes no total, excetuando-se os grupos isolados. Somente a partir da década de 1970 os Kayapó entraram em uma fase de recuperação demográfica, após as epidemias decorrentes do contato, voltando a originar novas comunidades.

Em 1976, uma cisão na comunidade de Gorotire originou a comunidade de Kikretum. As comunidades de A´Ukre e Kranhãpare surgiram de cisões da comunidade de Kuben-Kran-Ken em 1979 e 1988, respectivamente. Da cisão ocorrida em A´Ukre, em 1995, originou-se a comunidade de Moikarakô, enquanto que a cisão

FIGURA 1 - ALDEIAS KAYAPÓ NO SUL DO PARÁ E NORTE DO MATO GROSSO



ocorrida em Kranhãpare, em 2007, deu origem à comunidade de Kawatire. Cisões ocorridas na comunidade de Gorotire em 1994, 1996 e 2003 originaram as comunidades de Kokokuedjã, Las Casas (reocupação) e Kriny, respectivamente. Em 1999, surgiu a comunidade de Pukarãrãnkre em decorrência de uma cisão na comunidade de Kokraimoro. Mais recentemente, em 2009 e 2010, cisões na comunidade de Kikretum originaram as comunidades de Apeití e Turedjam, respectivamente. Dentro do subgrupo Mekragnotí, cisões na comunidade de Pykany em 1999 e 2010 deram origem às comunidades de Kendjam e Pungraiti, respectivamente. Também dentro do subgrupo Mekragnotí, uma cisão na comunidade de Kubenkókre, em 2007, resultou na formação de três novas aldeias, Kâkamkuben, Omeikrankum e Koróróti. Já a aldeia Metuktire surgiu em 1985 após a junção das antigas aldeias de Krétire e Jarina. Em 1989, uma cisão de Metuktire originou a aldeia Kapot. Piaraçú, também originária da aldeia Metuktire, surgiu no final da década de 80, inicialmente como um Posto de Vigilância. Cisões recentes das comunidades de Metuktire e Piaraçu, uma delas ocorrida em 2003 e as demais após 2007, originaram as comunidades de Jatobá, Kenpó, Kameretikô, Bytire, Pykatãkwyry, Kromare e Krétire**.** Atualmente os Mebengokre estão distribuídos em 40 comunidades e somam cerca de 8.978 pessoas, sendo 1818 do subgrupo Mebengokré Xikrin (*Tabela 1*)**.**

TABELA 1. DATA DE CISÃO DA COMUNIDADE ANCESTRAL, POPULAÇÃO, LOCALIZAÇÃO NAS TIS E IDENTIFICAÇÃO DO SUBGRUPO DAS ATUAIS COMUNIDADES MEBENGOKRE

Comunidade	Subgrupo	TI	População[1]	Data de cisão
Gorotire	Gorotire	Kayapó	931	1936
Kikretum	Gorotire	Kayapó	468	1976
Kokokuedjã	Gorotire	Kayapó	82	1994
Las Casas	Gorotire	Las Casas	337	1996[2]
Kriny	Gorotire	Kayapó	159	2003
Apeiti	Gorotire	Kayapó	50	2009
Turedjam	Gorotire	Kayapó	211	2010
Kubenkrankei	Kubenkrankei	Kayapó	219	1936
A´Ukre	Kubenkrankei	Kayapó	384	1979
Kranhãpare	Kubenkrankei	Badjonkore	118	1988
Moikarakô	Kubenkrankei	Kayapó	380	1995
Kawatire	Kubenkrankei	Kayapó	47	2007
Kokraimoro	Kokraimoro	Kayapó	424	1940
Pukarãrãnkre	Kokraimoro	Kayapó	178	1999
Kararaô	Kararaô	Kararaô	54	1935
Bau	Mekragnoti	Baú	200	1947
Pukany	Mekragnoti	Menkragnoti	211	1980
Pungraiti	Mekragnoti	Menkragnoti	39	2010
Kubenkókre (Mekragnotí)	Mekragnoti	Menkragnoti	759	1983
Kendjam	Mekragnoti	Menkragnoti	197	1999
Omeikrankum	Mekragnoti	Menkragnoti	56	2007
Koróróti	Mekragnoti	Menkragnoti	78	2007
Kâkamkuben	Mekragnoti	Menkragnoti	122	2007
Kremoro (Kapot)	Metuktire	Capoto/Jarina	547	1989[1]
Metyktire	Metuktire	Capoto/Jarina	276	1989
Piaraçu	Metuktire	Capoto/Jarina	148	1985
Kenpó	Metuktire	Capoto/Jarina	42	2007
Bytire	Metuktire	Capoto/Jarina	49	2008
Kromare	Metuktire	Capoto/Jarina	15	2009
Pykatãkwyry	Metuktire	Capoto/Jarina	31	2009
Jatobá	Metuktire	Capoto/Jarina	38	2003
Krétire	Metuktire	Capoto/Jarina	18	2009
Cateté	Xikrin	Xikrin do Cateté	625	1953[3]
Djudjekô	Xikrin	Xikrin do Cateté	381	1993
Oodjã	Xikrin	Xikrin do Cateté	64	2007
Bacajá	Xikrin	Trincheira/Bacajá	206	1926[4]
Mrôtidjam	Xikrin	Trincheira/Bacajá	293	2003
Pàtkrô	Xikrin	Trincheira/Bacajá	123	1985[5]
Pykayakà	Xikrin	Trincheira/Bacajá	81	2006
Pytakô	Xikrin	Trincheira/Bacajá	45	2010

[1] Fonte: Siasi-Funasa/MS, 12/2010; [2] Data de reocupação; [3] Data de retorno da maior parte dos Xikrin que se encontravam no Posto Las Casas (cerca de 300) para a região do Cateté; [4] Data aproximada; [5] Data da cisão da aldeia Bacajá que originou a antiga aldeia Tricheira (atual Pàtkrô).

Comunidade	Subgrupo	TI	População[1]	Data de cisão
Mebengokres que residem em aldeias de outras etnias				
Kaweretxikô (Tapayuna)	Metuktire	Capoto/Jarina	20	-
Waniwanija (Trumai)	Metuktire	Capoto/Jarina	4	-
Pakaya (Juruna)	Metuktire	PIX	3	-
População das famílias Mebengokre que residem em roças (projetos)				
Roças próximas a Kikretum	Gorotire	Kayapó	110	-
Roças próximas a Gorotire	Gorotire	Kayapó	155	-
Total			**8.978**	-

PRÉ E PÓS CONTATO ATÉ A DÉCADA DE 1970

Os históricos de origens e cisões dos Kayapó até o final da década de 80 foram descritos detalhadamente por Nimuendajú, Arnaud, Verswijver e Turner. Segundo esses autores, conflitos entre grupos sob o comando de algumas lideranças, desencadeados por acusações de feitiçaria, ciúmes, conflitos sobre decisões relacionadas a guerras com outros grupos Kayapó ou outras etnias, assim como sobre decisões de mudanças de aldeamento pela busca por localidades com maior abundância de determinados recursos naturais, foram os principais motivos que levaram às cisões nas comunidades Kayapó durante o período que antecedeu o contato com a sociedade envolvente.

Após os primeiros contatos com a sociedade nacional, no entanto, novos fatores passaram a influenciar as tensões internas e, consequentemente, a dinâmica de cisões dentro das comunidades Kayapó. Mesmo antes dos primeiros contatos pacíficos com o SPI, epidemias originárias dos contatos esporádicos com colonos resultaram em grandes conflitos internos e até cisões nas aldeias Kayapó devido a acusações de feitiçaria por parte de grupos rivais. Paralelamente, a atração exercida por novas tecnologias e bens de consumo encontrados com ribeirinhos (seringueiros e gateiros), em vilarejos e nos centros urbanos da região, levaram a cisões em comunidades onde a decisão pela mudança para localidades com maior facilidade de acesso a tais bens não foi consenso na população, devido ao receio das conseqüências do contato.

A partir dos primeiros contatos pacíficos, nas décadas de 1940 e 1950, o fornecimento de bens de consumo foi a estratégia utilizada pelo SPI para a "atração e pacificação" dos Kayapó, buscando reverter o quadro de ataques dessa população aos regionais, cuja motivação principal era a obtenção destes itens. Esta e outras estratégias de pacificação implementadas pelo SPI e, posteriormente, pela Funai, como a instalação de agências do governo nas aldeias e da atuação destas como prestadoras de serviços e mediadoras das relações com outras comunidades e com autoridades governamentais, além de estimularem a sedentarização, reduziram os conflitos entre as comunidades Kayapó, assim como entre elas e comunidades de outras etnias. O poder tradicional das lideranças de manter a coesão entre os membros de uma comunidade foi assim enfraquecido e criou-se um cenário favorável para cisões que antes seriam inibidas por ameaças de sanções violentas, especialmente sobre subgrupos menores e, consequentemente, mais vulneráveis.

Nas décadas de 1960 e 1970, as comunidades Kayapó ainda tinham pouca inserção nas atividades econômicas da região. Neste período a comercialização da castanha-do-Brasil com o auxílio da Funai representava aos Kayapó a mais relevante possibilidade para a aquisição de bens dos não-indígenas, embora todo o processo de venda e aquisição destes bens fosse intermediado por funcionários da Funai. Além disso, com o início da ocupação do entorno de suas aldeias, alguns Kayapó passaram a levar artesanatos e produtos da floresta para trocar em algumas fazendas do entorno. Assim, o acesso a recursos naturais com valor comercial ou de troca passou a influenciar os processos de cisão.

DÉCADAS DE 1980 E 1990 – OS CICLOS DO OURO E DO MOGNO

Na década de 1980, o contexto regional no qual os Kayapó estão inseridos passa por um processo de radical transformação, com a abertura de grandes fazendas no norte do Mato Grosso e sul do Pará, seguida da exploração de ouro a céu aberto (garimpos) e da exploração madeireira. Enquanto a atividade garimpeira, concentrada nos territórios de poucas comunidades, como Gorotire e Kikretum, teve seu auge na década de 1980 e passou por uma progressiva retração no início da década de 1990, a exploração de mogno cresceu significativamente nos anos 1990, envolvendo a maioria das comunidades Kayapó, inclusive as mais isoladas geograficamente. O envolvimento com as atividades

garimpeira e madeireira viabilizou, pela primeira vez, o acesso direto dos Kayapó ao dinheiro. O volume de recursos gerado em muitas comunidades foi espantoso, produzindo, por um lado, um grande poder aquisitivo aos Kayapó e, por outro, violência, prostituição e alcoolismo. O período dos ciclos do ouro e do mogno foi extremamente dinâmico e conturbado, tanto nas relações dos Kayapó com as instituições e setores da sociedade não indígena, quanto nas relações dentro e entre as comunidades Kayapó. O acesso ao ouro e mogno foi caracterizado por disputas dentro e entre comunidades e a distribuição dos recursos financeiros e mercadorias pela concentração em poucas famílias, gerando um quadro generalizado de conflitos e desunião entre os Kayapó, o qual inevitavelmente influenciou a dinâmica de cisões de suas aldeias. Interessante notar, entretanto, que no mesmo período também foi observado um fenômeno inovador entre os Kayapó, caracterizado pela articulação geral entre suas aldeias, motivada pela luta pela defesa e demarcação de suas terras, em parte financiada com recursos advindos da exploração de ouro em seus territórios.

No início da década de 1990, a Funai apoiou a criação e instalação de diversos Postos de Vigilância (PVs) ao longo dos limites da TI Kayapó, como estratégia de proteção territorial. Embora alguns PVs tenham sido ocupados por famílias com a preocupação legítima com a proteção de seus territórios tradicionais, os recursos fornecidos pela Funai aos responsáveis pelos PVs foram um forte motivador para sua ocupação. Além disso, famílias que se sentiam insatisfeitas com a divisão dos recursos advindos dos contratos de exploração de ouro e madeira também identificaram nos PVs uma oportunidade de maior autonomia. Assim, ao invés de desempenhar a função de proteção, muitos responsáveis por PVs passaram a facilitar a condução de atividades ilegais nos territórios Kayapó. Com o passar do tempo, alguns PVs se tornaram aldeias, enquanto outros continuaram a ser ocupados e explorados sazonalmente por algumas famílias Kayapó.

DÉCADA DE 2000 – NOVOS TEMPOS

A partir do início da década de 2000, com a intensificação das restrições às atividades garimpeira e madeireira em territórios indígenas, a maioria das comunidades Kayapó passou a buscar apoio do governo e de organizações não governamentais para desenvolver alternativas sustentáveis de geração de renda. O desafio de se estabelecer uma forma eficiente de acesso a bens e mercadorias, a entidades que assistem os Kayapó e a políticas públicas assistencialistas, bem como as disputas por recursos governamentais, passaram e ser fatores que influenciam as cisões das comunidades Kayapó contemporâneas, como por exemplo as cisões que originaram as comunidades de Apeiti, em 2009, e Turedjam, em 2010.

FATORES ATEMPORAIS

Alguns fatores que influenciaram as cisões pré-contato, entretanto, apesar de interagirem com novos fatores advindos da intensificação do contato, continuam a influenciar as cisões das comunidades Kayapó. A busca por novos locais para aldeamentos devido à escassez de recursos naturais importantes como caça, pescado e locais férteis para abertura de roças nas proximidades de aldeias, é um dos fatores determinantes de cisões que permanece importante desde antes do contato até os dias de hoje. A cisão que originou a comunidade de Pukany, por exemplo, foi motivada pela busca de um local com maior abundância de recursos naturais.

Além dos fatores mencionados anteriormente, é provável que o crescimento populacional tenha grande influência na geração de novas comunidades. Coincidentemente ou não, três das maiores comunidades Kayapó (Gorotire, Kubenkókre e Kikretum) passaram por cisões nos últimos sete anos. Com base nos censos da Funasa, as populações das comunidades Kayapó cresceram de 2006 a 2010 de 5.645 a 7.301 indivíduos, o que equivale a uma taxa anual média de aproximadamente 6,3% nos últimos quatro anos. Em populações que estão crescendo de forma rápida, como a maioria das comunidades Kayapó, os processos de cisão são evidentemente esperados, já que à medida que suas populações aumentam, recursos explorados acima de suas capacidades de reposição tornam-se escassos. Simultaneamente, o tempo da permanência de uma comunidade em uma mesma localidade também pode ter um efeito nos recursos utilizados acima de suas capacidades de reposição semelhante ao efeito do crescimento populacional. Com o crescimento populacional, aumentam-se também as dificuldades dos caciques em manter coeso o grupo sob sua liderança, aumentando, desta forma, a probabilidade do surgimento de conflitos que podem, eventualmente, resultar em cisões. A nomeação de mais de uma liderança nas comunidades Kayapó com populações grandes parece ser uma forma de enfrentar este desafio, mas que pode, no entanto, gerar um processo de polarização dentro da comunidade.

Os órgãos indigenistas oficiais e, mais recentemente, outras instituições governamentais e não governamentais, vêm influenciando de forma significativa a distribuição espacial das aldeias Kayapó em seus territórios. A localização de muitas comunidades Kayapó fundadas nos últimos anos em locais de acesso

mais fácil às cidades do entorno, como Turedjam, Apeti, Kriny, Kâkamkuben, Omeikrankun e Kororóti, certamente reflete não somente a necessidade de maior acesso aos locais onde podem obter bens e serviços, mas também às instituições que as auxiliam a viabilizar seus anseios e garantir seus direitos perante a sociedade envolvente.

OUTROS ELEMENTOS DA MOBILIDADE KAYAPÓ

Além dos processos de cisão e mudanças de aldeamentos, existem outros fatores que contribuem para a mobilidade das comunidades Kayapó. Muitas comunidades mudaram a localidade de suas aldeias sem passar por cisões. Apenas dentro do subgrupo Mekragnoti, Gustaf Verswijver registrou relatos de mais de 80 mudanças de aldeamentos entre a data de separação deste grupo de seu grupo ancestral, em 1905, até a pacificação do mesmo, por volta de 1950. Ele atribuiu à guerra entre aldeias a principal causa desta intensa movimentação. Com a pacificação, entretanto, a guerra perdeu sua importância como fator desencadeador de mudanças de aldeamentos, enquanto novos elementos passaram a também influenciar a mobilidade dos Kayapó.

As perambulações e migrações entre aldeias muitas vezes distantes centenas de quilômetros entre si são práticas tradicionais dos Kayapó desde as primeiras descrições do grupo. Hoje, entretanto, estas práticas são realizadas com uma série de novos elementos advindos do contato, influenciando significativamente a mobilidade dos Kayapó em seus territórios. O constante fluxo de pessoas entre aldeias Kayapó, as frequentes incursões cerimoniais pela floresta com duração de semanas a até mais de um mês, além da abertura de acampamentos para coleta de castanha-do-Brasil e de roças em localidades distantes das aldeias, são hoje facilitados e estimulados por meios eficientes de transporte e de comunicação e colocam em questão o abandono dos tradicionais hábitos seminômades pelos Kayapó.

A incorporação de novos meios de transporte também aumentou enormemente a capacidade de deslocamento das comunidades Kayapó em seus territórios, contribuindo para diluir a pressão sobre os recursos naturais que utilizam através do uso mais frequente de aéreas remotas e da expansão das áreas de uso. Por fim, apesar de as infraestruturas instaladas nas aldeias, principalmente relacionadas à saúde, educação, transporte e comunicação, terem promovido maior sedentarização das co-

MARCELLO CASAL JR/ABr

Aldeia Kikretum, uma das que formam a Terra Indígena Kayapó no sudeste do Pará. Ao fundo, o Rio Fresco.

munidades Kayapó, recentemente, a maior facilidade de acesso a tais bens e serviços, associada à ampliação da rede de atores e instituições com quem os Kayapó se relacionam, tem reduzido o papel das mesmas como inibidoras da mobilidade de suas comunidades.

CONCLUSÃO

Os Kayapó encontram-se atualmente em um período de acentuado crescimento demográfico. Especialmente nas duas últimas décadas, apresentaram também um aumento significativo do número de aldeias. As motivações para as cisões recentes nas aldeias Kayapó compreendem tanto elementos atemporais e presentes na dinâmica de cisões pré-contato, quanto elementos ligados aos contextos socioeconômicos e às políticas governamentais contemporâneas. Além disso, apesar de os Kayapó normalmente atribuírem as cisões de suas comunidades a eventos imediatamente anteriores às mesmas, o mais provável é que estas sejam o resultado de uma combinação complexa de fatores que geram tensões entre lideranças ou subgrupos das aldeias que se acumulam ao longo do tempo.

Adicionalmente à intensa dinâmica de cisões, os Kayapó apresentam atualmente uma grande mobilidade em seus territórios, o que nos leva a concluir que a "sedentarização" deste grupo é apenas aparente. Há todo um conjunto de novos elementos motivadores de cisões e estratégias de mobilidade territorial que são ressignificados pelos Kayapó face às novas conjunturas resultantes da interação com a sociedade nacional. É fundamental compreender que a incorporação de novos elementos motivadores das cisões não implica no abandono ou repúdio da estrutura normativa de suas instituições comunais e segmentárias, já que os grupos que partem reestabelecem o mesmo esboço de estrutura social e política na nova aldeia que fundam. Pelo contrário, muitos desses novos elementos substituíram antigos elementos não mais existentes e têm contribuído para o fortalecimento político dos Kayapó perante os desafios impostos pelo contato. *(fevereiro, 2011)*

Castanha-do-Brasil: Geração de Renda e Proteção Territorial

Adriano Jerozolimski | Biólogo, superintendente da Associação Floresta Protegidai

Maria Beatriz N. Ribeiro | Bióloga, doutoranda/Inpa

SE NO FINAL DA DÉCADA DE 1980 E ANOS 1990 OS KAYAPÓ DO SUL DO PARÁ SE DESTACARAM PELO ENVOLVIMENTO COM ATIVIDADES PREDATÓRIAS REALIZADAS EM SEUS TERRITÓRIOS, COMO A MINERAÇÃO DE OURO E A EXPLORAÇÃO DE MOGNO, NOS ÚLTIMOS ANOS A MAIORIA DAS COMUNIDADES KAYAPÓ TEM BUSCADO APOIO PARA PROTEGER SEUS TERRITÓRIOS E DESENVOLVER INICIATIVAS SUSTENTÁVEIS DE GERAÇÃO DE RENDA

Este artigo descreve tais iniciativas desenvolvidas em três comunidades Kayapó – A'Ukre, Moikarakô e Kikretum – pela Associação Floresta Protegida (AFP), organização indígena não-governamental fundada em 2002 que, atualmente, representa onze comunidades Kayapó, dez delas localizadas na TI Kayapó e uma localizada na TI Menkragnoti, no sul do Estado do Pará.

POR QUE CASTANHA?

A castanha é um recurso extremamente abundante nos territórios de muitas comunidades Kayapó, favorecendo a sustentabilidade de sua exploração, assim como sua viabilidade econômica e seu potencial para atender as demandas das comunidades. A coleta da castanha é uma atividade tradicional, sobre a qual os Kayapó têm total conhecimento e domínio, não exigindo, como outras alternativas de geração de renda, processos de capacitação. Além disso, a renda gerada por esta atividade é totalmente compatível com a capacidade de gestão das comunidades Kayapó e distribuída entre a grande maioria de seus membros, já que participam da coleta homens e mulheres, jovens e adultos.

Por ser uma árvore nativa e apresentar uma ampla distribuição nas florestas da região, sua exploração também contribui para a conservação dessa área conhecida como "Arco do Desmatamento". Este vínculo direto com a conservação florestal favorece a captação de recursos junto a organizações interessadas nos diversos benefícios gerados pela conservação das florestas, incluindo a manutenção do clima e regime de chuvas e a conservação da biodiversidade. Outro importante aspecto que torna a castanha um produto promissor para a geração de renda é a existência de mercados consumidores, tanto no Brasil quanto no exterior, associado à possibilidade de agregar valor a este produto através de intervenções simples em sua cadeia produtiva, gerando mais benefícios para as comunidades produtoras. Por fim, a coleta de castanha contribui diretamente para a proteção territorial, para a complementação da dieta, assim como para o fortalecimento cultural. O fato de muitos castanhais estarem localizados em regiões vulneráveis dos territórios Kayapó, próximos aos seus limites, faz com que a presença dos Kayapó durante o período de coleta ou de manutenção das trilhas, iniba a prática de atividades ilegais e predatórias por terceiros.

Os coletores têm acesso a regiões onde, pelo maior distanciamento das áreas mais utilizadas pela comunidade, a disponibilidade de caça é significativamente maior, favorecendo o aumento do consumo de proteína animal. Além disso, nas regiões próximas de muitos castanhais são encontrados recursos florestais que não ocorrem nas proximidades das aldeias. Assim, durante a coleta de castanha, os Kayapó também desenvolvem outras atividades extrativistas, como a coleta de frutos, de remédios tradicionais e de materiais para a confecção de artesanato. Por

fim, a longa permanência das famílias nos acampamentos de coleta de castanha proporciona a oportunidade para a transmissão de conhecimentos dos mais velhos aos mais novos, contribuindo para o fortalecimento cultural material e imaterial dos Kayapó.

SITUAÇÃO ANTES DO PROJETO E OS PRIMEIROS PASSOS

Com o fim da iniciativa de produção de óleo de castanha apoiada pela empresa inglesa The Body Shop, entre 1991 a 2002, a comunidade de A´Ukre praticamente deixou de comercializar esse produto devido à dificuldade de obtenção de preços que compensassem os altos custos de escoamento de sua produção. Na comunidade de Moikarakô, a baixa abundância deste recurso em seu território também associada ao preço baixo obtido nos mercados locais também não tornava a comercialização da castanha uma atividade atrativa. Exceção neste cenário era a comunidade de Kikretum que, tanto pela maior facilidade de escoamento de sua produção, quanto pela grande abundância de castanhais em seu território, vinha comercializando sua produção no mercado local ou regional por preços baixos.

Buscando atender a demanda de apoio ao desenvolvimento de iniciativas de geração de renda apresentada pela maioria das comunidades Kayapó que representa, a AFP iniciou, em dezembro de 2005, um levantamento de informações sobre o uso da castanha-do-Brasil em A´Ukre, Moikarakô e Kikretum. Tais informações subsidiaram a elaboração de um plano de negócios destinado a avaliar a viabilidade econômica da produção e comercialização dos principais sub-produtos da castanha.

Os resultados do plano de negócios foram apresentados para as três comunidades em agosto de 2006 e ambas decidiram que estruturariam iniciativas voltadas ao mercado alimentício e que trabalhariam, pelo menos inicialmente, com a comercialização da castanha *in natura* (com casca). Como forma de melhorar a qualidade da castanha e atender às exigências sanitárias dos mercados nacional e internacional, especialmente em relação à contaminação por aflatoxinas, a AFP passou a investir em infraestrutura e capacitação em "boas práticas de manejo".

No segundo semestre de 2007, a AFP construiu galpões para secagem e armazenagem de castanha nas três comunidades mencionadas acima. Entre dezembro de 2007 e dezembro de 2009 foram realizadas três oficinas de capacitação para o gerenciamento destas iniciativas no âmbito das comunidades e para a adoção de um conjunto de "boas práticas de manejo", voltadas principalmente para a melhora da qualidade da castanha produzida. Neste processo foram capacitados dois representantes de cada comunidade para assumir os trabalhos nos galpões, incluindo o controle da quantidade (registro no livro controle) e da qualidade de castanha entregue por cada coletor, a secagem e a posterior armazenagem da castanha nos galpões, além da emissão dos recibos utilizados para o pagamento de cada coletor no escritório da AFP, em Tucumã.

ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS

Visando obter o capital de giro necessário para alavancar as iniciativas de manejo e comercialização de castanha do Brasil pelas comunidades Kayapó de Kikretum, Moikarakô e A´Ukre, em 2008 e 2009 a AFP, com apoio da Funai de Tucumã, obteve empréstimos do Programa de Aquisição de Alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Estes empréstimos foram utilizados para remunerar os Kayapó pela entrega da castanha nos galpões destinados à secagem e à armazenagem deste produto, construídos em suas aldeias, mobilizando as comunidades para o uso dos galpões e das "boas práticas de manejo". Sem esse capital de giro, seria muito difícil conseguir formar o estoque nos galpões, processo necessário para a negociação com compradores diferenciados. A instituição da política do preço mínimo para a castanha do Brasil (R$ 52,49/hectolitro) também teve um papel chave para a estabilidade destas iniciativas, pois permitiu a definição de um valor para a remuneração dos coletores Kayapó.

Devido à significativa diminuição das chuvas na região em meados abril, a castanha armazenada nos galpões construídos nas aldeias precisa ser escoada até a cidade de Tucumã, antes dos níveis dos rios baixarem a ponto de inviabilizar a circulação de barcos com carga pesada. Como não havia um espaço adequado para a armazenagem da castanha produzida pelas comunidades Kayapó em Tucumã, em outubro de 2009 a AFP apoiou o então Núcleo de Apoio Operacional da Funai de Tucumã (atual Coordenação Regional de Tucumã) na submissão de uma proposta ao colegiado do Território da Cidadania Sul do Pará/Alto Xingu para a construção de dois galpões destinados à armazenagem de castanha em Tucumã. A construção destes galpões, com capacidade para armazenar cerca de 250 toneladas de castanha, foi viabilizada através da assinatura de um Termo de Cooperação entre o MDA e a Funai e iniciada, em janeiro de 2011.

Por fim, o apoio do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará (Ideflor) à AFP viabilizou, em 2011, a aquisição de uma

ADRIANO JERQZOLIMSKI

Nhâkangá Kayapó durante a coleta da castanha no território da comunidade de Moikarakô.

embarcação de metal de 12 metros de comprimento com capacidade para transportar cerca de sete toneladas de carga. Esta embarcação contribuirá significativamente para melhor estruturar a cadeia produtiva da castanha-do-Brasil nas comunidades Kayapó, facilitando o escoamento da produção e reduzindo seus custos.

MONITORAMENTO DA SUSTENTABILIDADE DA EXPLORAÇÃO E CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA

Em parceria com pesquisadores do Inpa, a AFP tem realizado a avaliação da sustentabilidade da exploração de castanha pelos Kayapó. Os resultados preliminares desta pesquisa indicam que a exploração realizada pelos Kayapó é sustentável e, inclusive, que existe a possibilidade da atividade ser expandida em algumas comunidades onde é muito alta a abundância de castanhais. A parceria com tais pesquisadores também viabilizou a elaboração do "Projeto extrativista sustentável orgânico", documento exigido pela empresa que realizou a certificação orgânica das iniciativas de castanha-do-Brasil das comunidades Kayapó apoiadas pela AFP.

A AFP também está monitorando a contaminação por aflatoxinas da castanha produzida pelas comunidades Kayapó em questão, visando se adequar às exigências dos mercados mais restritivos, como o mercado europeu.

RESULTADOS

Como resultado direto da estruturação destas iniciativas a AFP conseguiu viabilizar a comercialização total das safras de 2008/2009 (60 toneladas), 2009/2010 (100 toneladas) e da safra de 2010/2011 (100 toneladas) das comunidades de A´Ukre, Moikarakô e Kikretum por preços bastante superiores ao preço mínimo estabelecido pelo governo federal para a castanha do Brasil. Nas safras mencionadas, o hectolitro da castanha dos Kayapó foi comercializado a R$ 78,00, R$ 72,00 e R$ 90,00, respectivamente, o que representa preços entre 37 e 71% superiores ao preço mínimo deste produto.

Os bons resultados alcançados por estes projetos nas comunidades de A'Ukre, Moikarakô e Kikretum atraíram a atenção de outras comunidades Kayapó (Kokraimoro e Pukararankre), que passaram recentemente a fazer parte destas iniciativas. No

entanto, apesar dos avanços em relação à qualidade da castanha produzida pelas comunidades Kayapó, os resultados obtidos em análises laboratoriais ainda indicam a necessidade de continuidade do monitoramento da qualidade da castanha produzida, bem como dos processos de capacitação para a adoção de boas práticas de manejo junto às comunidades.

DESAFIOS

Os maiores desafios enfrentados durante o desenvolvimento destas iniciativas foram:

• Formação do capital de giro necessário para cobrir tanto as despesas com as etapas de coleta e escoamento da produção, quanto a remuneração mínima dos coletores para garantir a formação de estoque;

• Estabelecimento de um mecanismo de controle social efetivo nas comunidades Kayapó que estimule a adoção das boas práticas de manejo;

• Produção de uma castanha com níveis de contaminação por aflatoxinas abaixo dos limites aceitos pelos mercados internacionais, especialmente o europeu;

• Obtenção de documentos exigidos para o acesso a políticas públicas com potencial para fortalecer estas iniciativas (ex. Declarações de Aptidão ao Pronaf para acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos);

• Capacitação das comunidades Kayapó visando o fortalecimento de sua autonomia na gestão destas iniciativas.

CONCLUSÕES

Considerando que entre os principais objetivos da AFP estão: a promoção da valorização cultural, o fortalecimento da proteção territorial e o desenvolvimento de iniciativas sustentáveis de geração de renda, as iniciativas de manejo e comercialização de castanha-do-Brasil representam uma interessante oportunidade para se trabalhar de forma integrada tais objetivos, contribuindo para a maior autonomia econômica das comunidades Kayapó e para a gestão sustentável de seus territórios. *(fevereiro, 2011)*

Menire: O Projeto das Mulheres Kayapó

Carmen Figueiredo | Coordenadora do Projeto Menire

APÓS QUASE DUAS DÉCADAS DE ATIVIDADES PREDATÓRIAS DE GARIMPO E MADEIRA EM SUAS TERRAS, ATIVIDADES ESSAS INICIADAS PELO GOVERNO FEDERAL NA DÉCADA DE 1980, OS KAYAPÓ DA MARGEM OESTE DO RIO XINGU ABANDONARAM ESSAS PRÁTICAS E ESTÃO CONVENCIDOS DE QUE AS ALTERNATIVAS ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS SÃO O CAMINHO PARA GARANTIR A SOBREVIVÊNCIA DAS FUTURAS GERAÇÕES. APESAR DESSA DETERMINAÇÃO, AINDA CARECEM DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS A ENFRENTAR ESSE GRANDE DESAFIO

O Projeto Menire veio a contribuir com esse novo cenário de sustentabilidade e fortalecimento cultural que os Kayapó definiram. Porém, voltado a um segmento importantíssimo da cultura kayapó: as mulheres.

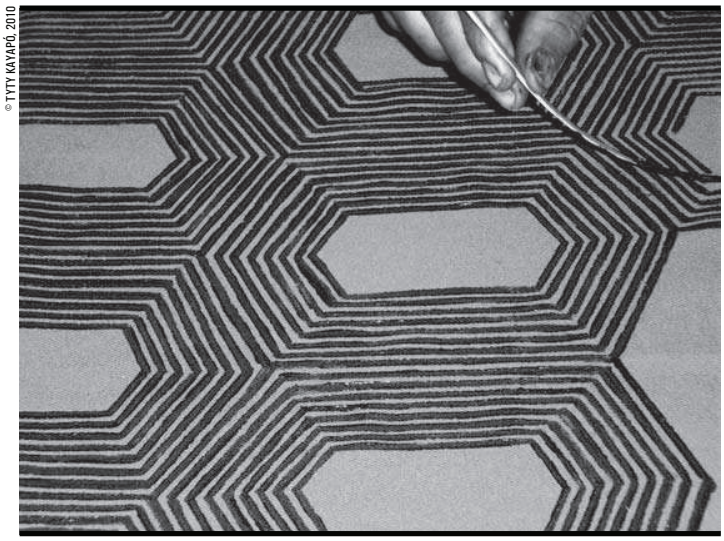
Menire significa "mulher" na língua kayapó. O Projeto Menire é a primeira iniciativa voltada exclusivamente às mulheres Kayapó e foi elaborado em setembro de 2006 pela indigenista Carmen Figueiredo, em parceria com as mulheres Kayapó, estando em execução desde o início de 2007. Atualmente está em andamento com as mulheres das aldeias Pukanu e Pungraiti na Terra Indígena Menkragnoti no Estado do Pará, sendo a aldeia Pukanu a base do projeto.

O objetivo do projeto é o de preservar e divulgar a cultura desse povo por meio de uma alternativa de renda sustentável para essas mulheres, que não dominam o português e são símbolo da resistência e sobrevivência da cultura kayapó. São elas as grandes responsáveis por transmitir sua cultura aos seus filhos e assim possibilitar sua perpetuação.

Pelas mãos dessas mulheres, os grafismos tradicionais são transferidos de seus corpos para os tecidos e adereços de miçangas.

© NGREIKANHÊ KAYAPÓ, 2010

Pintura em tecido é uma das atividades do Projeto Menire, na aldeia Pukanu, TI Menkragnoti (PA).



© TYTY KAYAPÓ, 2010

Em 2008, painéis pintados pelas mulheres do Projeto foram selecionados para participar da 2ª Off Bienal de São Paulo.

Todas as peças são originais, respeitando os direitos sobre sua cultura imemorial e garantindo sua autenticidade. Por meio do projeto, elas dividem conosco sua arte e beleza, mostrando aos jovens Kayapó que é possível viver dentro de sua cultura, e, a partir dessa premissa, conseguir uma alternativa de renda sustentável que contribua para a aquisição dos bens de consumo introduzidos desde o contato.

Ao final do ano de 2007, percebeu-se a necessidade de institucionalizar o projeto, tendo sido criado o Instituto Menire, ONG responsável pela coordenação e execução do projeto, com uma das mulheres Kayapó como vice-presidente.

Em 2008, três painéis pintados pelas índias Kayapó com seu grafismo corporal foram selecionados para participar da 2ª Off-Bienal em São Paulo, tendo nessa oportunidade o reconhecimento de seu trabalho como arte de qualidade.

Apesar do reconhecimento da crítica, o ponto de estrangulamento do projeto é a comercialização. Devido ao elevado custo logístico envolvido em cada viagem às aldeias para confecção das peças, o projeto fornece subsídios para a produção.

DADOS SOBRE O PÚBLICO ALVO

Terra Indígena: Menkragnoti
Etnia: Mebengokre
Aldeias: Pukanu e Pungraiti
Situação fundiária: Homologada
População*: Pukanu - 211; Pungraiti - 39
Superfície: 4.914.254 ha

Fonte: Funasa, outubro de 2010.

Em 2010 deu-se inicio a mais uma atividade junto às mulheres Kayapó: pela primeira vez um grupo de cinco mulheres recebeu uma capacitação para o registro fotográfico de sua própria cultura e das atividades do projeto. Os responsáveis por essa capacitação foram os fotógrafos Rui Faquini e Liana Fraifeld. O objetivo é permitir que se conheça a cultura kayapó através da perspectiva feminina, assim como oferecer a essas mulheres uma ferramenta de auxílio ao autorregistro cultural e defesa de seus direitos.

CENÁRIO

Em julho de 2010 ocorreu, na aldeia Pukanu, uma cisão tradicional entre os Kayapó e um grupo formou uma nova aldeia de nome Pungraiti.

Ao ser criada essa nova aldeia, algumas mulheres que participam do Projeto Menire seguiram para lá. Porém, as lideranças das duas aldeias e o grupo de mulheres decidiram que continuariam fazendo parte do projeto. Nesse sentido, o Projeto Menire se apresenta também como uma atividade unificadora entre os Kayapó.

Essas aldeias estão ligadas a Coordenação Técnica da Funai em Novo Progresso, Estado do Pará.

Atualmente, as aldeias Pukanu e Pungraiti fazem parte do Instituto Kabu, organização indígena sediada no município de Novo Progresso, PA, que representa as comunidades dessas duas aldeias mais as comunidades das aldeias Kubenkókre e Baú.

O projeto tem recebido apoio financeiro modesto por parte da iniciativa privada e organismos internacionais. Um apoio significativo para a continuidade das ações do projeto vem ocorrendo por intermédio do componente indígena do Programa Básico Ambiental da BR-163. Esse programa é executado pelo Instituto Kabu por meio de um convenio com a Funai. O Instituto Kabu é parceiro do Instituto Menire na execução do Projeto Menire.

Na área de saúde e educação, a aldeia Pukanu tem atendimento precário. As instalações do posto de saúde carecem de um projeto que garanta condições dignas de atendimento e moradia às técnicas de enfermagem, assim como de saneamento básico. Na educação, ocorre uma troca constante de professores não índios, o que prejudica o desenvolvimento dos alunos.

A aldeia Pungraiti, devido à criação recente, ainda não conta com atendimento de saúde e educação, embora tenham surgido muitos casos de malária desde setembro de 2010. *(outubro, 2010)*

PANARÁ

Quatro Décadas Após o Contato Oficial

Douglas Rodrigues

Médico Sanitarista, Coordenador da Unidade de Saúde e Meio Ambiente/Unifesp

A SEDENTARIZAÇÃO E FIXAÇÃO DA ALDEIA, EM PARTE POR CONTA DOS BENEFÍCIOS DA PISTA DE POUSO, ESTRADA, ESCOLA E POSTO DE SAÚDE, NÃO FORAM ACOMPANHADAS, EM NÃCEPOTITI, DA IMPLANTAÇÃO DE NECESSÁRIA ESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO E DE ATENÇÃO À SAÚDE, DE RESPONSABILIDADE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE POR MEIO DO DSEI. AS EQUIPES DE SAÚDE SÃO INSUFICIENTES E NÃO HÁ ATENDIMENTO MÉDICO REGULAR NA ALDEIA. OS SERVIÇOS DE SAÚDE DE REFERÊNCIA, NA CIDADE DE COLIDER (MT), DEIXAM MUITO A DESEJAR, TANTO EM ACESSO COMO EM EFICÁCIA

Ao longo do processo de aproximação com a sociedade nacional, que teve início em 1968, os Panará sofreram acentuada perda populacional. Ao se dar o contato, em 1973, a população era de 140 a 150 indivíduos; estudos indicam que, no início da década anterior, esse número situava-se entre 350 e 500. Dois anos após o contato, em 12/10/1975, face à contínua queda populacional e aos riscos decorrentes da proximidade da rodovia Cuiabá-Santarém, os Panará que haviam sobrevivido foram transferidos pela Funai para o Parque Indígena do Xingu (PIX), medida controversa, à época justificada pela necessidade de preservação física do grupo frente ao genocídio em curso, decorrente da ocupação de seu território pelos colonizadores. Ingressaram no PIX 79 indivíduos

VINCENT CARELLI/VÍDEO NAS ALDEIAS

O chefe Akã Panará durante as gravações do filme Kiãsãrã Yõ Jãty (O amendoim da cutia), de Paturi e Komoi Panará com o Vídeo nas Aldeias.

que foram acomodados numa aldeia Kaiabi (Kawaiwete), onde lhes foram oferecidas duas casas e uma roça de milho. Nas cerca de oito semanas que permaneceram nessa aldeia, ocorreram 11 óbitos, a maioria por gripe e pneumonia, doenças para as quais os Panará eram totalmente vulneráveis.

Depois de muito sofrimento e luta em duas décadas de exílio no PIX, onde mudaram sete vezes a localização de sua aldeia, os Panará reconquistaram, em 1996, uma parte de seu território tradicional nas cabeceiras dos rios Iriri e Ipiranga, na divisa entre os estados do Mato Grosso e Pará. Lá construíram uma nova aldeia – Nãcepotiti – onde vivem até hoje. Em 1997, a aldeia Nãcepotiti, nome panará para o rio Iriri, possuía 75 habitantes, onze casas, um posto da Funai e um campo de pouso para aviões pequenos. Parte do grupo permanecera no Xingu aguardando as novas roças. A população Panará, incluindo o grupo que ainda vivia no Xingu e o que já se mudara para Nãcepotiti, era de 183 pessoas.

Num período de 33 anos, a população Panará cresceu 4,5% ao ano, passando de 79 indivíduos em 1975 para 323 em 2007. Entre 1995 e 2007, o ritmo de crescimento da população atingiu 5,9% ao ano, como demonstrado na Tabela 1, abaixo:

Uma primeira aproximação sobre as características demográficas dos Panará pode ser feita por meio de sua composição por idade e sexo, que reflete as alterações nas variáveis responsáveis pela dinâmica populacional. Os dados disponíveis nos arquivos do Projeto Xingu, da EPM/Unifesp, permitiram recompor as estruturas por idade e sexo dos Panará em 1975, momento de ingresso do grupo no PIX; em 1995, ano em que iniciam a mudança para a nova aldeia, após um período de vinte anos de exílio no PIX; e em 2007, aproximadamente dez anos após a mudança do grupo para aldeia Nãcepotiti, no Iriri. Isso permitiu acompanhar as mudanças demográficas ocorridas nessa população durante o período de sua permanência no Xingu e após a mudança para o rio Iriri.

As configurações das estruturas por grandes grupos de idade e sexo da população Panará, no período 1975-2007, refletem a ocorrência de mudanças demográficas significativas. Do grupo de 79 indivíduos que ingressou no PIX em 1975, 43% eram crianças e adolescentes de 0 a 14 anos e 57% possuíam de 15 a 49 anos, não havendo nenhum sobrevivente com 50 ou mais anos. Dentre os homens, 50% tinham menos de 15 anos de idade, e dentre as mulheres 35,9% se encontravam nessa faixa etária. Em 1995, 20 anos após o ingresso do grupo no PIX, a proporção de população com menos de 15 anos era de 62,4%, e a de 50 e mais anos, inexistente até então, representava nesse ano 4,9% do total. A estrutura da população permanece ainda extremamente jovem em 2007, quando os menores de 15 anos representam 59,1% do total, embora haja também sinais de aumento da longevidade, pois a população com 50 ou mais anos representa 5,9% do total (*Tabela 2*).

As pirâmides etárias da população nesses três momentos do tempo, 1975, 1995 e 2007, estão representadas nas Figuras 1, 2 e 3. Elas ilustram o processo de transição dessa população de um regime de decréscimo populacional, onde altos níveis de mortalidade superam os níveis de natalidade, para um estágio em que a mortalidade declina e a natalidade aumenta ou permanece constante em níveis altos, resultando em crescimento populacional.

TABELA 1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PANARÁ, 1975, 1995, 2007

Anos	População	Taxa de crescimento ao ano (%)
1975	79	3,7
1995	162	5,9
2007	323	
1975 - 2007		4,5

Fonte de dados brutos: Projeto Xingu, EPM/Unifesp

TABELA 2. POPULAÇÃO PANARÁ POR GRANDES GRUPOS DE IDADES E SEXO, EM 1975, 1995 E 2007 (%)

Grupos etários	1975			1995			2007		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
	N = 41	N = 38	N = 79	N = 71	N = 91	N = 162	N = 154	N = 169	N = 323
0 a 14	50,0	35,9	43,0	57,7	65,9	62,4	59,1	59,2	59,1
15 a 49	50,0	64,1	57,0	36,7	29,7	32,7	34,4	35,0	35,0
50 e mais	-	-	-	5,6	4,4	4,9	6,5	5,8	5,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte de dados brutos: Projeto Xingu, EPM/Unifesp

FIGURA 1. PIRÂMIDE ETÁRIA DOS PANARÁ EM 1975

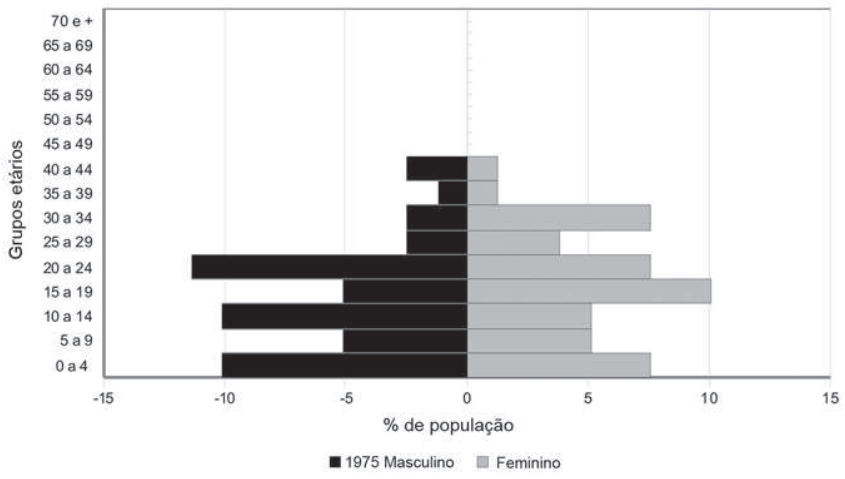


FIGURA 2. PIRÂMIDE ETÁRIA DOS PANARÁ EM 1995

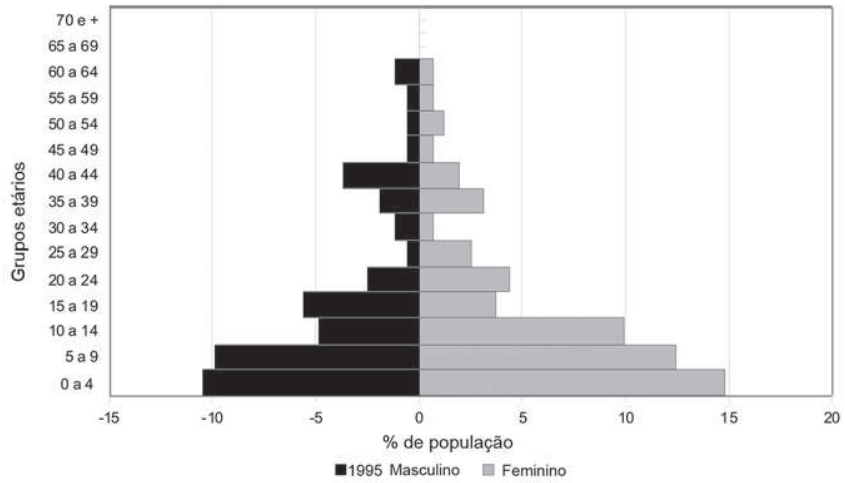
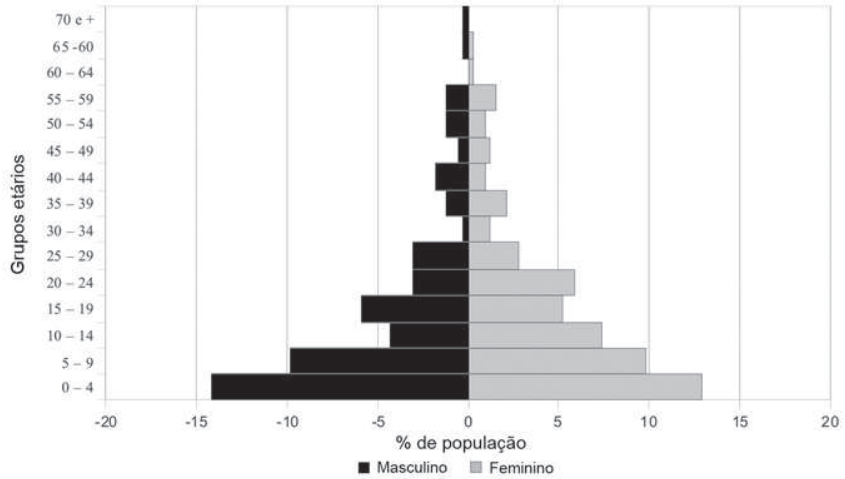


FIGURA 3. PIRÂMIDE ETÁRIA DOS PANARÁ EM 2007



As principais mudanças observadas nas pirâmides etárias, e que fundamentam a passagem dos Panará por um processo de transição demográfica, são o alargamento da base, o estreitamento localizado nas idades jovens e adultas e a elevação da cúspide (topo da pirâmide). O alargamento da base reflete a combinação do aumento do número de nascimentos e da sobrevivência nessas idades. O estreitamento e irregularidade dos retângulos que representam a população jovem e adulta refletem a alta mortalidade das gerações nascidas antes de 1975. A elevação da cúspide, que em 1975 atingia apenas o grupo etário de 40-44 anos, em 1995, atinge o grupo de 55-59 anos, e em 2007 supera os 60 anos, indica redução dos níveis de mortalidade e, por consequência aumento da longevidade. Considerando as estimativas populacionais anteriores ao contato, podemos afirmar que foram necessárias quatro décadas para que a população Panará se recuperasse da tragédia de seu contato com a sociedade nacional. A redução da mortalidade e o aumento da natalidade foram os principais fatores de crescimento da população Panará.

Dentre os indicadores de saúde utilizados pela Saúde Pública para avaliação das condições de vida de uma população, um dos mais sensíveis é o coeficiente de mortalidade infantil (CMI). Na Tabela 3, abaixo, observa-se uma redução do CMI de 73% nos primeiros 20 anos após sua remoção para o Xingu (período 1975-1994). Entre 1995 e 2006, já no território tradicional, a redução foi de 26%, caindo de 61 para 44,9 mortes para cada 1000 crianças nascidas vivas. De sua remoção para o PIX, em 1975, até 2006, a mortalidade infantil Panará média foi de 75,7/1000 nascidos vivos. Apesar da queda observada, os valores da mortalidade infantil permanecem bem mais elevados do que os da população brasileira como um todo.

TABELA 3. MORTALIDADE INFANTIL DOS PANARÁ, PARQUE INDÍGENA DO XINGU (MT) E ALDEIA NÃCEPOTITI (PA), 1975-84, 1984-94, 1995-2006, 1975-2006

Períodos	Nascimentos	Óbitos	TMI para cada 1.000
1975-84	44	10	227,3
1985-94	82	5	61
1995-2006	178	8	44,9
1975-2006	304	23	75,7

Fonte de dados brutos: Projeto Xingu/DMP/Unifesp/EPM

TABELA 4. MORTALIDADE DOS PANARÁ DE ACORDO COM O SEXO E A CAUSA DE MORTE* NOS PERÍODOS DE 1975-1984, 1985-1994 E 1995-2006

Grupos de Causas	1975-84						1985-94						1995-06					
	Masc		Fem		Total		Masc		Fem		Total		Masc		Fem		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Doenças Infecciosas e Parasitárias	3	20,0	6	37,4	9	29	3	33,4	1	20,0	4	28,6	1	16,7	3	20,0	4	19,0
Doenças do Aparelho Respiratório	3	20,0	4	25,0	7	22,6	2	22,2	2	40,0	4	28,6	1	16,7	5	33,4	6	28,6
Causas Externas	1	6,7	3	18,7	4	12,9	2	22,2	_		2	14,3	2	33,2	2	13,3	4	19,0
Afecções Originárias do Per. Perinatal	2	13,3	1	6,3	3	9,7	_		_		_		_		_		_	
Malformações Congênitas	_		_		_		_		_		_		1	16,7	_		1	4,8
Gravidez, Parto e Puerpério	_		1	6,3	1	3,2	_		_		_		_		1	6,7	1	4,8
Demais Causas	1	6,7	_		1	3,2	1	11,1	1	20,0	2	14,3	1	16,7	_		1	4,8
Causas Desconhecidas	5	33,3	1	6,3	6	19,4	1	11,1	1	20,0	2	14,3	_		4	26,6	4	19,0
Total	15	100,0	16	100,0	31	100,0	9	100,0	5	100,0	14	100,1	6	100,0	15	100,0	21	100,0

* De acordo com a 10ª Revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, 1993.
Fonte de dados brutos: Projeto Xingu/DMP/Unifesp/EPM.

Com relação às causas de morte, predominam as doenças infecciosas e parasitárias, doenças respiratórias e as causas externas. A mortalidade materna foi elevada, mesmo no último período analisado, que vai de 1995 a 2006. É grande o número de óbitos por causas desconhecidas (19%). Esses indicadores evidenciam pouco acesso a serviços de saúde (*Tabela 4*).

A recuperação populacional dos Panará é evidente, porém suas condições de vida são ainda bastante precárias. A volta ao território ancestral veio acompanhada de mudanças na relação de contato dos Panará, potenciais geradoras de doença. Já não basta apenas a terra. O entorno está restrito. O contato cada vez mais intenso. A monetarização e a adoção de modos de vida ocidentalizados, bem como a introdução cada vez maior de produtos industrializados na dieta dos Panará são grandes desafios a serem enfrentados. Ao lado das doenças infectocontagiosas, começam a surgir novos problemas de saúde, como a introdução de bebidas alcoólicas, o surgimento de obesidade, diabetes e hipertensão arterial entre os adultos e desnutrição entre as crianças.

Após quatro décadas de sua quase extinção por conta de seu contato com nossa sociedade, o caso dos Panará continua sendo exemplar na demonstração de como os direitos dos povos indígenas permanecem aviltados até os dias atuais. A recuperação populacional dos Panará não foi acompanhada de melhoria significativa em sua qualidade de vida. Deve-se mais à sua força, disposição de luta e grande resiliência, do que às políticas públicas a eles direcionadas, que além de pouco eficazes, não levam em conta sua diferença cultural e maior vulnerabilidade. *(fevereiro, 2011)*

© ANTENOR VAZ/ISA, 2005

Nos primeiros 20 anos após a remoção dos Panará para o PIX, houve uma redução de 73% no coeficiente de mortalidade infantil. De 1995 a 2006, de volta ao seu território tradicional, a redução foi de 26%. Apesar da queda, os valores da mortalidade infantil panará permanecem mais elevados que os da população brasileira.

Belo Monte Preocupa os Araweté

Renata Barros Marcondes de Faria | Bióloga e mestre em Ciência Ambiental/USP

OS ÚLTIMOS ANOS FORAM INTENSOS PARA OS ARAWETÉ, MARCADOS POR BOAS NOTÍCIAS E GRANDES PREOCUPAÇÕES. HOUVE UM CRESCIMENTO POPULACIONAL DE 14% E O NÚMERO DE ALDEIAS MAIS QUE DOBROU, PORÉM A SAÚDE CONTINUA RUIM. HÁ SUSPEITAS DE INVASÕES À TERRA, E A POSSIBILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DA UHE BELO MONTE TRAZ UM CENÁRIO DE INCERTEZAS E INSTABILIDADE TERRITORIAL

A população Araweté aumentou e está se dividindo em aldeias menores, que se aproximam do padrão tradicional de aldeias familiares, ocupando uma área maior da Terra Indígena. De 350 indivíduos habitando duas aldeias, em 2005, os Araweté passaram para 400 pessoas, morando atualmente em cinco aldeias. Três delas se localizam às margens do Igarapé Ipixuna – Ipixuna, Pakañã e Juruãty –, enquanto as duas mais recentes se localizam no Rio Xingu – Parataty e Araditi.[1]

É pelo Rio Xingu que chegará a principal preocupação dos Araweté: os impactos advindos da implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte.

A perspectiva de implantação da usina trouxe para os Araweté muitas dúvidas e apreensões. E uma certeza: o aumento da pressão sobre seu território e seus recursos. Os Araweté não sabem se terão acesso à energia elétrica, nem quantas barragens serão construídas, e os mais velhos estão assustados, pensando que suas aldeias serão alagadas.

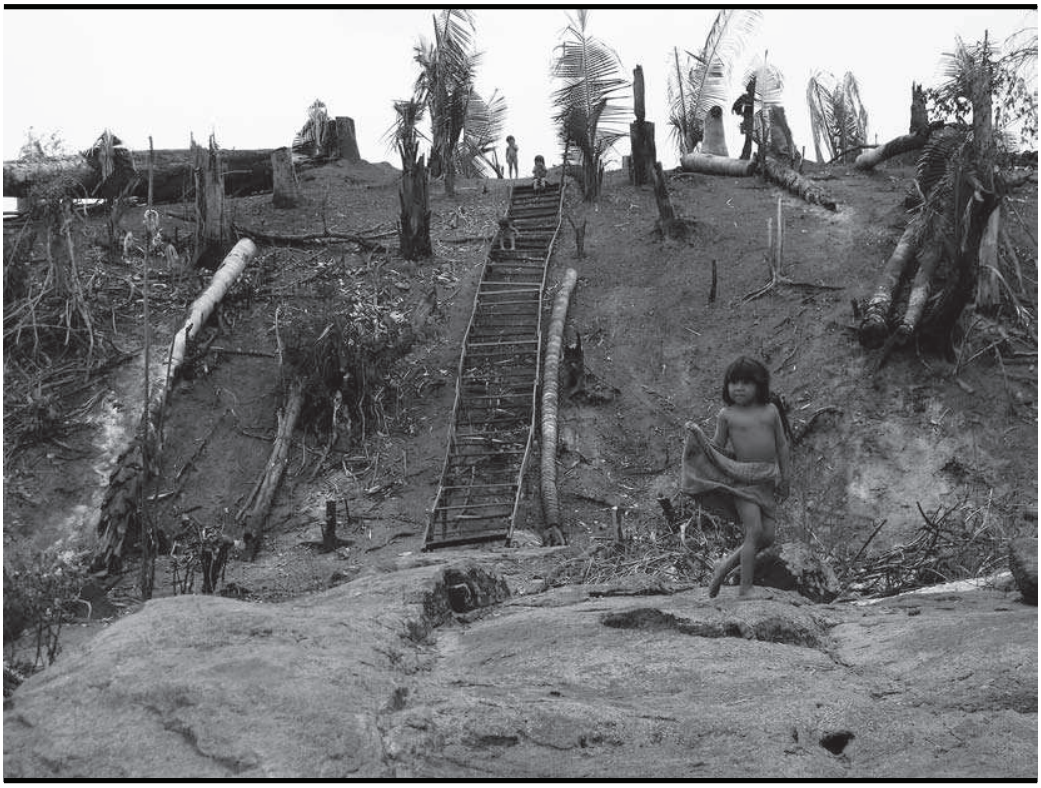
A incerteza com relação à saúde também é grande. O cenário hoje, conforme eles apontam, é o de falta de remédios; alto número de casos de diarreia e malária; e de excesso de pessoas na Casa do Índio e no hospital em Altamira. Eles acreditam que, com a implantação do empreendimento hidrelétrico, os não indígenas que virão trarão ainda mais doenças à região.

Quanto ao território e aos recursos naturais, os Araweté se preocupam com o aumento das invasões, especialmente de madeireiros e dos pescadores que levam bebidas para perto de suas aldeias. Falas de diversos Araweté[2] testemunham que os pescadores ficam muito próximos às aldeias, chegando até a entrar no Igarapé Ipixuna, que fica completamente dentro da TI. Os Araweté apontam que a invasão de pescadores a seu território já é preocupante e a perspectiva é de agravamento por conta da usina. (...) "Para lá para baixo, onde vai ter barragem, não vai ter lugar para os pescadores, então eles vão vir para cá", explica Tatuawy. Além dos pescadores, eles suspeitam de invasão por madeireiros ou fazendeiros na cabeceira desse igarapé, que nasce dentro da TI e passa pelas aldeias Pakañã, Ipixuna e Juruãty. "Lá em Belém não tem mais mata, só tem fazenda, não tem mais árvore. [...] agora estão vindo para cá", reforça Tosan.

A preocupação dos Araweté acerca dos impactos da UHE Belo Monte é confirmada pelo Estudo de Impacto Ambiental (Muller et al., 2009) e pelo Parecer Técnico nº 21, no qual consta que "o maior risco às terras indígenas se encontra na dinamização da pressão sobre recursos naturais, exacerbando os processos e problemas já existentes na região" (Cmam/Cgpima-Funai, 2009).

Afora a implantação da UHE Belo Monte, os Araweté se encontram na área de influência de mais três grandes empreendimentos: o asfaltamento das rodovias BR-230 e BR-163 e a construção da Linha de Transmissão de Tucuruí à Jurupari/PA. Se os últimos cinco anos foram intensos para os Araweté, o futuro não promete ser diferente. O que se pode prever são profundas transformações na região e que podem afetar a qualidade de vida desse povo. *(abril, 2011)*

FOTOS: © EDUARDO VIVEIROS DE CASTRO



Acima, aldeia recém-aberta na margem do rio Xingu, auge da seca na TI Araweté/Igarapé Ipixuna, em 2010. Ao lado, Kaninadn-no, chefe da nova aldeia.

BIBLIOGRAFIA

Cmam/Cgpima-Funai. Parecer Técnico nº 21: Análise do Componente Indígena dos Estudos de Impacto Ambiental. Brasília: Funai, 2009. 99p.

Muller *et al*. Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte: Volume 35, meio socioeconômico e cultural, apêndice Tomo 6, Estudos Etnoecológicos, Estudo de Impacto Ambiental. Brasília: Eletrobrás, Ministério de Minas e Energia e Governo Federal, 2009. 284 p.

NOTAS

[1] Informações levantadas em visitas de campo em 2005 e 2010.

[2] Todas falas dos Araweté que baseiam este texto constam das entrevistas informais apresentadas no Anexo do Estudo de Impacto Ambiental, Vol. 35, Tomo 6 (2009).

Apesar das Promessas, os Direitos são Desrespeitados

Marcelo Salazar | Coordenador Adjunto do Programa Xingu/ISA

A TENTATIVA DO GOVERNO E DE EMPRESAS DE VIABILIZAR O COMPLEXO HIDRELÉTRICO DE BELO MONTE TEM MAIS DE 30 ANOS. A PARTIR DE 2007 O PROJETO FOI RETOMADO COM VORACIDADE ATROPELANDO A LEGISLAÇÃO, O DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS, EXTRATIVISTAS, POPULAÇÕES RURAIS E URBANAS

Belo Monte, principal projeto do PAC, do governo brasileiro, prevê a construção da terceira maior hidrelétrica do mundo, atrás somente de Três Gargantas, na China, e de Itaipu na fronteira do Brasil com o Paraguai. Está prevista a instalação de turbinas com potencial de gerar 11.233 MW, divididas em duas casas de força, uma ao lado do barramento principal, cerca de 30 km abaixo de Altamira e uma na Vila de Belo Monte no Rio Xingu, cerca de 100 km do primeiro barramento projetado. A água será desviada por um canal, formando um lago artificial de 668 mil ha, e a região onde vivem mais de 20.000 pessoas será alagada.

Ao longo do trecho entre a primeira e a segunda barragem, chamado de Trecho de Vazão Reduzida, a TI Paquiçamba, TI Arara da Volta Grande e centenas de ribeirinhos ficará permanentemente com o rio seco em suas portas, afetando para sempre a navegação, a pesca, a dinâmica de caça e diversos outros aspectos que tornam suas vidas possíveis. Também se reduzirá a vazão do rio Bacajá, principal afluente nesse trecho, afetando a TI Trincheira-Bacajá. Sobre essa terra não há estudos dimensionando os danos que os índios podem vir a sofrer com a instalação da hidrelétrica. Não há também estudos dimensionando os danos nas diversas populações ribeirinhas. Por não serem alagados, os indígenas não são considerados diretamente atingidos pelo governo e, portanto, não foram ouvidos como prevê o artigo 233 da Constituição brasileira e a Convenção 169 da OIT. Essa questão foi motivo de ações judiciais e de diversas recomendações ao Estado brasileiro, como as da Plataforma Dhesca e da OEA, para parar o processo de licenciamento de Belo Monte.

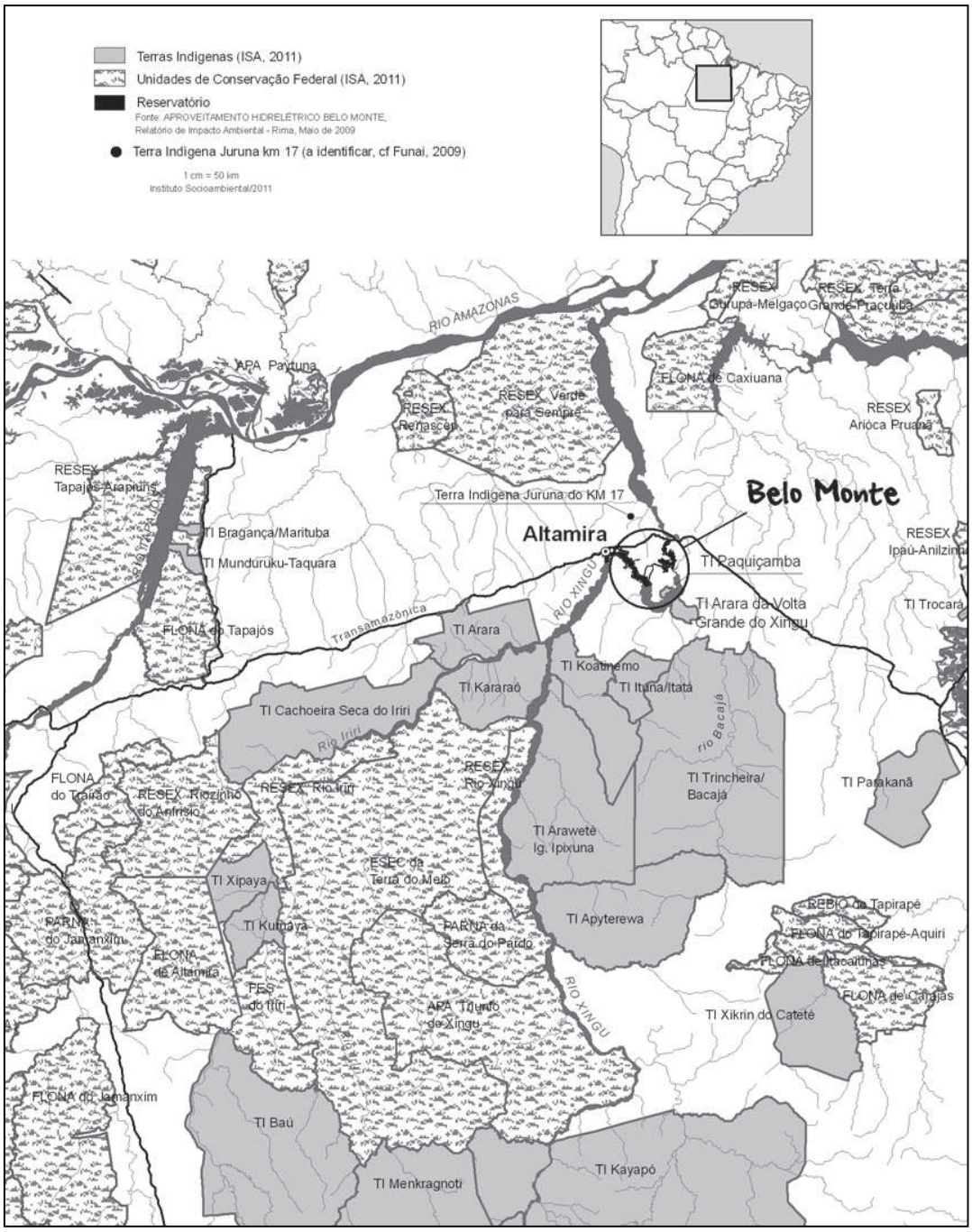
O discurso do governo e dos empreendedores é de que estão realizando uma obra exemplar para o país, com excelente custo-benefício, ampla participação da sociedade e investimentos nunca antes vistos na preparação de uma região para uma grande obra. Infelizmente, e como alertado repetidamente pelos movimentos sociais, esse discurso está muito distante do que se verifica na prática.

QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS DESSE PROCESSO ATROPELADO?

Os resultados apontam para grandes conflitos socioambientais, de diversas formas, em diversas frentes, sem controle e com consequências irreversíveis. Violações de direitos humanos e conflitos na região dos canteiros de obra já são esperados e bem conhecidos – a exemplo da construção das hidrelétricas de Tucuruí (PA) e, mais recentemente, de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira (RO). Avolumam-se brigas, drogas, prostituição, exploração do trabalho, desmatamentos irregulares, especulação imobiliária, ocupações desordenadas etc.

Belo Monte, porém, tem características particulares, como a possibilidade de secar cerca de 100 km do rio Xingu; alagar parcialmente Altamira, a principal cidade da região; e, dada a

TIS E UCS NO ENTORNO DA UHE BELO MONTE



sua magnitude, necessitar de enorme quantidade de trabalhadores e recursos naturais, em uma região já bastante explorada, com situação fundiária bastante precária e histórico de graves conflitos.

Está previsto, segundo o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), um fluxo migratório de 98.000 pessoas e, segundo especialistas, de mais de 200.000 para a região de Altamira, o que sobrecarregaria aparelhos públicos de saúde, educação, saneamento, segurança, dentre outros. Cabe ressaltar que tais estruturas não atendem sequer à demanda atual da região.

Haverá pressão sobre os recursos naturais muito além da região de instalação da usina, colocando em risco a vida de populações tradicionais indígenas e extrativistas. Com o aumento do consumo do peixe nas cidades da região, a pressão irá recair sobre as Resex

e TIs dos rios Xingu, Iriri, Anfrísio, Bacajá e diversos afluentes, colocando em risco a segurança alimentar de populações espalhadas por mais de 300 localidades (84 só na região da Terra do Meio). Com o aumento da demanda por construções para receber essa população, aumentará também a demanda por madeira, que já é retirada ilegalmente das TIs Cachoeira Seca, Resex Riozinho do Anfrísio, dentre outras áreas protegidas.

Parte das populações ribeirinhas e das proximidades de Altamira, expropriadas de suas áreas, podem migrar para regiões de reservas extrativistas e indígenas buscando condições de vida similares às que tinham, podendo levar a um novo ciclo de conflitos com as populações dessas áreas.

A previsão é que o desmatamento na região aumente em 800 km², em um cenário otimista, caso todas as medidas de preparação da região forem tomadas. Em um cenário forte de desmatamento, como foi registrado em 2005, esse número pode chegar a 5.316 km² em 20 anos segundo projeções do Imazon.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os históricos movimentos da Transamazônica e do Xingu, dos mais famosos da Amazônia, encontram-se hoje, bastante fragilizados. O principal movimento de resistência Xingu Vivo para Sempre, congrega um coletivo de organizações locais, nacionais e internacionais, agricultores, populações urbanas, indígenas, ribeirinhos na luta contra Belo Monte e procura alertar a população para as inúmeras inconsistências do processo de licenciamento de Belo Monte, sobretudo na falta de consideração aos povos locais. Porém, infelizmente, as diversas vozes parecem não atingir os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo e mesmo a grande mídia. Muitos acham as manifestações interessantes, mas não as consideram nas decisões.

Ao longo do processo de licenciamento, sobretudo nos momentos que antecederam a liberação da licença prévia os povos indígenas locais ficaram à mercê da Eletronorte, que, por diversas vezes, praticava a política indigenista local no lugar da Funai. Uma "política de espelhinhos", fornecendo cestas básicas, combustível e presentes para as aldeias, sem compromisso com o entendimento e diálogo com as reais demandas dos indígenas. As tentativas de aproximação dos Kayapó do Mato Grosso e Sul do Pará, mais conscientes da situação de Belo Monte, foram mal interpretados por lideranças locais iludidas com a ideia de que Belo Monte finalmente seria responsável por lhes trazer políticas públicas de direito, tais como: demarcação, desintrusão e proteção de suas terras, melhorias no atendimento a saúde, educação e renda.

A estratégia de comunicação da Eletronorte foi muito competente ao usar a falta de acesso a políticas públicas de direito por povos indígenas, agricultores e mesmo por populações urbanas, como motivação para Belo Monte. Dizem: "Com Belo Monte, vai vir o asfaltamento da Transamazônica, hospitais, escolas, renda e diversas melhorias para a região". Belo Monte tornou-se para a população regional a esperança de sair do esquecimento, de finalmente ter acesso a políticas públicas de direito, de ver finalmente a região integrada ao país, como propagava Médici na década de 1970, quando da abertura da Transamazônica. Mas a que preço?

O PROCESSO DE LICENCIAMENTO...

... de uma grande obra como Belo Monte deveria seguir as etapas descritas na figura ao lado.

A primeira etapa é a Avaliação Ambiental Integrada (AAI) da bacia hidrográfica. No caso de Belo Monte, essa avaliação foi realizada depois de já ter sido iniciada a segunda etapa – apenas como formalidade e não com profundidade e nem diálogo com especialistas a respeito. A segunda etapa é composta pelos Estudos de Impacto Ambiental (EIA). Nesse caso, os estudos tiveram mais de 20.000 páginas protocoladas junto ao Ibama, com muitas informações; parte de boa qualidade, produzida por cientistas e profissionais sérios, outras fracas, com omissões tendenciosas da realidade. Mas apesar do grande volume de estudos, diversas questões fundamentais não foram respondidas nesse processo, tais como: (1) Para onde serão deslocadas as populações indígenas e ribeirinhas atingidas pela obra? O que acontecerá com eles de fato? (2) Que impactos terão as recém-criadas Resex da Terra do Meio com a construção de Belo Monte?

Além da falta de respostas, a sociedade não conseguiu fazer uma análise dos estudos e uma avaliação de impactos. Foi formado um painel com 40 especialistas independentes de diversas instituições que produziu um documento apontando falhas no EIA. Esse painel, porém, não teve tempo para realizar uma análise aprofundada ou verificar em campo outras questões fundamentais. As críticas desses especialistas sintetizadas no documento nunca foram respondidas pelo governo brasileiro. Assim, os estudos de impacto ambiental foram submetidos ao Ibama, com realização de apenas quatro audiências públicas, as quais foram mal divulgadas, sem possibilidade de participação qualificada da sociedade civil.

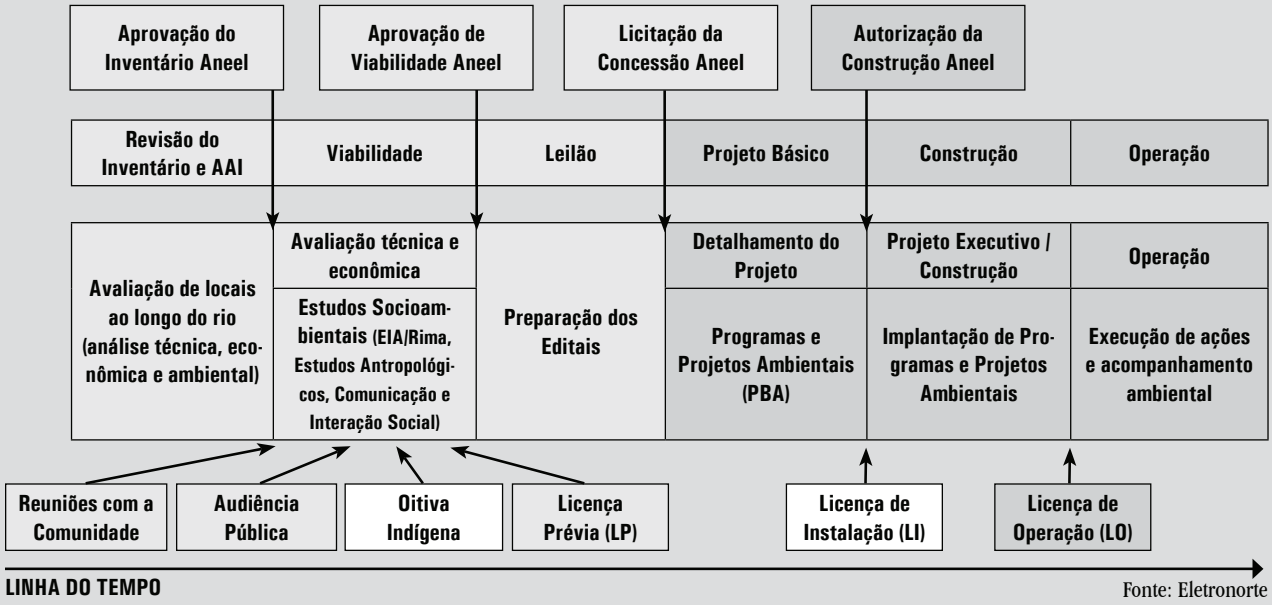
Mesmo com as diversas críticas feitas durante as audiências públicas, a extensa lista de críticas do painel de especialistas e os pareceres da equipe técnica do próprio Ibama e da Funai recomendando o contrário, o EIA foi aprovado e a Licença Prévia para a construção da obra foi concedida. Parte das falhas foram transformadas em uma lista de 40 condicionantes socioambientais e mais 26 condicionantes especificamente indígenas a serem cumpridas antes da obtenção da licença de instalação. Algumas dessas condicionantes são bastante complexas: por exemplo, a implantação de 100% do saneamento básico de Altamira e a desintrusão das TIs Arara e da Cachoeira

PERSPECTIVAS DE LUTA

Estamos claramente passando por uma grave crise socioambiental, com diversos sinais de retrocesso em conquistas alcançadas com muita luta. Há, por exemplo, fortes pressões para alterações nos processos de Licenciamento Ambiental, mudanças no Código Florestal, mineração em terras indígenas etc. Há que se assumir essa crise para buscar caminhos e poder lidar com ela.

No caso de Belo Monte, um grande investimento deve ser realizado para fortalecer as ações de resistência já realizadas e potencializá-las, com agilidade e musculatura. Essas ações devem ser: (1) realizar manifestações públicas locais e nacionais; (2) dar continuidade às denúncias de violações de direitos a diversas comissões de Direitos Humanos; (3) mostrar, através da mídia nacional e internacional, o que acontece de fato na região de Altamira com o processo de licenciamento; (4) oferecer subsídio e acompanhar ações judiciais sobre as graves irregularidades no processo; (5) gerar material informativo, produzir campanhas etc.

Um dos graves entraves para fortalecer as ações citadas acima é a falta de informações de fontes independentes dos empreende-



Fonte: Eletronorte

Seca. Só essas condicionantes levariam mais de cinco anos para serem cumpridas. Sem o cumprimento, o projeto não poderia ter a Licença de Instalação.

O projeto de construção foi a leilão em abril de 2010, mesmo com ações judiciais de irregularidades deferindo sua suspensão e diversas manifestações sociais contrárias no Brasil inteiro. Ganhou o consórcio Norte Energia (Nesa), formado às pressas com grande articulação do governo brasileiro e composto em sua maioria por empresas estatais, fundos de pensão de empresas estatais (74%) e empresas privadas (26%). A Nesa começou a etapa seguinte do processo de licenciamento: o cumprimento das 66 condições da Licença Prévia e a elaboração dos Planos Básicos Ambientais (PBAs), mais uma pilha de papéis sem analise e nem críticas.

Foi solicitada então uma Licença de Instalações Parciais, figura inexistente na legislação brasileira. Ela foi obtida em janeiro de 2011, sem que as condicionantes fossem cumpridas. Uma avaliação do MPF de maio de 2011 afirmou que somente 1,3% dos recursos previstos para investimento nas condicionantes foram aplicados até o momento e apenas cinco de 81 condicionantes haviam sido cumpridas totalmente. Mesmo assim, o empreendedor já protocolou o pedido para a Licença de Instalação Definitiva.

Isso significa, na prática, a confirmação de uma grande irresponsabilidade. Da parte dos empreendedores, por não honrarem compromissos assumidos para a preparação da região; da parte do governo brasileiro, por aceitar o processo feito forma atropelada, sem critérios técnicos, e sem respeitar, em diversos aspectos, a própria legislação do país.

São 12 ações esperando julgamento, muitas delas deferidas liminarmente em 1ª instância pela Justiça Federal, mas caçadas pelo Tribunal Superior Federal da 1ª Região em Brasília, sempre em tempo recorde. Os motivos alegados são sempre os mesmos: justificam que se trata de uma obra de relevância para o país, que não pode ser interrompida. Assim as ações devem aguardar julgamento de mérito enquanto o processo continua. (Marcelo Salazar, maio, 2011)

© MARCELO SALAZARISA

Encontro Xingu Vivo para Sempre que debateu os impactos socioambientais decorrentes do barramento do Xingu e seus afluentes, e que deu voz às populações que poderão ser afetadas.

dores sobre o cumprimento de condicionantes. A Norte Energia (Nesa) é a única a produzir informações sobre o cumprimento das condições prévias e implantação de Planos Básicos Ambientais (PBAs). Há também um sério conflito de interesses na fiscalização do licenciamento, pois o órgão ambiental responsável pela fiscalização é o Ibama e o maior acionista da Nesa é o próprio governo. Deve ser criada, portanto, uma instância externa de avaliação do cumprimento das condicionantes em formato de auditoria. Porém, para que tenha legitimidade, essa instância deve obter credibilidade tanto dos movimentos sociais e ONGs, quanto de setores dos governos locais, estadual e federal, de grupos de empresários, Defensoria Pública, Ministério Público Federal etc. Esse observatório pode conceder ao processo mais transparência e irá evidenciar o não cumprimento das condicionantes como manda a Lei.

Os movimentos sociais e ONGs devem avaliar a participação em espaços formais de decisão como, por exemplo, o recém criado "Conselho do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS Xingu)", destinado a investir R$500 milhões para o desenvolvimento da região da Transamazônica e do Xingu, que envolve onze municípios.

Por fim, há que se buscar condições de fazer investimentos para o empoderamento de populações locais (agricultores, indígenas, extrativistas, populações citadinas). Esse empoderamento deve passar por (1) garantir a essas populações os seus territórios de direito; (2) fortalecer suas formas de organização social; (3) buscar atrair políticas básicas de educação, saúde e renda; e (4) conduzir o processo de formação política para que possam compreender melhor o momento que o país e a região atravessam e as demandas da sociedade sobre eles. Esse é um trabalho de fôlego, de longo prazo, porém basal para qualquer mobilização social consistente contra os atropelos crescentes de direitos que estamos assistindo a cada dia. No fim, são estas populações que ficarão na região e sentirão as consequências diretas de mandos e desmandos do governo e empresas.

Belo Monte é um dos 63 projetos de barramentos previstos para os rios da Amazônia. Seguramente é o que oferece mais resistência, no qual estão bem documentadas as inúmeras violações de direitos. Temos a enorme responsabilidade de aprender com essa luta, buscar a criação de novos marcos legais para processos de licenciamento e qualificar o melhor possível os desafios que os diversos povos enfrentarão, nos próximos anos, preparando-os para um novo ciclo de embates e luta por direitos. Em especial o direito de permanecer em suas terras com dignidade. *(maio, 2011)*

CRONOLOGIA

Belo Monte 2006-2010

Equipe de edição

DEPOIS DE 20 ANOS, O GOVERNO FEDERAL RETOMA A CONSTRUÇÃO DE BELO MONTE. OS VÁRIOS PROTESTOS DOS ÍNDIOS, RIBEIRINHOS E MORADORES DE ALTAMIRA CONTRA A USINA, AS AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E AS LIMINARES DO JUDICIÁRIO A FAVOR E CONTRA FAZEM PARTE DA HISTÓRIA DA LUTA CONTRA A CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA. O TEMOR É QUE OS IMPACTOS DE BELO MONTE SERÃO MAIORES DO QUE INDICAM OS ENGENHEIROS DA ELETRONORTE, E QUE APESAR DO GOVERNO DIZER QUE ELA SERÁ A ÚNICA USINA NO XINGU, OS KAYAPÓ DESCONFIAM QUE BELO MONTE SERÁ A PRIMEIRA A SER CONSTRUÍDA E QUE DEPOIS VIRÃO AS OUTRAS, JÁ PLANEJADAS NO COMPLEXO HIDRELÉTRICO DO XINGU

© DIDA SAMPAIO/AE, 2009

A índia Tuíra Kayapó, com o dedo em riste, ao discutir com o representante da Funai, Aloysio Guapindaia, durante audiência pública sobre os impactos da construção da UHE Belo Monte (PA), na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, em Brasília.

BELO MONTE ESTÁ SUB JUDICE

Em liminar expedida ontem pelo juiz federal Antonio Carlos Almeida Campelo, que responde pela subseção da Justiça Federal em Altamira proíbe o Ibama e a Eletronorte de adotar qualquer procedimento para a concessão de licenciamento de construção da UHE de Belo Monte. *(MPF/PA, 29/03/2006)*

PROCURADOR DIZ QUE INDÍGENAS NÃO FORAM CONSULTADOS

As comunidades indígenas não foram consultadas antes do processo de licenciamento para a UHE de Belo Monte, suspenso na última terça-feira (28) pela Justiça Federal no Pará. Esse foi o motivo principal, segundo informou o procurador da república, Felício Pontes Júnior, para que o MPF pedisse à Justiça Federal do Pará a interrupção do processo. *(Radiobrás, 03/04/2006)*

KAYAPÓ DIZEM NÃO

Uma grande reunião dos índios Kayapó, com duração de quatro dias, foi um espaço para mais de 200 índios expressarem seu descontentamento com a política indígena do governo federal, com o projeto de Belo Monte e com as atividades ilegais que rondam suas terras. *(Amazônia.org.br, 06/04/2006)*

PENDÊNCIAS JUDICIAIS PARALISAM CONSTRUÇÃO

A construção de Belo Monte é objeto de disputa judicial desde 2001. Na época, o MPF no Pará ajuizou uma primeira ação civil pública contra o licenciamento da usina devido à inexistência de decreto legislativo autorizando o processo. O problema foi teoricamente resolvido no ano passado, com a aprovação do Decreto Legislativo 788. *(Radiobrás, 14/05/2006)*

ESTUDOS CONTINUAM SUSPENSOS

Por decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, permanecem suspensos os estudos de impacto ambiental da UHE de Belo Monte. Acompanhando decisão da Justiça Federal de Altamira, o TRF entendeu que o Congresso Nacional deveria ter ouvido as comunidades indígenas afetadas antes de conceder autorização para a construção da usina, conforme determina a Constituição. *(Radiobrás, 14/05/2006)*

JUSTIÇA AUTORIZA ESTUDO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A Justiça Federal de Altamira autorizou os estudos de licenciamento ambiental para implantar Belo Monte. A UHE será construída no rio Xingu e deve afetar os municípios de Vitória do Xingu, Altamira, Anapu, Brasil Novo e Senador José Porfírio. *(Radiobrás, 03/04/2007)*

EM ALTAMIRA, ÍNDIOS DO PARÁ DECLARAM GUERRA

Cerca de 150 caciques e lideranças indígenas do Xingu declaram oposição à construção de Belo Monte. "Nosso canto de guerra está na garganta para nos contrapor ao inimigo", avisam os indígenas, que organizam novo encontro nacional contra a usina nos dias 1 a 3 de junho, em Altamira, para discutir os impactos do projeto sobre as populações indígenas e unificar posicionamentos políticos. *(Carta Maior, 05/06/2007)*

JUSTIÇA SUSPENDE ESTUDOS PARA USINA

Os estudos de viabilidade de Belo Monte estão suspensos desde terça-feira, por determinação do juiz federal Antonio Carlos Almeida Campelo. Ele deu prazo de cinco dias, após o recebimento da intimação, para que as empresas Norberto Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez entreguem à Justiça todo o material que já produziram. *(OESP, 19/04/2008)*

UNIÃO QUER LICITAÇÃO EM 2009

O governo está trabalhando para que os estudos de viabilidade para a construção de Belo Monte possam ser realizados. A informação foi dada ontem pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, ao participar de audiência pública da Comissão de Serviços e Infra-Estrutura do Senado sobre o andamento do PAC. Segundo Dilma, a intenção do governo é que o leilão da usina seja realizado em outubro de 2009. A usina deverá gerar 11,1 mil MWs a partir de abril de 2014. *(Valor Econômico, 08/05/2008)*

JUSTIÇA FEDERAL SUSPENDE LIMINAR QUE EMBARGAVA ESTUDOS

O TRF da 1ª Região, em Brasília, suspendeu liminar da Justiça Federal de Altamira, que impedia a participação das empreiteiras Camargo Corrêa, Norberto Odebrecht e Andrade Gutierrez nos estudos de impacto ambiental da UHE de Belo Monte. O MPF no Pará havia conseguido a liminar, argumentando ilegalidades no processo, que permitia a contratação das empreiteiras sem licitação e permitia que os estudos fossem mantidos em sigilo. "Isso é contrário à legislação brasileira, não se pode ter sigilo em informações ambientais " explicou o procurador da República Felício Pontes Júnior. O fato dos estudos de impacto ambiental serem feitos pelas mesmas empresas que pretendem concorrer na licitação também é irregular, segundo o procurador. *(Agência Brasil, 20/05/2008)*

MPF/PA VAI RECORRER DE DECISÃO DO TRF

Procuradores da República que estão participando, em Altamira, do Encontro Xingu Vivo para Sempre, receberam com surpresa, ontem, (19), a notícia de que o TRF da 1ª Região, de Brasília, suspendeu uma liminar da Justiça Federal de Altamira e autorizou a participação das empreiteiras Camargo Corrêa, Norberto Odebrecht e Andrade Gutierrez nos estudos e relatório de impacto ambiental (EIA-Rima) da UHE Belo Monte. Eles anunciaram que vão recorrer e exigir uma licitação para escolher os responsáveis pelo EIA-Rima. A desembargadora federal Selene Almeida, responsável pelo processo, acolheu o pedido da Eletrobrás para retomada do licenciamento. Ela tomou a decisão depois que a empresa revogou uma cláusula de sigilo que dava às três empreiteiras o direito de manter confidenciais as informações do EIA da usina. Para o MPF, apesar da revogação do sigilo ser fundamental, dada a obrigação de publicidade do licenciamento, isso não é o bastante: "É necessário fazer licitação e dar oportunidade a outras empresas de participarem desses estudos", diz o procurador da República Marco Antonio Almeida, de Altamira. *(MPF, 20/05/2008)*

TRF LIBERA ESTUDOS SOBRE USINA DE BELO MONTE

A desembargadora Selene Maria de Almeida, do TRF 1ª Região, derrubou ontem a liminar da Justiça Federal do Pará que impedia a Eletrobrás de dar andamento aos estudos de viabilidade da usina de Belo Monte. A Eletrobrás espera entregar o relatório de impacto ambiental à Aneel nos próximos meses, para que a usina vá a leilão em 2009. *(O Globo, 20/05/2008)*

"NINGUÉM DO GOVERNO FOI NA ALDEIA FALAR COM A GENTE", DIZEM ÍNDIOS

Grupos indígenas que participam do Encontro Xingu Vivo para Sempre, em Altamira, disseram hoje (21) que em nenhum momento foram consultados com relação à construção da UHE Belo Monte. Segundo um índio da tribo Kayapó, a Eletrobrás nunca sinalizou nenhum diálogo com os índios. "Estamos aqui para dizer a eles [governo] que somos contra a barragem", disse. *(Amazônia.org.br, 21/05/2008)*

REAÇÃO CONTRA COORDENADOR DA ELETROBRÁS NO ENCONTRO XINGU VIVO PARA SEMPRE

O representante da Eletrobrás, Paulo Fernando Rezende, foi ferido no braço, na terça-feira (20), após defender o projeto de construção da hidrelétrica de Belo Monte. O episódio lembrou outro ocorrido há quase 20 anos, quando a índia Kayapó Tuíra se aproximou do representante da empresa mostrando-lhe o seu facão. O incidente da última terça-feira aconteceu depois da explanação de Rezende, que argumentou a favor da construção da usina. "Quero esclarecer aqui informações que foram faladas erroneamente pelo palestrante anterior", disse apontando Oswaldo Sevá, professor da Unicamp e crítico do projeto. Segundo Rezende, seria preciso que os brasileiros deixassem de ser egoístas. "Em 2017 haverá cerca de 204 milhões de pessoas. Se a energia da região Sudeste acabar, a gente manda a energia [gerada por Belo Monte] para lá", disse. Sua fala foi vaiada pelo público o que o fez elevar o tom de voz.

Ao encerrar sua fala, um grupo de índios, entre os cerca de 600 presentes, se aproximou cantando e empunhando bordunas e terçados – tipo de facão usado para abrir picadas na mata. Formou-se então uma roda em torno de Rezende, que conseguiu sair com a intervenção dos organizadores. *(Cimi, 21/05/2008)*

POVOS DO XINGU SE UNEM PARA MOSTRAR PROBLEMAS DA USINA

Os cinco dias do Encontro Xingu Vivo Para Sempre, ocorrido em Altamira na semana passada, não se resumiram ao incidente em que o engenheiro da Eletrobrás, Paulo Fernando Rezende, acabou ferido por guerreiros do povo Kayapó. Mais de três mil pessoas - entre representantes de organizações indígenas (cerca de 800 de mais de 20 etnias) e de movimentos sociais, ribeirinhos, pequenos agricultores, moradores de áreas urbanas, pesquisadores e ambientalistas – se reuniram para debater questões relacionadas a Belo Monte. "É uma pena que o Brasil só se reporte à Amazônia em cenas tristes", avalia o procurador Felício Pontes Júnior, do MPF do Pará, que acompanha a questão indígena há anos na região e esteve presente no encontro. Á noite, no mesmo dia em que o engenheiro foi ferido, Felício teve uma longa conversa com os Kayapó. "Foi a primeira vez em dez anos que alguém do governo federal veio conversar oficialmente sobre o projeto da usina de Belo Monte. Eles esperaram aquele evento como se fosse um momento de diálogo", descreve o procurador da República. Um dos pontos mais contestados pelos indígenas diz respeito ao impacto da construção da barragem sobre os peixes do Rio Xingu. O desequilíbrio do ciclo ecológico com a cheia permanente afetará a vida dos peixes, base alimentar para a subsistência de indígenas da região. O plano de construção de PCHs na região da bacia – uma delas inclusive já pronta – também contribui para esse desequilíbrio, de acordo com estudos feitos pelo ISA. O Encontro Xingu Vivo Para Sempre, explica Ana

© MARCELO SALAZARISA

Lideranças kayapó participam do Encontro Xingu Vivo para Sempre, em 2008.

Paula de Souza, uma das principais organizadoras do evento e coordenadora da Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP), reuniu indígenas, ribeirinhos, produtores familiares e populações urbanas para discutir não só a UHE de Belo Monte, mas também um projeto de desenvolvimento mais amplo para a região. "Foi um marco histórico nesse sentido. O encontro realizado em 1989 [em que os indígenas também deixaram claro que eram contra a construção do projeto que na época era chamado de Kararaô] foi mais puxado pelas comunidades indígenas. Desta vez, houve a junção dos diversos povos". Segundo Ana Paula, a forma como as populações locais estão sendo tratadas – sob ameaça, sem que se levem em conta as condições para a sobrevivência e reprodução dos povos – já é "uma violência". *(Maurício Hashizume e Verena Glass, Repórter Brasil, 28/05/2008)*

ELETROBRÁS: BELO MONTE NÃO INUNDARÁ TERRA INDÍGENA

"Não será inundada nenhuma terra indígena". É o que assegura o engenheiro Sérgio Almeida, chefe do departamento de Meio Ambiente da Eletrobrás, que estuda a instalação da UHE Belo Monte. No entanto, o próprio Sérgio pondera: "Uma coisa é não inundar terra indígena, mas que a obra vai incidir sobre o modo de vida dessas populações, vai". Paulo Fernando Rezende, coordenador de estudos de Belo Monte, é categórico: "Os índios não serão deslocados em hipótese alguma. A diminuição da vazão não deverá prejudicar a navegação do rio para os índios". Em entrevista, os engenheiros da Eletrobrás detalharam dados do projeto daquela que será a maior hidrelétrica 100% brasileira. "Estamos falando de 11.181 MW de potência instalada. Vai ser a maior usina genuinamente brasileira em capacidade instalada, pois Itaipu, embora gere mais energia, é dividida com o Paraguai", afirma Paulo Fernando. Para que fique clara a dimensão da obra, Belo Monte deve gerar 41,6 milhões de MWh/ano, o suficiente para atender ao consumo de 20 milhões de pessoas durante um ano. A área inundada pela usina hidrelétrica corresponderá a um terço da área inundada por Itaipu. Estima-se que em 2020, Belo Monte atenda a 6,4% do consumo de energia elétrica do Brasil". *(Terra Magazine, 18/06/2008)*

© BETO RICARDO/ISA

Da esquerda para a direita: o cantor Sting; o cacique Raoni Metuktire; seu sobrinho, Megaron Txucarramãe; e André Villas-Bôas do ISA conversam sobre Belo Monte em São Paulo, em 2009.

GOVERNO DECIDE QUE BELO MONTE SERÁ A ÚNICA HIDRELÉTRICA NO RIO XINGU

Em um acordo entre as áreas energética e ambiental, o governo anunciou que a usina será o único aproveitamento hidrelétrico do rio Xingu. De um lado, o MME abriu mão de novas hidrelétricas, apesar de haver possibilidade técnica. De outro, o MMA promete empenhar-se no licenciamento da usina. *(Valor Econômico, 17/07/2008)*

ONTEM, O IBAMA ACEITOU OS ESTUDOS DE IMPACTOS AMBIENTAIS DA USINA *(FSP, 23/05/2009)*

JUIZ SUSPENDE LICENCIAMENTO

O juiz Antonio Carlos Almeida Campelo acolheu, liminarmente, pedido do MPF e mandou suspender os prazos que delimitam a discussão do EIA-Rima da usina, apresentado pelos empreendedores e aceito pelo Ibama no final do mês passado. *(FSP, 04/06/2009)*

LEILÃO PROVOCA TENSÃO NO PARÁ

Nas últimas semanas, movimentos contrários e a favor da usina reforçaram os protestos pelas ruas da tumultuada Altamira. *(OESP, 15/11/2009)*

LICENÇA AMBIENTAL É ADIADA

O Ministro Carlos Minc disse ontem que não havia notícia a respeito da liberação da licença ambiental prévia de Belo Monte. O leilão está marcado para 21 de dezembro. *(OESP, 17/11/2009)*

STING REENCONTRA RAONI EM SP E PEDE MAIS DIÁLOGO SOBRE BELO MONTE

O cantor britânico Sting reuniu-se em São Paulo com os líderes caiapós Raoni e Megaron, para chamar atenção para a questão da construção de Belo Monte. Os caiapós se opõem à construção da usina no Rio Xingu, que ainda não foi licitada por falta de licença ambiental prévia. "Estou particularmente feliz de encontrar meus amigos Raoni e Megaron", disse o cantor. "Estou aqui porque quero que sua voz seja ouvida", acrescentou. *(Globo Amazônia, 22/11/2009)*

IBAMA EXIGE R$ 1,5 BILHÃO EM OBRAS PARA LIBERAR UHE

Para ter o direito de construir a usina, o empreendedor terá que gastar aproximadamente R$ 1,5 bilhão para cumprir 40 exigências socioeconômicas e ambientais, pré-requisitos para a obtenção da licença de instalação, sem a qual a obra não começa. "Todas são exequíveis. Algumas são pesadas", disse Pedro Bignelli, diretor de licenciamento do Ibama. *(FSP, 02/02/2010)*

TCU APROVOU O ESTUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DE VIABILIDADE

Aprovado o estudo para a construção e operação de Belo Monte. Foi divulgado que a tarifa-teto de início do leilão será de R$ 68 por megawatt/hora. A liberação do TCU abre caminho para a publicação do edital e a realização da licitação. *(O Globo, 04/02/2010)*

CNBB ANUNCIA OPOSIÇÃO AO PROJETO

A CNBB defendeu ontem a paralisação do processo que autoriza a construção de Belo Monte. Os bispos defendem que, antes da execução da obra, os índios, os ribeirinhos e a população de Altamira sejam ouvidos a respeito. *(FSP, 26/02/2010)*

TCU APROVA CÁLCULO DE R$ 19 BI PARA BELO MONTE *(O Globo, 18/03/2010)*

MPF/PA VAI PEDIR ANULAÇÃO DA LICENÇA

Ajuizará amanhã, 8 de abril, ação civil pública na Justiça Federal de Altamira, pedindo a anulação da licença prévia de Belo Monte, concedida pelo Ibama. Os procuradores da República que analisaram o empreendimento apontam afronta à Constituição, às leis ambientais e às resoluções do Conama entre os oito problemas encontrados no licenciamento até agora. *(MPF, 07/04/2010)*

CAMARGO CORRÊA E ODEBRECHT DESISTEM DO LEILÃO

A Camargo Corrêa e a Odebrecht anunciaram que não participarão do leilão da UHE Belo Monte, marcado para o próximo dia 20 de abril. Em nota, as duas empresas informaram que "após análise detalhada do edital de licitação da concessão, assim como dos esclarecimentos posteriores fornecidos pela Aneel, as empresas não encontraram condições econômico-financeiras que permitissem sua participação na disputa". *(G1, 07/04/2010)*

COMPETIÇÃO PODE SER APENAS TEATRO

A adesão de empresas à chamada pública da Eletronorte não significa garantia definitiva de que haverá concorrência para valer no leilão de Belo Monte, previsto para o próximo dia 20. O ingresso de empresas sem tradição gerou desconfiança no setor elétrico de que o governo esteja montando um teatro com vários concorrentes que não teriam a menor condição de assumir um projeto de R$ 19,6 bilhões. *(FSP, 09/04/2010)*

GOVERNO RECORRE A FUNDOS DE PENSÃO PARA SALVAR LEILÃO

Previ, Funcef e Petros serão chamados para formar consórcios e revidar o anúncio da desistência da Odebrecht e da Camargo Corrêa. *(OESP, 09/04/2010)*

MUDANÇAS NO PROJETO NÃO REDUZIRAM RISCO DA OBRA

Apesar de todas as mudanças feitas no projeto de Belo Monte ao longo dos últimos anos, o governo não conseguiu reduzir os riscos embutidos na obra. Ao tentar diminuir a área alagada para evitar impactos ambientais, criaram um canal de derivação cujas escavações serão equivalentes ao Canal do Panamá. *(OESP, 10/04/2010)*

JAMES CAMERON VISITA OS XICRIN DO BACAJÁ

Ganharam ontem a adesão de dois visitantes inesperados: o cineasta James Cameron e a atriz Sigourney Weaver. A dupla chegou ainda pela manhã à aldeia, numa viagem de lancha pelo Rio Xingu, e foi recebida com festa e danças. Cameron disse que, se depender de seu empenho, a UHE não será construída. *(OESP, 14/04/2010)*

AGU RECORRE DE LIMINAR QUE IMPEDIU BELO MONTE

O governo agiu rápido e, logo após de ter sido notificado da liminar expedida pela Justiça Federal no Pará, suspendendo o leilão de Belo Monte, recorreu na tarde de ontem da decisão ao TRF da 1ª Região, em Brasília. O recurso, apresentado na forma de pedido de suspensão de liminar, pela AGU, deverá ser apreciado pelo presidente do TRF, Jirair Aram Meguerian. *(OESP, 16/04/2010)*

ÍNDIOS QUEREM INVADIR ÁREA DE USINA

Os índios da bacia do médio Xingu preparam a ocupação do Sítio Pimental, uma ilha localizada a 40 km de Altamira, e onde serão construídas a barragem principal e a casa de força auxiliar da usina de Belo Monte. A ação, planejada para amanhã, busca atrair atenção de sociedade e Congresso para debate sobre Belo Monte. *(FSP, 19/04/2010)*

PROTESTOS SE ESPALHAM POR OITO CIDADES

Índios e ONGs preparam manifestações por todo o País; também anunciam bloqueio da Transamazônica e paralisação de balsa no Rio Xingu. *(OESP, 20/04/2010)*

LEILÃO DE BELO MONTE É SUSPENSO PELA TERCEIRA VEZ PELA JUSTIÇA FEDERAL

A liminar foi concedida atendendo a pedido da ONG Amigos da Terra, da Kanindé e do Cimi. A ação civil pública, contra a União, a Aneel, a Eletrobrás e a Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE), tem como argumento o fato de o edital da disputa por Belo Monte indicar que a área dos reservatórios da usina seria de 668,10Km2, quando o EIA/RIMA da obra, com base no qual foi dada licença prévia ao empreendimento, indica que a área total dos reservatórios será de 516 km^2. *(Amazônia.org.br, 20/04/2010)*

MORADORES FECHAM TRANSAMAZÔNICA EM PROTESTO CONTRA HIDRELÉTRICA

Pequenos agricultores da região da Volta Grande do Xingu, acompanhados de grupos articulados contrários à barragem, fecharam o quilômetro 45 da rodovia Transamazônica, que na região liga Altamira a Anapu e Marabá. *(FSP, 21/04/2010)*

AGU PROCESSA JUIZ E PROCURADORES QUE AMEAÇARAM LEILÃO

A AGU prepara as representações contra os procuradores e o juiz federal do Pará, responsável pela concessão das liminares. A AGU cumprirá, quando protocolar as representações, a ameaça feita em fevereiro ao Ministério Público. Luís Inácio Adams, advogado-geral da União, então, prometeu processar os membros do MP que abusassem de suas prerrogativas para impedir a construção da hidrelétrica. *(OESP, 22/04/2010)*

CONSÓRCIO ARRECADARÁ R$ 80 MILHÕES COM VENDA DE MADEIRA

O Consórcio Norte Energia terá de desmatar toda a área a ser inundada para formação do reservatório da usina, mas não conseguirá ter lucro com a venda de madeiras nobres. O EIA estima que a quantidade restante de madeira com valor comercial na região some R$ 80 milhões. Mas, como a obrigação é retirar toda a cobertura florestal, a empresa terá um custo de R$ 100 milhões de desmatamento. Atualmente, a maior parte da floresta é composta da chamada "madeira branca", de baixa qualidade, que terá dois destinos principais: será usada na construção ou se transformará em carvão. Total desmatado será de 118 km^2. *(O Globo, 22/04/2010)*

ELETROBRÁS COMANDA LEILÃO

Estatal definiu regras, impôs taxa de lucro e montou seu time para disputar a concessão. O consórcio vencedor (Queiroz Galvão, Galvão Engenharia, Cetenco, Mendes Jr., Contern, Gaia e a estatal Chesf, controlado pela Eletrobrás) começou a ser formado há poucas semanas, quando o leilão teve uma baixa inesperada. Camargo Corrêa e Odebrecht, que estudavam o projeto há dez anos, desistiram da disputa afirmando que as condições definidas pelo governo são economicamente inviáveis. *(OESP, 25/04/2010)*

ÍNDIOS KAYAPÓ PARALISAM BR E RESISTEM A BELO MONTE

Os índios Kayapó, da aldeia Piaraçu, divulgaram um comunicado avisando que continuarão resistindo à construção de Belo Monte. Desde o dia 23 de abril, o tráfego da balsa que corta o Rio Xingu, na BR-080, no Mato Grosso, foi interrompido por grupos que serão afetados pelo empreendimento. *(Radioagência NP, 27/04/2010)*

ELETROBRÁS DEFINE RATEIO NO CONSÓRCIO DA UHE

O conselho de administração da Eletrobrás definiu ontem como será feito o rateio, dentro do grupo estatal, da participação da Chesf no consórcio vencedor do leilão de Belo Monte. A Chesf é a principal acionista do consórcio Norte Energia, com 49,98% de participação. *(OESP, 20/05/2010)*

ANEEL HOMOLOGA RESULTADO DO LEILÃO

A Aneel homologou nesta terça-feira, 15 de junho, o resultado do leilão de Belo Monte. Além disso, a agência também aprovou a adjudicação do objeto do leilão ao consórcio Norte Energia, que venceu o certame ofertando um preço de R$ 77,97/MWh. *(Canal Energia, 15/06/2010)*

BELO MONTE AMEAÇA NOVE ESPÉCIES DE PEIXES RAROS, APONTA ESTUDO

A construção da usina de Belo Monte ameaça a existência de nove espécies de peixes raros, segundo levantamento feito por um grupo de seis pesquisadores do Museu de Zoologia da USP, da UFRJ e da ONG CI-Brasil. *(Globo Amazônia, 01/07/2010)*

ESTADO VAI BANCAR 77,5% DA USINA

O peso do Estado na construção de Belo Monte chegará a 77,5% do investimento total, orçado entre R$ 19 bilhões e R$ 25 bilhões. A participação estatal direta e indireta cresceu com a entrada de fundos de pensão ligados a empresas federais, como Petros (Petrobras), Previ (BB) e Funcef (Caixa Econômica Federal), além do Fundo de Investimento FGTS, administrado pela CEF. Originalmente, a fatia do governo era minoritária, de 49,98%, e se concentrava no grupo Eletrobras. *(FSP, 13/07/2010)*

CACIQUE FAZ NOVA AMEAÇA POR CAUSA DA USINA

O cacique Raoni Metuktire, líder dos Caiapós em Mato Grosso, apelou, ontem, em Altamira, às jovens lideranças indígenas para assumirem a luta contra Belo Monte. "Se mirem em mim. Enquanto eu estiver vivo direi não, não à destruição dos povos indígenas. Contem comigo, meu parentes. Não desistam e não tenham medo porque as polícias Militar, Civil e Federal não vão nos matar", disse. *(OESP, 11/08/2010)*

ÍNDIOS ABANDONAM DIÁLOGO COM GOVERNO SOBRE UHE

Cerca de 400 indígenas das margens do Rio Xingu decidiram ontem, em assembleia final do encontro Acampamento Terra Livre Regional, em Altamira, no Pará, que não dialogarão mais com o governo federal quando o assunto for a UHE Belo Monte, que será construída em Altamira. *(OESP, 13/08/2010)*

ODEBRECHT, CAMARGO E ANDRADE VÃO CONSTRUIR USINA

As três empreiteiras, que haviam ficado de fora do grupo vencedor do leilão, serão responsáveis por tocar metade da obra. *(OESP, 15/08/2010)*

BNDES DEVE EXIGIR GARANTIAS MAIORES PARA USINA

Segundo fontes, banco pediria até 20% do valor da obra, ou R$ 2,9 bilhões, em lugar dos 5% habituais. *(O Globo, 17/08/2010)*

LULA ASSINA CONTRATO DE CONCESSÃO DE BELO MONTE *(Agência Brasil, 26/08/2010)*

DECRETO AUTORIZA A EXPLORAÇÃO PELA EMPRESA NORTE ENERGIA

O Diário Oficial da União publica hoje (27) o decreto que autoriza concessão à empresa Norte Energia S.A. para explorar o potencial hidráulico na Usina de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará, por um prazo de 35 anos. A previsão é de que a usina comece a operar em 2015. *(Agência Brasil, 27/08/2010)*

ELETRONORTE TENTA COOPTAR ÍNDIOS DO PARÁ

Estatal é acusada de dar presentes a líderes indígenas para que apoiem a construção da hidrelétrica. Empresa nega. Funai afirma que ignora oferta de presentes com esse fim. *(FSP, 05/09/2010)*

CONSTRUTORAS DISPUTAM BELO MONTE

Andrade Gutierrez, OAS e Queiroz Galvão negociam com a Mendes Júnior, que tem 1,25% e pretende sair do consórcio que venceu o leilão. *(OESP, 11/09/2010)*

MPF/PA NOTIFICA IBAMA SOBRE EXIGÊNCIAS PRÉVIAS

Procuradores alertam que nenhuma nova licença poderá ser concedida antes que todas as condicionantes sejam concretizadas *(MPF/PA, 29/09/2010)*

MPF/PA COBRA ATENÇÃO À SAÚDE E EDUCAÇÃO NA REGIÃO ATINGIDA PELA HIDRELÉTRICA

O MPF/PA, após receber informações das prefeituras de Altamira e Vitória do Xingu de que nenhuma obra foi iniciada para dar condições de saneamento e saúde às populações, emitiu recomendação ao presidente do Ibama para que não emita nenhuma nova licença para a hidrelétrica de Belo Monte. *(MPF/PA, 22/10/2010)*

UHE DEVE SER A PRIMEIRA OBRA BENEFICIADA PELA GARANTIA DO TESOURO

Construção da hidrelétrica terá 80% do custo financiado pelo BNDES; valor está acima dos limites do banco e será autorizado pela MP 511. *(OESP, 09/11/2010)*

CADE APROVA POR UNANIMIDADE CONSÓRCIO PARA A USINA

O relator do processo, conselheiro Olavo Zago Chinaglia, seguiu os pareceres da SEAE (Secretaria de Acompanhamento Econômico) e da SDE (Secretaria de Defesa Econômica) e acatou a recomendação para aprovação da formação do consórcio. O Ministério Público Federal também não apresentou nenhuma oposição. *(FSP, 17/11/2010)*

FALHAS DE LICENÇA PARA BELO MONTE SERÃO CORRIGIDAS

O Ibama terá de corrigir falhas da licença prévia dada para construir a usina hidrelétrica de Belo Monte antes de conceder a autorização para o início das obras. Segundo técnicos do órgão, o licenciamento concedido em fevereiro foi mal feito e sua correção tornará mais complexo um processo que já é naturalmente difícil. *(O Globo, 18/11/2010)*

VISTORIA MOSTRA QUE CONDICIONANTES NÃO FORAM CUMPRIDAS

O MPF/PA esteve na última quarta-feira, 15 de dezembro, na comunidade de Belo Monte, entre os municípios de Vitória do Xingu e Anapu, uma das que serão impactadas pelo projeto da usina da UHE no rio Xingu, para vistoriar obras de água e esgoto que fazem parte das condicionantes obrigatórias do projeto. Os técnicos encontraram apenas um poço perfurado em Vitória do Xingu, que não está produzindo água suficiente. O outro poço, no lado de Anapu, por ter sido perfurado muito perto de uma área residencial, pode estar contaminado. As obras de distribuição da água ainda estão em fase de escavações. Além dos dois poços, um posto de saúde teve as obras

iniciadas. O outro posto de saúde e as salas de aula previstas como condicionantes não começaram a ser construídos. *(MPF, 17/12/2010)*

BNDES APROVA R$ 1 BI PARA BELO MONTE

A diretoria do BNDES aprovou empréstimo-ponte de R$ 1,087 bilhão para o projeto de Belo Monte, no Pará. Os recursos funcionarão como um adiantamento do financiamento, ainda não aprovado, que o banco dará ao empreendimento, cujo investimento total é estimado em R$ 19,6 bilhões. *(OESP, 23/12/2010)*

HIDRELÉTRICA GANHA LICENÇA SEM CUMPRIR CONDICIONANTE

O Ibama deu ontem o sinal verde para a construção de Belo Monte, mesmo sem o cumprimento pleno das 40 condicionantes exigidas pelo órgão ao consórcio Norte Energia, responsável pela obra. Estudos sobre qualidade da água do rio Xingu – que avaliariam, por exemplo, a possibilidade de contaminação do reservatório por mercúrio e os eventuais impactos disso sobre a fauna – ganharam mais tempo. Procuradoria acusa o governo de atropelar processo. *(FSP, 02/06/2011)*

PROCURADORIA ENTRA COM AÇÃO CONTRA UHE

A representação do MPF no Pará ajuizou ontem uma ação civil pública questionando o licenciamento de Belo Monte. Na semana passada, após meses de polêmica, o Ibama concedeu autorização para a construção ao consórcio Norte Energia. Segundo o MPF, trata-se da 11ª ação submetida à Justiça com o objetivo de impedir a obra. Também ontem, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, falou em público pela primeira vez desde que a autorização para a instalação foi concedida. Ela chamou a licença de "robusta" e disse que técnicos do Ibama vão monitorar o cumprimento das exigências impostas ao consórcio. *(O Globo, 07/06/2011)*

BELO MONTE JÁ COMEÇA A MUDAR ROTINA DE ALTAMIRA

Além da alta dos preços de alguns serviços, como locação de imóvel e de veículos, calcula-se que nas últimas semanas cerca de 3 mil pessoas desembarcaram no município, número que deve subir rapidamente nos próximos meses. Eles estão de olho nas vagas que serão abertas para levantar a hidrelétrica e nos negócios criados pela obra. A construção criará 18 mil empregos diretos e 80 mil indiretos. *(OESP, 08/06/2011)*

© BIVIANY ROJAS/ISA

Cacique Raoni Metuktire no ato público contra a construção da UHE Belo Monte, na Esplanada dos Ministérios, diante do Congresso Nacional, Brasília, em 2011.

Desintrusão é Condicionante

Fabio A. Nogueira Ribeiro | Cientista Ambiental/Coordenador Regional da Funai em Altamira/PA

OS PARAKANÃ ESTÃO HOJE CONFINADOS NA PONTA NOROESTE DO TERRITÓRIO, À MARGEM DIREITA DO RIO XINGU, NAS PROXIMIDADES DA FOZ DO IGARAPÉ BOM JARDIM. NOS ANOS DE 2006, 2007 E 2008, FORAM CADASTRADOS PELA FUNAI MAIS DE MIL E DUZENTAS FAMÍLIAS DE POSSEIROS, E A EXTRUSÃO DA TI AINDA NÃO FOI CONCLUÍDA

Ao cabo de três longas décadas de ocupação por madeireiros, fazendeiros, garimpeiros e colonos assentados pelo Incra, a TI Apyterewa foi finalmente homologada em 19/04/2007, com extensão de 773.000 ha, no município de São Félix do Xingu (PA). Por conta da presença das famílias de posseiros, mais de 60.000 ha da TI já foram desmatados, conforme dados da Coordenação Geral de Monitoramento Territorial (CGMT/Funai). Na bacia do igarapé Bom Jardim, em seu baixo e médio cursos, encontram-se as últimas extensas áreas de floresta e os últimos grandes castanhais controlados pelos Parakanã. As aldeias Apyterewa, Xingu e Kwaraya Pya (aberta em 2011) somam um total aproximado de quinhentas pessoas. No entanto, o sedentarismo associado tanto à estrutura do Posto Indígena como à situação de imobilismo territorial gerado pela pressão dos invasores, produziu nos últimos anos uma situação de escassez de alimentos. Alguns dos resultados têm sido a ampliação do espaço ocupado pela pesca na alimentação e o incremento da dependência por mercadorias comercializadas em Altamira, cidade de referência para os indígenas no médio Xingu.

Tanto o evento do "contato", em 1983/84, como as primeiras décadas de interação com o *toria* (homem não indígena) produziram uma fissura no seio do povo parakanã. Logo na primeira década do contato alguns jovens (hoje adultos) foram fortemente cooptados pelos invasores e, portanto, em pouco tempo já conheciam bem o dinheiro, as cidades, os toria. Os mais antigos, por outro lado, continuaram com seu modo de vida aldeão, transformado, todavia, tanto pela situação de interação constante com funcionários da Funai como pelo fim dos tempos de guerra com Araweté e Xikrin. Tal conflito geracional – muito acentuado quando comparado a outros povos Tupi-Guarani do médio Xingu, como os Asuriní e Araweté – é ainda mais aparente quando o tema é a invasão da TI. Em diversas reuniões interinstitucionais realizadas nas aldeias em 2009 e 2010, enquanto os mais velhos continuavam firmes em sua proposta de fazer incursões guerreiras (como as feitas em 2003) contra os posseiros, os jovens investiam em articulações institucionais e em ferramentas jurídicas para encaminhar o caso.

Como resultado dessas três décadas de interação constante com agentes invasores e com órgãos oficiais, os índios fizeram algumas inovações que de certa forma ampliaram o protagonismo do grupo frente ao Estado. Instituíram, por exemplo, em seu cotidiano e em seu espaço social, reuniões comunitárias na "casa dos guerreiros". As inúmeras idas de lideranças para Altamira e Brasília para fazer de certa forma negociações sobre a situação fundiária da TI contribuíram para que os Parakanã acumulassem experiência na gestão das relações interétnicas.

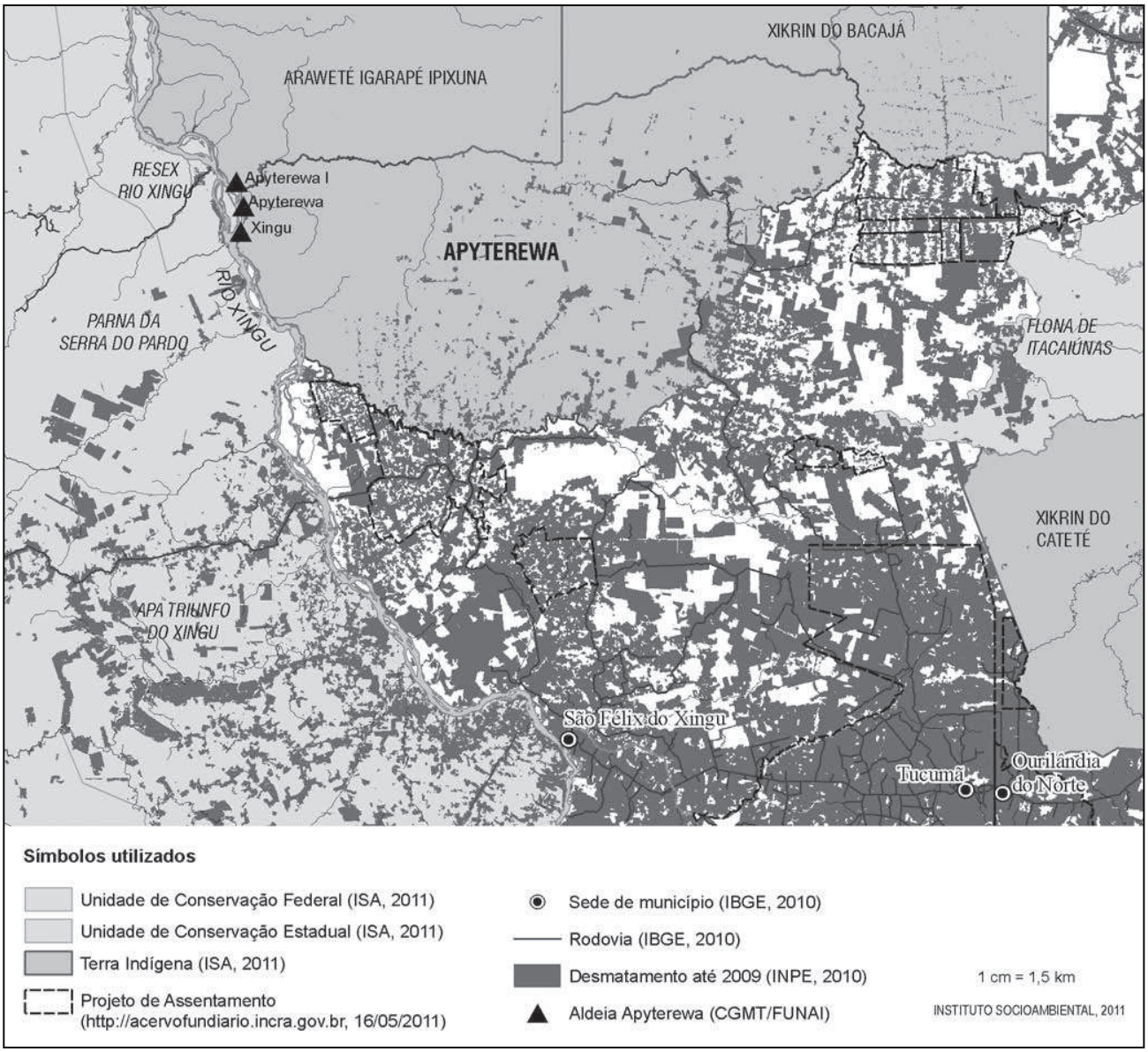
O confinamento territorial a que estão submetidos (as derrubadas distam 15 km da aldeia) e a demora do Estado em fazer a extrusão da TI têm deixado os Parakanã apreensivos. Algumas novidades despontam no horizonte do grupo, mas não de forma concreta. Por exemplo, a regularização da TI foi colocada pela Funai em 2009 (Parecer Técnico nº 21/CGPIMA/Funai) como condicionante ao processo de licenciamento ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico (UHE) Belo Monte. Como resultado, atualmente uma operação conjunta entre Funai, Polícia Federal e Força Nacional

tem tentado dar início ao processo de retirada dos colonos. Mas o problema ainda não foi resolvido.

HISTÓRICO DA TI APYTEREWA

Apyterewa é mais uma daquelas histórias tristes nas quais a Funai encontrou-se na ingrata posição de ter que liberar territórios indígenas para frentes de expansão neobrasileiras. Tudo "começa" com a grande cisão dos Parakanã, grupo Tupi-Guarani do médio Tocantins, no final do século XIX, dando origem a dois subgrupos. Carlos Fausto, em sua etnografia, denominou "Orientais" os que permaneceram na bacia do rio Tocantins, e "Ocidentais" os que rumaram para a bacia do Xingu. Esses dois grandes blocos acabaram entrando em contato com o *toria* em momentos e locais distintos. Os Orientais, por um lado, pacificaram os brancos em 1971, por ocasião da abertura da Transamazônica, e atualmente vivem na TI Parakanã, localizada nas proximidades de Tucuruí (PA). Os Ocidentais, por outro lado, empreenderam uma longa marcha para o oeste a partir da década de 1960, como estratégia de fuga da expansão da atividade econômica na região de Marabá, leste do Pará. Explode então, nesse movimento, um conflito interno que divide os Parakanã Ocidentais em três. Um dos subgrupos ruma em direção ao rio Bacajá, sendo reprimido pelos Xikrin, grupo Jê que já dominava a região desde a década de 1930. Em 1972 os grupos se reúnem novamente em um tributário do rio Cajazeiras (afluente do Tocantins) e aparecem na

TERRA INDÍGENA APYTEREWA - DESMATAMENTO ACUMULADO ATÉ 2009



roça de colonos locais. Avisada da presença dos índios, a Funai envia uma Frente de Atração ao local, a qual mantém contato por dois meses com os Parakanã Ocidentais. Entretanto, a Frente é obrigada a se retirar por falta de recursos.

Os Parakanã rumam novamente para oeste. E um novo conflito interno levou a mais uma cisão do grupo: cerca de 200 pessoas se dirigiram para as cabeceiras do rio Bacajá, enquanto um grupo menor, com cerca de 50 pessoas, seguiu para noroeste, alcançando as cabeceiras do rio Anapu. Este último grupo já se encontrava muito próximo à zona de colonização da Transamazônica, que cortara o rio Anapu em seu alto curso. Assim, em 1976, a Funai conseguiu "contatar" o chamado "grupo do Akaria", transferindo-os para a Reserva Pucuruí, onde um terço dos indígenas veio a falecer no primeiro ano pós-contato.

O grupo maior se dirigiu para o interflúvio Xingu-Bacajá, atravessando o território xikrin no Bacajá na década de 1970 e se estabelecendo na área limitada ao sul pelo igarapé São José (ou São Sebastião) e ao norte pelo Bom Jardim (atuais limites sul e norte da TI Apyterewa). Para tanto, deslocaram para o baixo igarapé Ipixuna os Araweté, que por conta disso se viram obrigados a aceitar o contato com uma Frente de Atração da Funai em 1976. A disputa por essa área relativamente preservada do avanço da colonização levou a outro atrito com os Xikrin do Bacajá, em 1977. Esse ataque xikrin sustou o avanço setentrional dos Parakanã, que então se fixaram e se mantiveram isolados entre os igarapés Bom Jardim e São José. No final daquela década, no entanto, já estava em curso o projeto de colonização do município de Tucumã, no sul do Pará. Fundamentado na atividade madeireira e na pecuária, esse projeto levado a cabo pela construtora Andrade Gutierrez trouxe consequências nefastas para os Parakanã. As madeireiras Perachi, Impar e Maginco, no início de 1980, alcançaram as cabeceiras do igarapé São José, por meio da estrada Morada-do-Sol e os garimpos, as do Bacajá e do Bom Jardim.

Os Apyterewa, por seu turno, promoveram ataques às fazendas. E a Funai interviu. Em janeiro de 1983 é feito o contato com 44 índios, que são transferidos de aeronave para a Reserva Indígena (atual TI) Parakanã, em Tucuruí. Nos primeiros seis meses, onze índios faleceram. Os subgrupos que permaneceram isolados rumaram para a bacia do Ipixuna, entrando em conflito com os Araweté já "pacificados". O contato com o maior desses subgrupos, com 106 pessoas, é realizado em dezembro daquele ano. O contato com o último subgrupo, de 31 pessoas, é feito em março de 1984. Por conta da invasão madeireira, os Apyterewa-Parakanã são levados para o baixo curso do Bom Jardim, onde foram estabelecidas duas aldeias. Abriu-se, assim, o corredor de terras entre as cabeceiras do Bacajá e do Bom Jardim.

Embora o contato com os Apyterewa tenha sido realizado em 1983/84, é apenas cinco anos depois, com a Portaria nº 720/88, que a Funai instituiu GT para definir os limites da TI. No entanto, só com a publicação da Portaria Ministerial 267/MJ de 28/05/1992, que reconheceu como de posse dos Apyterewa-Parakanã uma área de 980.000 ha, é que ocorrem as primeiras tentativas concretas de coibir a atividade madeireira. O resultado prático, porém, da publicação da Portaria de 1992 foi a ampliação da invasão por posseiros. Às vésperas da demarcação física da TI em 1994, o Incra local patrocinou o assentamento de centenas de colonos de Tucumã no interior da TI, inviabilizando a demarcação. Com a publicação do Decreto 1.775 em 1996 e a consequente possibilidade do contraditório administrativo, os Parakanã sofrem mais um revés. A despeito da fragilidade dos argumentos apresentados pelas partes contrárias à demarcação da TI, e mesmo que o Relatório de Estudos Complementares elaborado por Carlos Fausto em 1996 tenha demonstrado do ponto de vista técnico e antropológico a legitimidade do pleito territorial indígena, em 1997 o então Ministro da Justiça Nelson Jobim determinou a alteração dos limites da TI. Em 2001, após uma negociação entre Incra e Funai visando reassentar os posseiros assentados irregularmente em 1994, a Portaria nº 1192/01 declara como de posse permanente do grupo Parakanã a TI Apyterewa, com superfície aproximada de 773.000 ha e perímetro aproximado de 678 km. Ou seja, a TI foi reduzida em 207.000 ha. Os trabalhos de demarcação física, no entanto, logo foram paralisados pela Ementa do Mandado de Segurança nº 8.241 DF, do STJ, que declarou nula a Portaria nº 1192/01.

Como resultado dessa indefinição jurídica, a partir desse ano passa a haver um incremento vertiginoso da invasão, principalmente na porção sul da TI, por posseiros oriundos de São Félix do Xingu e organizados em torno da Associação Paredão. Em 2004, o Ministro Márcio Thomaz Bastos, por meio da Portaria nº 2.581/2004 declara a TI Apyterewa, localizada nos municípios de São Félix do Xingu e Altamira, como de posse permanente dos Parakanã. Nessa ocasião, o pedido de Mandado de Segurança, no qual o Município de São Félix do Xingu alega ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa, foi negado pelo Supremo Tribunal de Justiça. Em 19 de abril de 2007, por Decreto Presidencial s/n a TI Apyterewa foi finalmente homologada. *(julho, 2011)*

TI Cachoeira Seca, 25 Anos de Espera pela Demarcação

Mauricio Torres | Doutorando em Geografia Humana pela USP
Juan Doblas | Mestre em Geociências

A REGIÃO DE ALTAMIRA ESTÁ MARCARDA POR UM INTENSO CONFLITO FUNDIÁRIO. APARENTEMENTE, A LUTA OPÕE OS ARARA DA CACHOEIRA SECA A CAMPONESES ASSENTADOS PELO INCRA SOBRE A TI, MAS SOB ESSE CONFLITO ESCONDEM-SE INTERESSES ECONÔMICOS DE MADEIREIROS, GRILEIROS E FAZENDEIROS DA REGIÃO, BENEFICIADOS INDIRETAMENTE PELA AÇÃO CONTRADITÓRIA DO ESTADO BRASILEIRO

Final dos anos sessenta. A região de Altamira (PA), prestes a ser atravessada pela rodovia Transamazônica, testemunhou uma transformação radical em sua dinâmica demográfica e territorial. Além do início das obras da rodovia, desencadeou-se um intenso processo de colonização da região, motivado, em muito, pela falta de reforma agrária no sul e no nordeste do país. O Estado idealizava o assentamento de 100 mil famílias numa faixa de dez quilômetros de cada lado da porção paraense da Transamazônica.

De forma emblemática, em 1972, o então presidente Médici aplaudiu a derrubada de uma castanheira em Altamira, como ato simbólico da abertura de mais um trecho da Transamazônica em direção à Itaituba, outra cidade paraense. A implantação dessa porção, em particular, dividiria de modo irremediável o território do povo indígena Arara, um dos poucos que, à época, ainda mantinha seu isolamento, inclusive resistindo fortemente às diversas tentativas de contato.

Esse povo, que ocupava as bacias do Xingu e do Amazonas, viu-se, então, obrigado a se restringir ao Xingu. Referindo-se a esse momento, em relatório encomendado pela Funai, o antropólogo Márnio Teixeira Pinto relata uma série de impactos no modo de vida tradicional dos Arara, bem como suas estratégias para enfrentar o mutilamento de seu território e a proximidade com trabalhadores das obras e colonos que começavam a ser assentados na região. Foi quando, segundo Pinto, ocorreu uma reorganização socioespacial dos Arara e, nesse "processo de aglutinação estratégica de vários grupos locais diferentes, razões particulares e conjunturais acabaram produzindo uma situação de isolamento radical de alguns daqueles grupos, que se viram impedidos de se aproximarem dos demais".

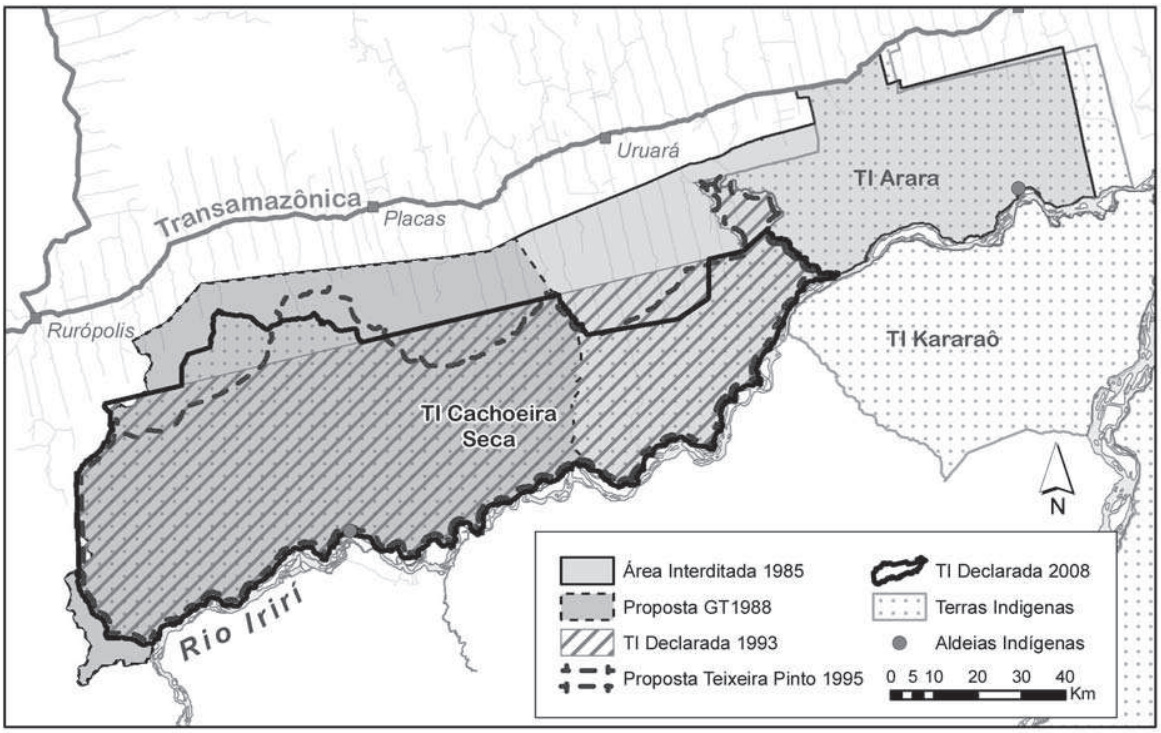
Após mais de dez anos de tentativas de aproximação fracassadas, entre 1981 e 1983, conseguiu-se contato com, no mínimo, quatro subgrupos ao sul da Transamazônica e um subgrupo ao norte dela. Todos foram aldeados nas proximidades do igarapé Laranja, ao sul da Transamazônica. Hoje, a aldeia Laranjal fica na TI Arara, homologada em 1991. Outro subgrupo, porém, contatado apenas em 1987, teve um trajeto bem mais penoso, e, ainda hoje, enfrenta os efeitos da indefinição em relação ao seu território, a TI Cachoeira Seca.

HISTÓRICO

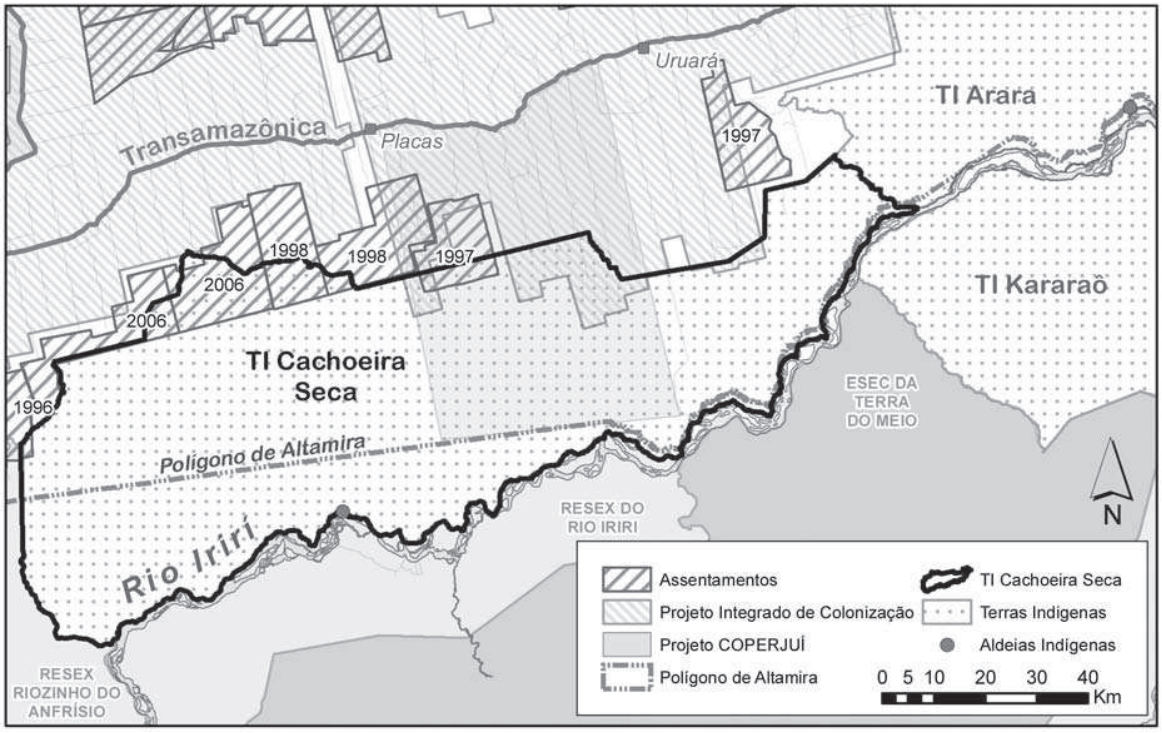
Em 1985, a portaria 1854 do Ministério do Interior determinou a interdição de 1.060.400 hectares, ao sul da Transamazônica, para fins de atração dos índios Arara. A área se estendia pelos municípios de Altamira, Medicilândia, Uruará, Placas e Rurópolis. Em 1988, a Funai criou o primeiro Grupo de Trabalho (GT) com missão de delimitar a TI Cachoeira Seca que, dois anos e meio depois, apresentou um traçado de 686.501 hectares, desconectado

da outra terra indígena do grupo, a TI Arara. O Mapa 1 ilustra todas as diversas versões de delimitação da TI Cachoeira Seca. A não conexão entre as duas TIs pautava-se em uma suposta substantiva diferença (que, como demonstrou posteriormente Márnio Pinto, jamais existiu) entre o grupo da Cachoeira Seca e o grupo da TI Arara. Foi nesse momento que o termo "imaramã"

MAPA 1. TRANSFORMAÇÕES DOS LIMITES PROPOSTOS E DECLARADOS PARA O POVO INDÍGENA ARARA DE CACHOEIRA SECA



MAPA 2. ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA TI CACHOEIRA SECA E ENTORNO

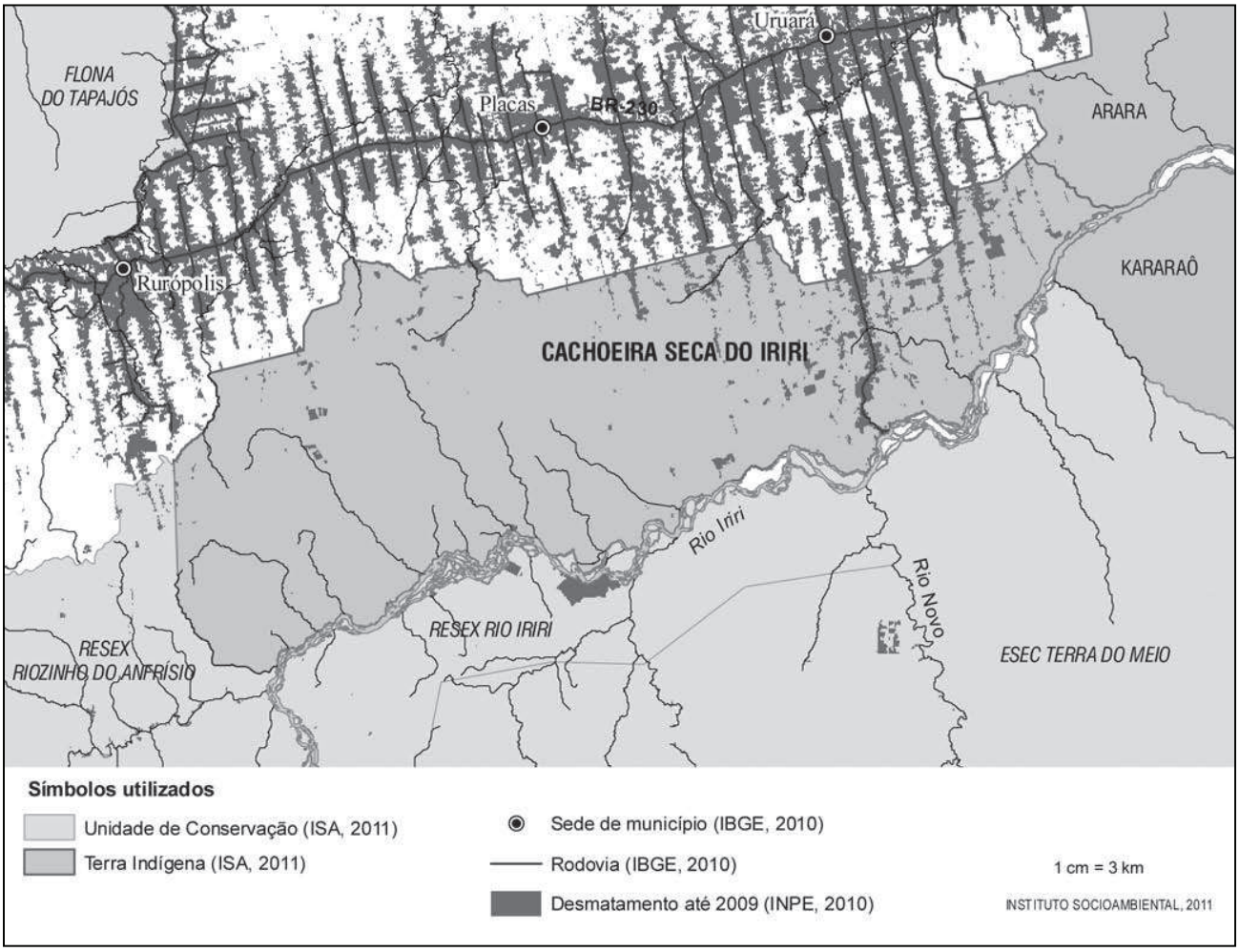


surgiu como um presumido etnônimo para distinguir o grupo da Cachoeira Seca daquele ocupante da TI Arara.

Porém, como diz Márnio Pinto, "malgrado sua origem viciada (ou talvez por isso mesmo), o Laudo antropológico da Srª Leitão [antropóloga que coordenou o primeiro GT] acaba servindo de base a uma Comissão Especial de Análise (CEA) do próprio órgão indigenista – formada por servidores mais atentos e experientes no trato das questões relativas a grupos indígenas recém-contatados (como é o caso)". Esta comissão recuou para o sul o limite norte proposto na primeira delimitação elaborada pelo GT e estendeu a área ao leste, conectando-a à TI Arara. A CEA justificava as alterações com base no argumento de que se tratava de não criar conflitos com os colonos instalados nas proximidades da Transamazônica, no caso do recuo da linha norte, e de assegurar aos Arara (ao menos) parte de seu território tradicionalmente ocupado por meio da continuidade das duas TIs. Acolhida essa alteração, a Portaria Declaratória nº 26 (Ministério da Justiça – DOU 25.1.1993) declarou a TI Cachoeira Seca com 760 mil hectares.

A reação daqueles que tinham interesses econômicos na área não foi pequena. Da Prefeitura, da Câmara de Vereadores, de sindicatos e associações – todos de Uruará vociferaram contra a delimitação, com ênfase na área que uniria as TIs. A grande celeuma sobre a tal área de conexão (que pode ser observada no Mapa 1) não é por pouco. Nesse trecho, estava instalada a Madeireira Bannach, uma das mais poderosas da região e sobre a qual pesam diversas acusações, inclusive a de protagonizar enormes saques de madeira na TI e conflitos com indígenas. Essa madeireira prolongou um dos travessões da Transamazônica até a margem esquerda do rio Iriri, onde instalou seu porto e uma de suas serrarias. Note-se que, para defender sua permanência na TI e a continuidade de sua operação, a Bannach, em 1991, atuava escondendo-se por detrás do interesse de colonos que já estavam assentados no ramal aberto pela madeireira no interior da TI.

MAPA 3. TI CACHOEIRA SECA DO IRIRI: DESMATAMENTO ACUMULADO ATÉ 2009



Em 1996, vários grupos que se sentiam prejudicados pela criação da TI impetraram pedidos de mandados de segurança contra a demarcação, e obtiveram deferimento pelo STJ em 1997. O posicionamento do STJ calcou-se na fragilidade dos estudos que subsidiaram o aumento da área de 686.501 hectares (indicação do primeiro GT) para 760 mil hectares, conforme a proposta da CEA. A área em questão era justamente a da conexão entre as duas TIs.

Nesse ínterim, frente às manifestações contra o perímetro contínuo das duas TIs, em 1994, a Funai encomendou estudos antropológicos conclusivos a respeito do território a ser demarcado como TI Cachoeira Seca a Márnio Teixeira Pinto. Poucos meses depois, Pinto entregou um consistente trabalho que apontava precisamente as falhas do laudo produzido pelo primeiro GT e aclarava exaustivamente que não existia o grupo "imaramã", tratando-se um único povo indígena. A Funai acatou o parecer de Pinto e propôs que a Portaria Declaratória 26/93 fosse alterada de modo a obedecer à delimitação proposta pelo antropólogo. Além de algumas mudanças no limite norte, ratificou-se a ligação da TI Cachoeira Seca à TI Arara, fechando uma área de 750 mil hectares.

Não se sabe o motivo pelo qual o perímetro de Pinto não foi utilizado oficialmente. De forma também bastante incompreensível, a Funai parece não ter tomado conhecimento dos mandados de segurança contra a demarcação, anulando a Portaria Declaratória 26/93. Apenas em 2004, quando – por pressão do Ministério Público Federal – a Funai iniciou os trabalhos de demarcação física da área, é que a Prefeitura de Uruará enviou um ofício à Funai, informando-a da existência do processo e da decisão do STJ expedida em 1997.

Não bastasse tudo isso, corria em paralelo uma verdadeira esquizofrenia entre os atos administrativos do Incra e da Funai. Primeiro, o governo federal criou o Polígono Desapropriado de Altamira (Decreto 68.443/1971), onde o Incra deveria, sobre quase toda a área de ocupação dos Arara, implantar projetos de colonização. Depois, em 1997 e 2006, o Incra criou assentamentos de reforma agrária no interior da área já delimitada (ainda que não formalmente implementada) como de ocupação tradicional dos Arara (Mapa 2).

Em 2004, quando a Funai tomou ciência de que, desde 1997, o STJ havia anulado a Portaria Declaratória da TI Cachoeira Seca, publicou a Portaria 1357, em que foi estabelecida uma nova interdição de área para a criação da TI. Essa mesma Portaria fixou restrições ao direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai na Cachoeira Seca, assegurando o direito de acesso aos ocupantes permanentes, desde que tal acesso se restringisse à parcela cuja posse estava estabelecida – ficando vedada qualquer forma de expansão para além do perímetro ocupado. Essa portaria respeitava a permanência dos colonos instalados na área e vedava expressamente qualquer nova ocupação a partir de outubro de 2004.

Poucos dias depois, em novembro, com a Portaria 1442, a Funai constituiu um novo GT para "realizar estudos complementares de delimitação da TI Cachoeira Seca" e, em 30 de junho de 2008, a Portaria 1235, do Ministério da Justiça, declarou a TI Cachoeira Seca ligada à TI Arara.

Desde então, a tensão na região aumenta, tendo se acirrado no primeiro semestre de 2011, quando a Funai começou os trabalhos de demarcação da TI. Em junho de 2011, uma grande quantidade de colonos se mobilizou pressionando para a paralisação da demarcação. Porém, por trás dessa mobilização, estavam madeireiros e grileiros que exploram criminosamente o interior dos limites da TI.

Esse não é o primeiro caso em que uma população camponesa é usada como massa de manobra por fazendeiros, grileiros e madeireiros interessados na exploração de TIs. E é importante reconhecer que a população camponesa (o que exclui, frise-se, grileiros e madeireiros) também é vítima de uma história repleta de desmandos e contradições.

Sem dúvida, o direito à terra na TI Cachoeira Seca é dos índios Arara. Contudo, aos colonos que ocuparam a área, muitas vezes com a conivência do Incra, cabe um processo de realocação digna, que respeite seus bens materiais e seu modo de vida e tente, ao máximo, mitigar o dano que sofrerão. A falta de clareza que pauta a ação do Estado com relação à população indígena e de colonos só acorre em benefício dos grileiros e madeireiros ali instalados. Acabam sendo tomados por grandes aliados, quando, na verdade, constituem o inimigo comum a índios e camponeses. *(julho, 2011)*

BR-153: Uma Estrada Rompendo Caminhos e Relações

Orlando Calheiros | Doutorando, Museu Nacional

PODE-SE AFIRMAR QUE A MAIOR AMEAÇA À MANUTENÇÃO DO *MODUS VIVENDI* DOS AIKEWARA É A BR-153, QUE ATRAVESSA A TI POR 11 KM. PARA ALÉM DA PERDA ORIGINAL NÃO INDENIZADA DE 200 HA DE TERRITÓRIO, CONSIDERANDO AS PIÇARREIRAS E A COBERTURA VEGETAL NO ENTORNO PRÓXIMO, ANO APÓS ANO, A ESTRADA É ORIGEM DE AGRESSÕES AO TERRITÓRIO SOB A FORMA DE QUEIMADAS

Os Aikewara, mais conhecidos na literatura especializada pela alcunha de Mudjetire ou Suruí do Pará, são hoje aproximadamente 360 indivíduos falantes de uma variante tupi-guarani, que se encontram localizados nos 26.258 ha da Terra Indigena Sororó, à margem dos municípios de São Geraldo do Araguaia e São Domingos do Araguaia.

Necessariamente contraposto ao mundo dos brancos, o *modus vivendi* aikewara legisla para além das fronteiras do humano, abarcando em si um outro muito específico, a floresta. *"A mata é nossa mãe e nós outros somos os filhos dela. Quem vive sem mato são os brancos"*. Essa fala de um Aikewara é emblemática da centralidade da floresta na produção da vida e das relações. Ali estão a caça e os outros produtos consumidos, compartilhados, doados ou recebidos. Por meio deles, produz-se um sistema em que cada alimento pode e deve ser remetido a um produtor reconhecido como parente. Interromper tal sistema significa interromper o próprio parentesco: "parente é aquele com quem você come". Ocorre que a mata vem sendo o alvo central de ameaças e desafios que essa população enfrenta atualmente.

Com a estrada, observou-se a multiplicação de lotes e fazendas ao redor da aldeia, contribuindo para o aumento da incidência de queimadas que atingem a reserva, como o incêndio em 2007, que consumiu cerca de três mil ha da TI. Mesmo na estação das chuvas, o fluxo de carros à via interestadual apresenta riscos à população local, como o atropelamento dos já escassos animais e até mesmo de indígenas, com um óbito confirmado.

Em setembro e outubro de 2010, os indígenas observaram atônitos a perda de pelo menos 4 mil hectares de mata, para não mencionar as centenas de animais, consumidos por um incêndio iniciado nos acostamentos da rodovia – provavelmente originado pelo descaso dos motoristas.

Por essa mesma rodovia, os Aikewara enfrentarão os maiores impactos da construção da hidrelétrica de Santa Isabel, no Rio Araguaia. Mesmo que os laudos encomendados pela empresa responsável afirmem que a obra não apresentará risco direto à TI, sabe-se que será justamente pela BR-153 que serão realizados os transportes da mão de obra especializada, cerca de quatro mil trabalhadores, e de matéria-prima leve. Equação simples: aumento no fluxo de carros significa aumento nos riscos para a população aikewara. Para não falarmos no desenvolvimento das áreas, vilas e cidades no entorno da TI e com ele toda a sorte de malefícios que esse tipo de situação traz a uma população indígena: impacto que já começa a ser observado com o crescimento das cidades de Marabá, São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia.

Se, por um lado, a população do Sororó comemora sua recuperação demográfica – viram-se reduzidos a meros 30 indivíduos nos

anos que se seguiram ao contato –, por outro, se mostram cada vez mais concernidos a respeito dos desafios que esse movimento lhes impõe. Uma população crescente, acuada em seu território, que observa o desaparecimento cada vez mais acelerado das condições necessárias para a reprodução de seu *modus vivendi*. A produção de alimentos encontra-se comprometida pelas queimadas, de modo que as caçadas estão cada vez mais difíceis. Impedidos de obterem alimentos pelas vias tradicionais, não é de se estranhar que os mais jovens frequentemente procurem empregos nas cidades vizinhas e até mesmo em outras TIs, como Mãe Maria e Cateté. Tal movimento dispersivo compromete o critério mais básico da socialidade aikewara, "o viver junto". Se no pós-contato viam-se ameaçados pelo extermínio, passados os anos, recuperados do golpe inicial, os Aikewara veem-se ameaçados pela destruição de seu estilo de vida, pela impossibilidade de autodeterminarem os rumos de sua sociedade. Movimento experienciado como transformação gradativa em branco, em *Kamará. (fevereiro, 2011)*

Asuriní Resistem aos Impactos da UHE e à Estrada que Corta a TI

Akwapitínga Asuriní — Associação do Povo Indígena Asuriní do Tocantins
Ana Suelly Arruda Câmara Cabral — Laboratório de Línguas Indígenas, UnB
Daniella Vanêssa Abrantes Martins — Laboratório de Línguas Indígenas, UnB

OS ASURINÍ DO TROCARÁ (OU DO TOCANTINS) TÊM VIVIDO, AO LONGO DOS 60 ANOS DE CONTATO, DIVERSAS SITUAÇÕES DE RISCO, DESCASO E IMPACTOS NEGATIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OS TÊM PREJUDICADO SOCIAL, CULTURAL E EMOCIONALMENTE

Tais situações, entretanto, não conseguiram destruir a base milenar de sua cultura tupi-guarani, tampouco silenciaram a sua língua nativa – ainda viva e surpreendentemente conservadora na voz de uma vintena de pessoas que desafiam as impetuosas forças externas do contato contrárias à sua existência e transmissão.

A antropóloga Lúcia M. de Andrade escreveu, há quase duas décadas, em sua dissertação de mestrado, concluída em 1992, que não se arriscaria a fazer qualquer prognóstico sobre o futuro dos Asuriní, pois apenas acompanhara com "curiosidade, entusiasmo e um certo orgulho a trajetória desse povo", que ela teve a oportunidade de conhecer melhor, e conclui que "... os Asuriní são hoje um povo fortalecido, orgulhoso de sua cultura e que se mobiliza para enfrentar os desafios que a relação com nossa sociedade lhes coloca".

Essa é uma descrição atual do sentimento de ser Asuriní, a qual se expressa em seus rituais, na defesa de suas terras e dos seus direitos. Por exemplo, em sua reação à abertura da estrada Trans-Cametá, realizada pelo Governo do estado do Pará sem consultá-

© EUNICE PINTO/ AG.PARÁ

Asuriní do Trocará.

los. Atualmente aguardam soluções para o desenvolvimento de ações compensatórias pelos impactos que vêm sofrendo ao longo dos últimos 20 anos, por conta da implantação da Hidrelétrica de Tucuruí (UHE Tucuruí) e das transformações socioeconômicas regionais por ela induzidas.

O povo Asuriní é constituído de 492 pessoas, de acordo com o censo da pesquisa linguística realizada entre 2009-2010 para o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (Lali-Iphan). Os dados dessa pesquisa revelam que a distribuição da população Asuriní é equilibrada: 50% de pessoas são do sexo masculino e 50% do sexo feminino. É uma população jovem: 78,3% têm menos de 31 anos. Apenas 1% trabalha e/ou estuda em Tucuruí.

Os Asuriní distribuem-se atualmente em três aldeias – Trocará, Ororitáwa e Oimotawára –, e em duas outras localidades menores – uma no Km 18 da Trans-Cametá e outra no ramal que permite o acesso desde a Trans-Cametá até à aldeia Trocará. Há ainda aldeias temporárias usadas principalmente para a pesca e caça, localizadas às margens do rio Trocará, entre as quais Taraohóa, localizada na "cachoeira grande", e Pikiá.

A aldeia Trocará, situada a 2 km da margem esquerda do Tocantins, continua sendo a aldeia principal, desde a sua criação em 1980 para abrigar a população asuriní que tivera sua antiga aldeia às margens do Tocantins inundada na grande enchente daquele ano. Essa havia sido a primeira aldeia criada pelo SPI em 1953 para receber o primeiro grupo Asuriní contatado, ao qual se juntou, a partir de 1974, o segundo grupo Asuriní, que havia permanecido no alto Pacajá. De 1980 a 2003, Trocará se desenvolveu como única aldeia permanente dos Asuriní.

Com a construção da estrada Trans-Cametá, que liga as cidades de Tucuruí e Cametá, os Asuriní receberam do governo do estado, como ação compensatória, a construção de 42 casas; dois poços artesianos; um complexo para funcionamento de uma escola; um posto de enfermagem; farmácia; uma residência para professores e outra para agentes de saúde. Está em fase de conclusão um estudo sobre o componente indígena para complementar, por exigência da Funai, o EIA/Rima das melhorias na Transamazônica e rodovias que se ligam a ela, incluindo a Trans-Cametá (obra do PAC), e que novamente pode trazer impactos negativos para o povo Asuriní.

Atualmente, além das 42 casas de alvenaria, foram construídas mais cinco casas de paxiúba. Em 2006, aproximadamente 440 pessoas distribuíam-se por essas casas, o que correspondia a uma média de 10 pessoas por casa. As várias modalidades de bolsas do Governo Federal, como o Bolsa Família, Bolsa Alimentação, juntamente com as aposentadorias, vieram minimizando casos de desnutrição atestados na população. Entretanto, tais recursos têm sido também estimulantes de ociosidade e de outras alterações nos hábitos dos Asuriní e em sua organização social, pois facilitam a compra de alimentos industrializados, tabaco e bebidas alcoólicas, assim como de televisores, DVDs e sistemas de som. Trouxeram também para a aldeia uma grande quantidade de lixo, que se acumula em torno das casas e pelos caminhos da aldeia – pilhas, sacos e outros objetos de plásticos, latas, e materiais não degradáveis. Ademais, vários Asurin foram seduzidos pelo comércio e pela rede bancária de Tucuruí a contraírem dívidas que os deixaram inadimplentes. A aldeia do Trocará, cenário de tantas mudanças drásticas na vida dos Asuriní, passou a ser insuportável para algumas lideranças, que decidiram procurar outros lugares.

NOVAS ALDEIAS, NOVOS PROJETOS

A aldeia Ororitáwa foi criada em 2003. Isso ocorreu por decisão de Kasoangáwa, que desde os anos 1960, por interferência da Funai, exerce a função de capitão dos Asuriní; de Sakamiramé, o atual pajé; e do filho mais velho deste; dentre outros, que se preocupavam em proteger a sua terra, principalmente após a abertura definitiva da estrada Trans-Cametá. Com a abertura, a terra ficou exposta a qualquer um que por ela passe. A preocupação decorria também de os Asuriní estarem cansados dos barulhos das festas e de outros costumes dos brancos que invadiam a aldeia do Trocará, ameaçando a tranquilidade de outrora e prejudicando seus costumes tradicionais. Como em Ororitáwa não há energia elétrica, apenas um pequeno motor de luz, a vida parece retomar um ritmo mais próximo dos costumes dos antigos – inclusive há um esforço efetivo de se falar a língua nativa como primeira língua, pelo menos entre os mais velhos.

Há dois anos, Serewiá, sua esposa Wyrá e seus filhos e genros lideraram a construção da aldeia Oimotawára. Empolgados com a nova aldeia, Serewiá e Wyrá nos contaram recentemente que lá se vive como antigamente, da mesma forma que em Ororitáwa: em casas de palha, sem energia elétrica, falando a língua e reascendendo os costumes. Agora pleiteiam construir uma escola para as crianças, de forma que elas possam também aprender a língua materna falada e escrita. Henonewára e Kosapo'ía, sua esposa, vão constantemente a Taraohóa, localizada na "cachoeira grande", onde pretendem fazer residência permanente. A criação das novas aldeias em pontos extremos da TI – Ororitáwa, localizada a oeste, e Iomotawára, a sudeste –, salientam portanto a política asuriní de proteção ao seu território e à cultura tradicional.

Nos últimos cinco anos, várias iniciativas dos Asuriní, ou com sua participação, buscam minimizar parte dos danos causados à saúde, à organização social e aos seus hábitos culturais. A criação da Associação Indígena do Povo Asuriní do Trocará (Aipat), em 14 de fevereiro de 1998, representou um passo fundamental no fortalecimento político do povo Asuriní.

A Aipat já experienciou a gestão de três projetos importantes, além de ter sido a executora das obras de compensação pela implantação da Trans-Cametá. O primeiro, em 2004, foi o Projeto "Manejo Agroflorestal Asuriní do Trocará / PA", do PDPI. Dentre os seus objetivos estava a implantação de um viveiro de mudas para a recuperação de áreas degradadas. Outro marco na atuação política da Aipat foi a sua participação no Convênio Nº 1254/2007, que celebrou com a Funasa, para facilitar as ações de saúde em áreas de difícil acesso, beneficiando, além da comunidade Asuriní, as comunidades Anambé, no município de Mocajuba, e Amanayé, em Goianésia. E, em 2010, foi implantado um ponto de cultura na aldeia Trocará, o qual recebeu um kit multimídia composto de computador com acesso à internet de banda larga e placa de vídeo para edição, filmadora e fitas, além de outros equipamentos de audiovisual. Esse ponto de cultura tem estimulado a produção de técnicas artesanais tradicionais, como a fabricação de panelas de barro e o ensino dessa técnica na escola da aldeia Trocará. O projeto tem também estimulado o registro de outros saberes tradicionais Asuriní.

Uma experiência positiva foi concretizada em 2004, quando os Asuriní passaram a contar com os benefícios do projeto "Esporte Para Todos", desenvolvido pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer e, em seguida, por meio da parceria entre o Governo do Estado e o Ministério do Esporte no projeto "Segundo Tempo". Esses projetos, com ênfase no futebol, tinham como principais objetivos resgatar valores culturais e promover a autoestima dos índios e, em comum acordo com a comunidade, impôs como requisito para participação o afastamento do álcool. Segundo seus organizadores, o comprometimento e respeito dos jovens Asuriní com a sua música e suas danças foi valorizado nesse projeto que organiza a participação dos índios nos Jogos Indígenas do Brasil e do estado do Pará.

Em 2010, a Secretaria Municipal de Educação de Tucuruí, sensibilizada com as manifestações dos Asuriní em favor de ações que privilegiem o ensino da língua asuriní nas escolas das aldeias, assim como os fazeres tradicionais nativos, contratou um antropólogo para assessorar ações educativas e culturais. Com a assessoria desse antropólogo, a Secretaria fez modificações significativas no calendário escolar asuriní, elegendo o dia de sexta-feira integralmente dedicado à língua e à cultura Asuriní. Toda a comunidade Asuriní é convidada a participar das atividades escolares desse dia. Os professores de língua asuriní, juntamente com os sábios da comunidade, conduzem uma jornada de ensino da língua materna, com ênfase nas músicas, nos relatos míticos e em discursos informativos sobre seus saberes tradicionais.

Os professores e sábios que atuam nessa aula cooperam com um projeto do Observatório da Educação Indígena (MEC/Secad), coordenado pelo Laboratório de Línguas Indígenas da UnB (Lali)). Em 2010, os Asuriní também contribuíram fundamentalmente com um projeto piloto no âmbito do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (Iphan/Minc), também coordenado pelo Lali. O projeto, por centrar-se no inventário linguístico e cultural dos Asuriní, promoveu a participação intensa de parte significativa dos Asuriní no levantamento das informações, estimulando as memórias individuais e coletivas e a responsabilidade dos indígenas no registro do seu conhecimento e na transmissão desse conhecimento, o que contribuiu para uma mudança significativa nas atitudes linguísticas dos Asuriní.

Destacamos ainda estudos e pesquisas para a avaliação de impactos ambientais e socioculturais da UHE Tucuruí na TI Trocará (2005-2006). Toda a comunidade Asuriní se mobilizou para auxiliar no levantamento de dados relativos ao meio ambiente, extrativismo, caça, pesca, fauna, flora, história do contato, educação formal, situação sociolinguística da língua Asuriní, instituições tradicionais, dentre outros tópicos de relevância para o estudo, que identificou e definiu 51 impactos causados pela construção da UHE.

Atualmente, duas questões têm fundamental importância para o povo Asuriní: a conclusão da regularização da TI Pacajá, que é parte de seu território tradicional, e a efetivação da demorada compensação dos danos causados pela UHE Tucuruí. A antropóloga Lúcia M. de Andrade tinha grande razão quando ressaltou, há vinte anos, que a força dos Asuriní é o seu orgulho de ser culturalmente diferenciado. Não fora essa força inconfundível de velhos guerreiros Awáeté, certamente não estariam eles, hoje, de prontidão, à espera madura do cumprimento das obrigações do Estado Brasileiro para com eles. *(março, 2011)*

AMANAYÉ

FAZENDA BALALAICA PERTENCE À TI AMANAYÉ

O MPF foi comunicado oficialmente essa semana de decisão unânime no Tribunal de Justiça do Pará que reconhece o direito dos índios Amanayé sobre 18 mil ha da fazenda Balalaica, disputados pela Empresa Agrícola Fluminense, em Ipixuna (PA). A decisão extingue uma sentença da Vara Agrária de Castanhal de 2008, que mandou fazer a reintegração de posse em favor da empresa. A ação demonstrou que a sentença da Vara Agrária é descabida, já que a fazenda está dentro de uma TI já demarcada. O Instituto de Terras do Pará demonstrou que os documentos de propriedade apresentados eram fraudulentos. Mesmo que fossem verdadeiros, no entanto, qualquer discussão sobre posses dentro da área indígena só poderia ser discutida na Justiça Federal. Ocupantes que sejam considerados de boa-fé serão remanejados para assentamentos do Incra. Outros intrusos deverão ser retirados. A Balalaica soma mais de 340 km², e há registro de assassinatos, conflitos e crimes ambientais na área, incluindo extração ilegal de madeira. *(Ascom da Procuradoria do Pará, 05/10/2010)*

ARARA

MPF VAI À JUSTIÇA PELA DEMARCAÇÃO DE TERRA ARARA

O MPF encaminhou à Justiça ação civil pública exigindo que a Funai entregue dentro de 30 dias o relatório de demarcação da TI Cachoeira Seca. O MPF pede ainda multa diária de R$ 10 mil para o órgão, em caso de descumprimento. O documento deveria ter sido entregue em junho do ano passado e o órgão alerta para a constante invasão de terras na região, os crimes ambientais e a ameaça à etnia arara. (OESP, 15/08/2006)

ASURINI

ASSURINI INVADEM SEDE DA CELPA EM TUCURUÍ

Índios Assurini invadiram ontem a sede da Central de Energia Elétrica do Pará (Celpa) em Tucuruí. Os representantes indígenas protestaram contra preços abusivos nas taxas de energia e abastecimento precário do serviço na aldeia, que estaria sofrendo com quedas constantes de luz. A empresa afirma que os problemas de fornecimento foram resolvidos e que ações da tribo estariam prejudicando cerca de 22 mil clientes da região. A diretoria da Celpa vai se reunir com a liderança da tribo e um representante da Funai para dialogar a respeito do atendimento no local afetado pela falta de energia. Até o fechamento da reportagem, os índios Assurini permaneciam na sede da empresa. *(Portal ORM, 15/07/2010)*

KAYAPÓ

PF ENCONTRA GARIMPOS ILEGAIS EM TI KAIAPÓ

A Polícia Federal identificou, nesta semana, três áreas de garimpo ilegal na TI. O objetivo inicial da operação era expulsar invasores da TI Kaiapó que desmatam a floresta para pastagem. Contudo, relatos de índios sobre mercúrio em rios levaram a polícia a descobrir os garimpos. "Identificamos três áreas de garimpo, uma delas com cerca de cem pessoas e em plena atividade. Não pudemos prender nem expulsar ninguém porque estávamos com poucos policiais", disse o delegado. A PF gravou imagens dos garimpos e com a Funai prepara uma nova operação para expulsar os garimpeiros. Sete fazendeiros e cinco grileiros apontados como responsáveis serão investigados por inquérito da PF. *(Cíntia Acayaba, FSP, 11/08/2006)*

TI BAÚ FAZ SUA PRIMEIRA VENDA DE ÓLEO CERTIFICADO

Os Kayapó fecharam negócio com a indústria beneficiadora de óleos vegetais Beraca logo após o evento em que receberam as certificações FSC e orgânica - do IBD , nessa quarta-feira na sede da Fiesp na avenida Paulista. "A visita a São Paulo foi muito produtiva, o contato com empresários foi ótimo para divulgarmos nossos produtos e já estamos sendo procurados por outras empresas também", contou Luís Carlos Sampaio, técnico da Funai que auxilia o Instituto Raoni em Colíder (MT). A Beraca, que fornece matéria-prima beneficiada para a indústria cosmética, comprou toda a produção certificada dos Kayapó, de 750 litros. *(Renata Moraes, Amazônia.org, 15/12/2006)*

NÚCLEO DE TUCUMÃ E MINERAÇÃO DE NÍQUEL

"Quando eu recuperar a minha liberdade, vou voltar a lutar para ajudar os índios e a fortalecer a Funai. Eu não posso ir encontrar o senhor aí na cidade para participar dessa reunião, mas sei que meus tios e meus primos e o meu povo Kayapó irão receber bem o senhor". Pelo rádio, o líder Kayapó Paulinho Payakã, da aldeia Rio Vermelho, onde vive em reclusão, saudou a presença do presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, em encontro com lideranças Kayapó na cidade de Tucumã. O objetivo era a inauguração da sede do Núcleo de Apoio de Tucumã, uma reivindicação dos índios da região que pediam uma administração mais próxima de suas aldeias. O núcleo serve a oito comunidades da região: Aukre, Kikretum, Rio Vermelho, Pukararankre, Kendjan, Kokraimoro, Kokoeydjan e Moikarako. Nelas, vivem cerca de 2.600 índios. Em breve, próximo à TI Kayapó, a companhia Onça Puma dará início à mineração de níquel, o que irá trazer, além de possíveis problemas ambientais, um crescimento considerável nas cidades de Tucumã e Ourilândia. As negociações entre a empresa e os índios já estão em curso. *(Funai, 31/01/2007)*

RAONI RECEBE ORDEM DO MÉRITO CULTURAL DO MINC

Em cerimônia realizada em Belo Horizonte (MG), em 7 de novembro de 2007, o líder Raoni Metuktire foi condecorado com a Ordem do Mérito Cultural pelo ministro da Cultura, Gilberto Gil, e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa condecoração foi criada em 1995 pelo Ministério da Cultura como uma homenagem do Governo Federal a cidadãos e instituições que se destacaram na prestação de serviços à Cultura do país. As lideranças indígenas Raoni e Kanuá Kamayurá, celebrado como guardião da sabedoria milenar dos povos do Xingu, receberam muitos aplausos da plateia ao receber a premiação, que consiste em um diploma e uma medalha, réplica da antiga condecoração de São Tiago da Espada. Nessa cerimônia, além de Raoni e Kanuá, foram homenageados, entre outros, o arquiteto Oscar Niemeyer, o músico Tom Jobim, o antropólogo Claude Lévi-Strauss, o cineasta Glauber Rocha, além do Museu Paraense Emílio Goeldi. *(Com informações do MinC)*

PARAKANÃ

ÍNDIOS PEDEM RETIRADA DE INVASORES

O procurador da República em Altamira, Marco Antonio Delfino de Almeida, e uma

© FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABr, 2007

O ministro da Cultura, Gilberto Gil, entrega prêmio ao cacique Raoni durante cerimônia da Ordem do Mérito Cultural, no Palácio das Artes, em Belo Horizonte (MG).

equipe de técnicos do MPF visitaram três aldeias indígenas para checar os principais problemas vividos pelos povos Parakanã – das aldeias Apiterewa e Xingu e Araweté da aldeia Igarapé-Ipixuna. O problema mais grave é o vivido pelos Parakanã, que recentemente conquistaram a homologação de sua reserva, com 700 mil ha, mas ainda convivem com ameaças de invasores não-índios que insistem em retirar madeira da área. Os índios contaram que estão impedidos de caçar longe das aldeias, pelo risco de se encontrarem com invasores. Em sobrevôo na região, o procurador observou clareiras na mata, fruto da atividade de fazendeiros invasores, principalmente na Apiterewa. Todos os pontos de invasão estão sendo mapeados e registrados para posterior retirada dos intrusos. De acordo com o administrador da Funai em Altamira, Benigno Marques, que acompanhou a visita, alguns invasores têm apoio de políticos da região de São Félix do Xingu e resistem em se retirar, mesmo sabendo que não há possibilidade de conseguirem direitos sobre as terras. *(Helena Palmquist, Procuradoria da República no Pará, 10/07/2007)*

PROPOSTA PODE COLOCAR UM FIM AO CONFLITO

Após cinco meses do início dos conflitos entre os agricultores assentados e os índios Parakanã, na região da reserva de Apyterewa, em São Félix do Xingu, os órgãos de governo envolvidos apresentaram uma proposta que deve pôr um fim ao impasse. O conflito começou no instante em que os 143 índios da etnia Parakanã tiveram oficialmente direito à terra, depois com a homologação da TI Apyterewa no dia 19/04. Mais de 3 mil famílias de colonos já ocupavam o local com o consentimento legal do Incra, desde 2005. Ontem, o presidente da Funai anunciou que os direitos tanto dos índios quanto dos colonos serão respeitados para evitar um iminente conflito armado. A reunião foi realizada na sede da Funai e contou com a presença de cerca de 30 colonos da região. A Funai garantiu que até 2010 todas as famílias serão indenizadas e reassentadas em um local ainda não definido. *(O Liberal, 06/09/2007)*

TEMBÉ

TRINTA MIL PÉS DE MACONHA EM TI

Durante uma operação de reconhecimento e levantamento na TI Alto Rio Guamá foram encontrados 30 mil pés de maconha, em 8 ha de terra. As plantações foram arrancadas e queimadas. Nenhum traficante foi preso, mas três homens foram detidos por crime ambiental e nove armas de caça apreendidas. Os plantadores escaparam pelo meio da mata. Os militares que participaram da operação e os técnicos da Funai suspeitam que há grandes plantações de maconha na reserva, com dimensões ainda desconhecidas. A ação sigilosa, chamada de 'Operação Piriá', aconteceu na parte invadida da reserva, entre os dias 26/03 e 8/04. Além das plantações de maconha, foram encontradas áreas de floresta destruída por madeireiros, fazendas de criação de gado, pequenas criações e várias plantações de roças. A equipe constatou que a maioria dos moradores da Vila de Marajupema, que faz limite com a TI Alto Rio Guamá, sobrevive do plantio de maconha na terra habitada pelos tembé. *(O Liberal, 11/04/2006)*

TEMBÉ GANHAM GRAMÁTICA

O povo tembé acaba de ter sua língua descrita em uma gramática elaborada pelo lingüista e professor Álvaro Cunha. Agora essa etnia poderá perpetuar e documentar suas tradições e histórias em tenetehára, idioma da família lingüística tupi-guarani. Apesar da quase extinção dessa lingua, por já haver poucos falantes em área, o que não faltou foi força de vontade da comunidade para ver definitivamente a gramática pronta. A gramática da língua tenetehára possui iniciação em fonologia, morfologia e sintaxe, além de um vasto vocabulário no fim da obra. (*O Liberal, 28/05/2006)*

TEMBÉ COBRAM UNIÃO POR DANO AMBIENTAL

A tribo tembé ingressou ontem na Justiça Federal com ação pedindo indenização de R$ 20 milhões da União por dano ambiental. A acusação é de "omissão e descaso" na proteção das áreas florestais das reservas indígenas – mais de 80% teriam sido devastadas nos últimos 60 anos por fazendeiros, invasores e madeireiras. Nas terras dos tembés, localizadas em área superior a 279 mil ha, toda a madeira foi extraída ilegalmente. *(Carlos Mendes OESP, 20/04/2007)*

ÍNDIOS E AGRICULTORES FAZEM CINCO REFÉNS

Índios tembés e agricultores mantêm desde ontem cinco reféns, entre eles o superintendente do Incra no Pará, em Capitão Poço. Os tembés exigem a saída dos trabalhadores rurais de suas terras e os agricultores reivindicam assentamentos. Mas os dois grupos se uniram na ação. Também são mantidos no local três funcionários da Funai e o chefe da unidade do Incra em Capitão Poço. *(FSP, 25/05/2007)*

INVASÃO DA TI ALTO RIO GUAMÁ

Centenas de pessoas invadiram a aldeia Itaho, na TI Alto Rio Guamá,dos Tembé. Os invasores chegaram ao local no domingo e permaneceram até a tarde de hoje. Alguns Tembé de outras aldeias entraram na floresta para chegar até a comunidade e dar apoio aos parentes sitiados. Esta não é primeira vez que a terra dos Tembé é invadida por posseiros, motivados por políticos e madeireiros locais. No início da tarde de hoje, os invasores fizeram 10 indígenas reféns na aldeia Itahur. No final da tarde, eles fugiram para a vila Livramento, próxima ao município de Garrafão do Norte levando o filho de uma liderança Tembé e um funcionário não-índio que trabalha no Pólo de Saúde da aldeia. O MPF vai acompanhar a ação da PF e do Batalhão de Choque que se deslocam para a região ainda esta noite a fim de negociar a libertação dos dois reféns. *(Cimi, 19/02/2008)*

JUSTIÇA NEGA REDUÇÃO DE ÁREA DOS TEMBÉ

A Justiça Federal negou ao município de Nova Esperança do Piriá a redução da TI Alto Rio Guamá. A juíza Carina Senna considerou improcedente o pedido do município que, alegando erro na demarcação, queria que 69 mil ha da TI fossem transferidos para o domínio municipal. Na ação, de junho de 2004, o município dizia que a faixa de terra entre as colônias indígenas Tembé Guamá e Canindé foi irregularmente incluída no decreto presidencial de outubro de 1993 que homologou a TI. *(Ascom Procuradoria da República do Pará, 15/04/2008)*

ARTICULAÇÃO DOS TEMBÉ FORTALECE CULTURA

Entre 19 e 26/07, aconteceu a tradicional festa da "Menina Moça", do povo Tembé, na aldeia Itaputyre, TI Alto Rio Guamá.Participaram convidados Tembé de outras três regiões do estado. Nos últimos anos, por meio da articulação para os rituais, os Tembé têm fortalecido a luta pela terra e por outros direitos. Cerca de 200 indígenas participaram da festa, que marca o início da vida adulta das mulheres. Após a celebração, que envolve cantos, danças e comida moqueada, os grupos Tembé de Santa Maria do Pará, de Tomé-Açu, do Alto rio Gurupi e da TI Alto rio Guamá reforçaram o acordo de articulação cultural. *(Cimi, 30/07/2008)*

POLÍTICO QUE LIDEROU INVASÕES É PRESO

Já está em Belém, na sede da PF, o ex-vereador Manuel Evilácio Costa, preso em flagrante no depois de liderar, por uma semana, o grupo de colonos que manteve tembés como reféns na localidade de Livramento, em Garrafão do Norte. Além de Evilásio, foram presos também João Batista Costa, Pedro dos Santos Costa e Josimar de Jesus Leite Costa. Todos foram trazidos para a capital e devem responder a inquérito por sequestro, cárcere privado e formação de quadrilha. Após as prisões, um grupo ligado ao ex-vereador ainda incendiou pontes em uma estrada da região. *(Expresso da Notícia, 22/08/2008)*

TEMBÉ NO MERCADO DE CARBONO

Os Tembé e a empresa norte-americana C-Trade pretendem fechar uma parceria para que a TI Alto Rio Guamá seja incluída no mercado de carbono. O acordo ainda não está definido, mas a oferta, segundo o jornal FSP, garantiria 85% do dinheiro para os Tembés. A parceria está sendo acompanhada pela Funai, MPF no Pará e pela Ufpa. O objetivo é que parte do dinheiro seja investido em ações já em andamento, como a produção de mel. Atualmente a maior parte dos indígenas não possui nenhum tipo de renda. Com a parceria os repasses à tribo poderiam ultrapassar R$ 1 milhão por ano, dividido pelas 700 famílias da reserva. A área acordada é de 69 mil ha, no total a reserva possui 279,8 ha. Serão realizadas análises periódicas para avaliar o quanto foi desmatado para que os valores sejam diminuídos ou aumentados pelas áreas preservadas. *(Amazônia.org, 12/05/2009)*

MADEIRA APREENDIDA VAI CUSTEAR PROJETOS

Os recursos obtidos com o leilão de madeira retirada ilegalmente da TI Alto Rio Guamá serão aplicados em projetos de desenvolvimento sustentável para a comunidade. É a primeira vez que os Tembé terão a oportunidade de recompor suas matas usando a arrecadação de leilões. Serão investidos R$ 1,4 milhão em ações para a garantia da segurança alimentar e para geração de renda, principalmente a partir de projetos agroecológicos como o manejo de açaí, andiroba e copaíba, piscicultura, apicultura e avicultura, além de ações de recuperação das áreas degradadas. (*Procuradoria da República no Pará, 23/09/2009)*

XIKRIN

XICRIN DO BACAJÁ OBTÊM SINAL VERDE PARA MANEJO FLORESTAL

A Funai emitiu parecer favorável à implantação de plano de manejo sustentável para exploração de madeira na TI Trincheira Bacajá, dos Xicrin. O projeto atende a um pedido da própria comunidade e foi desenvolvido com o apoio das entidades Amigos da Terra, Imazon e Embrapa. Sua aprovação é resultante de um processo de estudos e debates que acontece junto à Funai e ao MP desde 2003 e que visa sistematizar a exploração sustentável dos recursos da região com o retorno devido à comunidade. O plano corresponde à extração florestal de impacto reduzido na região durante 35 anos. Segundo Caetano Ventura, da Funai em Altamira, os índios Xicrin, assim como outros da região, comercializavam ou possibilitavam a exploração da madeira em suas terras de maneira esporádica e ilegal até meados da década de 90. "Desde 90, a administração vinha trabalhando o conceito de exploração sustentável com a comunidade e como isso era mais viável e compensatório" explica. Em 2003 a idéia deu resultado e a comunidade, ao procurar a empresa Juruá Florestal para uma parceria, propôs a exploração sustentada da madeira em seu território. Nos próximos meses o projeto deve ser encaminhado ao Ibama para o licenciamento ambiental, já com as últimas alterações feitas pelos órgãos que o analisaram. *(Mariane Gusan, Amazônia.org, 22/05/2007)*

VALE VAI RECORRER DE PAGAMENTO AOS XIKRIN DO CATETÉ

Uma decisão da Justiça Federal em Marabá determinou que a CRVD pague R$ 1,3 milhão, dentro de dez dias, pelas compensações à população indígena xikrin pelos impactos do Programa Grande Carajás. A Vale informou, por meio de nota, "que vem cumprindo regularmente as decisões judiciais", e que pretende entrar com recurso para questionar a decisão. O gerente da Associação Bep-Nói de Defesa dos Xikrin, Salomão Santos, disse que o dinheiro será utilizado na recuperação de uma estrada que corta a TI e na construção de casas e benfeitorias em uma das aldeias da comunidade, que abriga cerca de mil índios. Na nota, a Vale afirma que o valor da dívida, na verdade, é R$ 1.060.012,80. Além de contestar o valor, a empresa argumenta que o convênio firmado com os índios foi cancelado após a

UMA CÔMODA PASSIVIDADE

Os Xikrin do Cateté são cerca de 900 índios, 80% dos quais com menos de 30 anos. Apenas pequena parcela fala fluentemente o português. Eles foram contatados nos anos 1950, sofreram perdas demográficas na década seguinte e se viram reduzidos a menos de cem pessoas. Recuperaram-se custosamente e, agora, enfrentam os enormes desafios – econômicos, políticos, culturais e existenciais – de viver na Amazônia em tempos de globalização.

Em 1º de novembro de 2006, a CVRD anunciou a suspensão do apoio financeiro aos Xikrin em virtude da invasão de suas instalações pelos índios, dias antes. O auxílio está previsto desde 1989, quando a CVRD, atendendo à Resolução 0331/86 do Senado Federal, firmou com os Xikrin do Cateté com a Funai o Convênio 453/89. Este prevê assistência à comunidade como forma de minorar os impactos ambientais causados pelas operações minerárias da empresa na área que é hoje a Floresta Nacional de Carajás, limítrofe à terra indígena. Tal obrigação foi reiterada pelos decretos presidenciais 1.298/94 (art. 1º § 2, item d) e 2.486/98 (art. 2º, parágrafo único).

Há uma brutal desproporção de forças entre a CVRD e os índios. Soa absurda a tentativa da companhia de incriminar a comunidade. Mais absurda ainda, e exagerada, é sua decisão de denunciar o caso à Organização dos Estados Americanos. A empresa sabe perfeitamente que os Xikrin não representam a ameaça alegada.

As discordâncias são antigas e giram em torno do dinheiro. Os índios consideram insuficientes os repasses e afirmam que só são ouvidos quando promovem atos de protesto. A CVRD vem ultimamente desqualificando as demandas indígenas e diz que não negocia sob pressão.

Em todo caso, é fundamental entender que as reivindicações dos índios por dinheiro e bens não são resultado de aculturação. Os Xikrin do Cateté não são índios capitalistas, oportunistas ou degenerados. Sua busca por mercadorias obedece a uma lógica cultural própria. Ela está em continuidade com a forma tradicional pela qual os Xikrin do Cateté se relacionam com não indígenas e estrangeiros: incorporando de fora novos conhecimentos e capacidades técnicas e estéticas, e os convertendo internamente em valor, por meio de uma sofisticada economia ritual e simbólica.

Quando essa dinâmica sociocultural se depara com um universo de mercadorias e objetos produzidos em escala industrial, surgem efeitos complexos e inesperados para os próprios índios. O principal deles é o que poderíamos ver como uma espécie de "inflação" indígena: a rápida depreciação do valor dos objetos no interior da sociedade Xikrin do Cateté, criando novas demandas em espiral. Assim, apesar de perfeitamente legítimo, o consumo crescente que se vê entre eles tem resultados às vezes desvantajosos. Os Xikrin passam por um momento crucial e delicado.

Os responsáveis pelos assuntos indígenas da CVRD deveriam ter inteligência e sensibilidade para perceber que não estão em jogo apenas toneladas de minério ou alguns milhões de dólares, mas a vida de uma população humana, minoritária, que luta para sobreviver e manter seus valores e expectativas em um contexto histórico de mudanças rápidas e grande impacto.

A CVRD não é vítima dos Xikrin do Cateté. Tampouco eles são vítimas da companhia. Mas é preciso um grande esforço para superar os mal-entendidos culturais e fazer com que a relação não seja de confronto, mas de cooperação. Para tanto, a companhia precisa sair de sua passividade cômoda, assumindo responsabilidades proporcionais ao seu tamanho. (Cesar Gordon, O Globo, 15/12/2006)

invasão das instalações da companhia, "não podendo a empresa ser obrigada a assumir responsabilidades primárias do Poder Público", segundo a nota.

De acordo com o representante dos índios, não houve cancelamento formal do convênio. Na avaliação do procurador da República em Marabá, Marcelo Ferreira, o possível cancelamento do convênio não isenta a Vale do Rio Doce da responsabilidade de compensar os indígenas. "Eles tratam como se fosse uma boa ação, um projeto social da empresa. Não é. A Vale tem que compensar os indígenas pelas interferências causadas pelos empreendimentos mineradores na região, independentemente da existência de convênio ou termos de compromisso". *(Luana Lourenço e Roberta Lopes, Radiobrás, 01/10/2007)*

GAVIÃO PARKATEJÊ

FERROVIA DA VALE CRESCE E ÍNDIOS PEDEM COMPENSAÇÃO

Os 18 quilômetros da TI Mãe Maria, no sudeste do Pará, que são cortados pela Estação Ferro Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce, rendem R$ 394 mil por mês para cada um dos dois povos que habitam a reserva, de acordo com a Funai. O dinheiro é pago pela mineradora em compensações pelos danos sócio-ambientais causados pela presença da estrada de ferro dentro da área indígena.

No dia 10, o BNDES aprovou um financiamento de 774,6 milhões para a ampliação da ferrovia. Com isso, a capacidade de transporte do trecho deve crescer 50%, ampliando o impacto ambiental na região. Na reserva indígena, de 62,4 mil hectares, vivem dois povos do grupo Gavião, os Parkatejê e os Kykatejê.

Um decreto editado durante o governo Sarney excluiu o trecho cortado pela Estação de Ferro Carajás da área da reserva, bem como as linhas elétricas mantidas pela Eletronorte e a BR 222, que também corta o território. A disputa dos indígenas, entretanto, não é pela retomada da área, mas por um aumento no valor da compensação paga pela companhia mineradora.

"A gente sabe que sempre tem impacto sobre toda a biodiversidade, como já teve", afirma, em entrevista telefônica à Agência Brasil, o professor indígena Atonti Iapempramre, do povo Gavião Parkatejê. Segundo ele, a reserva mudou completamente desde a instalação da ferrovia, na década de 80. "Não temos mais a mesma quantidade de árvores frutíferas como a castanheira e o cupuaçuzeiro. Nem de animais como tatu e veado", diz Iapempramre. "Com a ferrovia, o trem passa por cima da caça ou espanta". Segundo ele, a briga, atualmente, é para reduzir os efeitos negativos da obra. A aldeia teme que novas devastações acabem com árvores centenárias. "Nós andamos toda a nossa terra e quando vamos para o lado da ferrovia ninguém aguenta a 'quentura' dos trilhos. Lá a gente vê bem a diferença. Não tem mais as ávores velhas de antes. É só 'mata de capoeira', de vegetação baixa, com árvores novas", relata.

A Vale prevê a ampliação de um pátio que atravessa a reserva. O local, normalmente, é utilizado para o cruzamento de trens. Como trafegam ao mesmo tempo, os pátios servem como desvios: enquanto um trem passa, o outro fica retido no pátio. O projeto aguarda licença de operação do Ibama. A legislação brasileira prevê o pagamento de compensações financeiras aos indígenas quando um empreendimento afeta o modo de vida da população. Segundo a Funai, o dinheiro pago atualmente é gasto com a melhoria do sistema de captação de água, construção de casas, projetos de cultivos de grãos e reflorestamento.

O acordo que determinava o valor da compensação venceu em junho. A expectativa das lideranças, agora, é que com a expansão da ferrovia, a mineradora também amplie a indenização. "Por enquanto as propostas vão e voltam sem consenso", informou o professor Lapempramre. De acordo com ele, a demora não é um problema, pois os índios querem resolver a situação "consensualmente". A negociação entre as comunidades e a companhia é acompanhada pela Funai e o Ministério Público

Federal. A Vale não quis comentar o processo e não informou se vai oferecer uma proposta maior. *(Radiobrás, 30/07/2007)*

ELETRONORTE NÃO QUER CUMPRIR SENTENÇA A FAVOR DE ÍNDIOS ATINGIDOS POR TUCURUÍ

O processo judicial chegou ao fim mas a empresa entrou com recurso protelatório alegando que não tem os dados para comprar as terras indicadas pela Justiça

O Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA) mandou manifestação à Justiça pedindo que a Eletronorte seja obrigada imediatamente a comprar terras para compensar a área que os índios akrãnkykatejês, conhecidos como gavião da montanha, perderam com a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí.

O caso tramita desde 1989 na Justiça Federal e teve decisão transitada em julgado - sem possibilidade de recurso. A decisão veio do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília e originou uma ordem, em que o juiz Ronaldo Destêrro, da 9ª Vara Federal em Belém, determina à Eletronorte que compre as terras do Condomínio Bela Vista, um conjunto de fazendas já aprovado pela Funai e pelos índios.

A ordem judicial data de junho de 2010, mas, em vez de cumpri-la, a Eletronorte interpôs no mês passado embargos de declaração, tipo de recurso cabível apenas para esclarecer dúvidas quanto a uma sentença. "A leitura dos embargos revela o intuito meramente protelatório, como forma de adiar o efetivo cumprimento da ordem judicial emanada", afirma o procurador da República Felício Pontes Jr na manifestação à Justiça.

A Eletronorte alega que desconhece "elementos básicos de um contrato de compra e venda imobiliária, como por exemplo, proprietário, valor, localização do cartório de registro de imóveis competente". Acrescenta que a ordem de entregar o imóvel rural à comunidade indígena é de "difícil cumprimento: qual pessoa, física ou jurídica, representará a referida comunidade nesse ato?"

O MPF considera as alegações absurdas: "Durante todas as fases processuais, por inúmeras vezes, a ré Eletronorte manifestou-se nos autos quanto à área indicada pela comunidade indígena e emitiu até um parecer em que pedia apoio da Funai para trabalhos de melhoria da qualidade ambiental". Em dezembro de 2009, inclusive, houve reunião da Eletronorte com a Funai, os índios e o MPF para definir a escolha das terras.

"É o típico comportamento do setor elétrico com as populações indígenas na Amazônia. Causam impactos irreversíveis no modo de vida dos índios e depois empurram com a barriga por décadas as indenizações, compensações e mitigações", afirma Felício Pontes Jr, que acompanha o caso dos Gavião da Montanha.

Os índios akrãnkykatejês, ou gavião da montanha, moravam na região onde hoje existe o lago de quase 3 mil quilômetros quadrados da hidrelétrica de Tucuruí. Expulsos pela construção da usina, a montanha sagrada que os identificava foi submersa e a eles restou se mudarem para a Terra Indígena Mãe Maria, onde morava outro grupo de índios gavião, próximo da cidade de Marabá, no sudeste do Pará.

Desde o enchimento do lago da Usina de Tucuruí há controvérsias sobre a remoção do povo gavião da montanha, com acusações contra a Eletronorte de que usou de violência e ardis desonestos contra os índios para obrigá-los a deixar as terras, reconhecidas pelo governo paraense como indígenas desde 1945. O processo judicial contra a empresa, para obrigá-la a comprar terras equivalentes para a população indígena foi iniciado em 1989.

O MPF ressalta na manifestação enviada à Justiça "que as compensações materializadas no curso do processo com a sentença terminativa revestem-se da condição de minimizar os danos causados pela UHE-Tucuruí, jamais compensar integralmente, posto que o patrimônio intangível, os vínculos culturais desenvolvidos na terra inundada não se traduzem em valores econômicos, tampouco se revestem de um critério financeiro aferível". O processo tramita com o número 89.00.01377-7. *(MPF, 29/03/2011)*